

Alessandro de Melo (org.)

DESCOLONIZAR A REBELDIA
Uma alternativa desde baixo e à esquerda.
Coletânea de textos de Raúl Zibechi

Guarapuava

2017

SUMÁRIO

Apresentação – Raúl Zibechi

Una mirada baladrina hacia las alternativas – Manolo Bayona e Gentes de Baladre

UNIDADE 1. DESCOLONIZAR A REBELDIA

1. Liberar o mundo novo que pulsa no coração dos movimentos
2. Movimentos antissistêmicos e descolonização
3. Como pensa a classe dominante
4. A Quarta Guerra Mundial. Texto do Subcomandante Marcos

UNIDADE 2. ESTADO CRIMINOSO NA AMÉRICA LATINA

1. A violência estatal e o discurso dos direitos humanos
2. México: um estado falido planejado
3. Genocídio no Haiti: a responsabilidade latino-americana
4. Não existe diferença entre *narco*, burguesia e elites

UNIDADE 3. O BRASIL SOB O OLHAR DE RAÚL ZIBECCHI

- 1 Mães de Maio: os limites da democratização do Estado genocida no Brasil
2. Da Cidade Maravilhosa à Cidade Negócio
3. Os sem-teto da Bahia: a utopia do “bom viver”
4. Os movimentos antissistêmicos no Brasil Potência

DESAFIOS ANTISSISTÊMICOS NO BRASIL – Alessandro de Melo e Patrícia Neumann

APRESENTAÇÃO

Raúl Zibechi

Frente aos nossos olhos, sucedem múltiplos fatos sem conexão aparente. A eleição de Donald Trump e a mudança climática que tem se tornado um caos climático. O *Brexit* e a crise da água que já afeta mais de um bilhão de pessoas no mundo. A crise da hegemonia ocidental e dos Estados Unidos em particular e a “crise dos antibióticos” que pode provocar um incomensurável caos sanitário. A lista é muito grande e, inclusive, a ascensão de novas/velhas potências como China, Rússia e Índia, além de outras que nunca haviam ostentado este papel como o Irã, a Indonésia e a Turquia, juntamente com a desconcertante deterioração da União Europeia, que não encontra seu lugar neste mundo.

Às profundas mutações de caráter geopolítico, com as mudanças que implicam em escala *macro*, somam-se uma infinidade de mudanças *micro* que afetam a vida cotidiana, mas que tem consequências maiores, como as que afetam a saúde humana e animal, resultado da industrialização dos alimentos e da monopolização da indústria farmacêutica. Em algum lugar intermediário, encontram-se “fenômenos” como o narcotráfico e os feminicídios, os quais interpreto como formas de controle social a céu aberto, que sucedem o panóptico, que era a forma de disciplinar o corpo social em espaços fechados.

Compreender o que tem ocorrido implica combinar múltiplos olhares, o do telescópio com o do microscópio, como sugeriu o Subcomandante Galeano. Mas também supõe ensaiar olhares transversais e intermediários, já que o panorama é bastante complexo e vai se identificando com uma forma de caos sistêmico, o que os zapatistas denominam como “tormenta”. O que é certo é que o mundo está mudando a uma velocidade tão acelerada e em direções tão desconhecidas que acaba sendo complexo realizar sequer uma descrição mais ou menos completa do panorama que estamos vivendo.

Proponho entender este período como uma crise civilizatória. Creio que é a melhor forma de colocar em um marco concreto o conjunto de fatos que nos desconcertam. O conceito crise está demasiadamente perpassado de economicismo, até o ponto em que resulta ser difícil separá-lo da ideia de crise econômica.

Entretanto, a mal chamada crise econômica é apenas uma das faces da crise civilizatória em curso, do mesmo modo que o fim do capitalismo não basta para compreender e abarcar o conjunto de problemas que nos afetam.

Crise de nossa civilização moderna/ocidental/capitalista, para ser mais preciso. Falamos de crise de civilização quando a metástase não pode ser curada com os paradigmas conhecidos e a enfermidade está, portanto, fora do controle. Digamos que as culturas e saberes que formam esta civilização não são capazes de resolver os problemas que ela mesma gerou, e isso a fez ingressar em um período de autodestruição. Por isso, estamos diante de uma crise civilizatória. O que resulta é que será substituída por outra civilização em um período impossível de determinar, mas que será caótico, tremendamente violento, uma espécie de turbilhão (definido como um fluxo turbulento em rotação espiral com uma trajetória de correntes fechadas) que, em certo momento crítico do caos sistemático, provocará uma bifurcação da qual sairá uma nova ordem. São estes os temas que têm sido tratados por Ilya Prigogine (Nobel de Química) e Immanuel Wallerstein, que teve a virtude de adaptar a teoria do caos às Ciências Sociais.

A única diferença que tenho com estas brilhantes análises é que vejo que o mundo novo já existe entre nós, que o tapete que forma uma nova civilização já está sendo tecido e aqueles que manejam os fios e as fibras, ou seja, os tecelões, são os movimentos dos *de abajo*. O panorama que hoje apresenta o mundo popular parece uma infinidade de ilhas. Mas se olharmos por baixo da linha de visibilidade, veremos que já tem se formado arquipélagos unidos entre si por relações de solidariedade e irmandade, que tem formado o continente/mundo novo.

Um breve e incompleto repasse das criações coletivas dos últimos anos é realmente surpreendente. Na Argentina, existem 400 fábricas recuperadas e geridas pelos seus trabalhadores e trabalhadoras, cem escolas populares onde estudam vários milhares de pessoas dos setores populares e mais de 16 mil associações comunitárias e empreendimentos produtivos. O último censo das revistas culturais, autogestionadas e independentes revelou que as quase 200 publicações possuem 5 milhões de leitores, cerca de 15% da população do país.

Na Colômbia existem 12 mil aquedutos comunitários que abastecem 40% do serviço de água nas zonas rurais e 20% nas cidades. Cada aqueduto foi construído por uma comunidade ou várias e elas mesmas os mantêm e defendem.

No México, a *Universidad Iberoamericana* recenseou 2.300 empreendimentos sustentáveis ancorados por coletivos sociais que vão desde a produção de café e alimentos até a poupança e a educação. O mais notável é que durante a guerra contra os povos desatada pelo Estado na última década, a quantidade de empreendimentos se duplicou porque os *de abajo*¹ necessitam se organizar e produzir para poder sobreviver nesta etapa de caos sistêmico.

Olhemos o Brasil. A economia solidária tem 30 mil empreendimentos, envolve 3 milhões de pessoas e é responsável por 3% do PIB nacional. Certo, está vinculada ao Estado, mas este já tem se encarregado de separá-la de seu entorno com as reformas neoliberais em curso. A reforma agrária *desde abajo* que os camponeses sem-terra realizam recuperou 25 milhões de hectares (uma vez e meia o meu país, Uruguai), onde vivem dois milhões de pessoas que ergueram 1.500 escolas que ensinam com base na pedagogia da terra. A eles devem se somar milhares de comunidades de “povos tradicionais”, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, coletores de coco e de castanha que têm protagonizado resistências invisíveis para as esquerdas do sistema.

Este mundo novo não é perfeito, claro. Combina traços do novo com traços do velho. Mas não é uma mera reprodução do capitalismo hegemônico. A tarefa principal dos militantes não é tomar o poder (pela via eleitoral ou insurrecional), mas se empenhar para que esta multidão de empreendimentos coletivos sejam os mais diferentes possíveis em relação ao sistema hegemônico. Trabalhar duro neles supõe aprofundar os traços do “mundo outro” que já existe em germe, fazer com que sejam menos patriarcais, menos coloniais e racistas, menos capitalistas e que haja mais reciprocidade, mais irmandade entre seus membros, mais e mais produção ecológica e orgânica e mais poderes não estatais em seu interior.

Esta é a chave do mundo novo porque a civilização democrática (para usar um conceito de Abdullah Öcalan, dirigente kurdo preso na ilha Imrali na Turquia) tem se

¹ *De abajo*: literalmente “de baixo”. Referência às pessoas de baixa renda, marginalizadas do processo de cidadania, sem direitos garantidos pelo Estado, e tendo que lutar cotidianamente pela vida.

expandido lentamente no mundo capitalista que cai aos pedaços. Estes empreendimentos são, a princípio, refúgios defensivos frente à brutal destruição imperante, mas pouco a pouco têm tecido novas relações sociais que têm dado forma ao mundo novo. Diz-se que este é um processo muito lento, que frente à crise em curso necessitamos ir mais depressa e, então, aparece o atalho estatal. Mas este é um beco sem saída porque destrói, pela via das políticas sociais, esta rica estrutura de criações coletivas.

Por fim, o mundo novo que nasce (que tem um diálogo com os quilombos que formam parte do tesouro do mundo popular brasileiro) deve ser defendido coletivamente. Em toda a América Latina temos uma infinidade de experiências de autodefesas *de abajo*, desde o zapatismo até as polícias comunitárias mexicanas, passando pelas rondas camponesas peruanas e a guarda indígena do Cauca colombiano até os coletivos urbanos nas *villas* argentinas. Quando o sistema não pode cooptar este mundo novo, tenta aniquilá-lo pela violência narcopolicial.

Os artigos que compõem este livro, assim como todo meu trabalho de pesquisa e jornalístico, tentam dar visibilidade a este mundo que está nascendo, com a esperança de contribuir para que os militantes anticapitalistas deem a ele a importância que tem e para que trabalhem para melhorá-lo e fazermos-nos, assim, melhores seres humanos.

Montevideo, março de 2017

BALADRE, 35 ANOS CONSTRUINDO ALTERNATIVAS COM OUTRAS

Manolo S. Bayona, de Gentes de Baladre²

No início dos anos oitenta, no Estado Espanhol, era habitual encontrar diferentes grupos auto-organizados de pessoas sem emprego (Assembleias de Desempregados). E foi um processo natural montar uma Coordenadora de Assembleias de pessoas desempregadas, era o habitual em todos os setores. Mas rapidamente alguns destes coletivos/grupos/assembleias passaram a se colocar em outro lugar e a negar a coordenadora como meio de relação: construíram A COORDENAÇÃO. Esta poderia ser a primeira contribuição significativa das *Gentes de Baladre*, em seus 35 anos de existência: dar forma a uma maneira de estar, de compartilhar, por meio de UM ESPAÇO DE RELAÇÃO PARA O APOIO MÚTUO. Uma Coordenação que não está acima das pessoas e/ou grupos e que potencializa o deixar fazer e fazer segundo disponibilidade e vontade de cada pessoa ou grupo. Uma Coordenação que coloca o acento no fazer diário de cada grupo/coletivo, seja em um território ou setor, e que é uma ferramenta para a luta contra o empobrecimento, a precarização e a exclusão social. Somos *Baladre* quando nos juntamos e atuamos juntas, dotando-nos de mínimas ferramentas para a comunicação e o apoio mútuo, desde as listas de correios até as páginas web, editorial, carro coletivo, fundo econômico comum e pouco mais.

Reunimo-nos a cada quatro meses, rodamos entre cidades e nações do atual Estado Espanhol e partimos de uma análise anticapitalista e antipatriarcal. As tarefas se desenvolvem a partir desta lógica *baladrina* de fazer e deixar fazer, em que se respeita e aceita uma grande diversidade de olhares e posições. Atuamos desde um olhar feminista e colocamos as pessoas no centro de nossas lutas.

NUNCA SOZINHAS, SEMPRE COM OUTRAS

Desde suas origens, nós, as *Gentes de Baladre*, entendemos que sair do capitalismo e do patriarcado implica fazê-lo com outras muitas pessoas, buscar estas relações que nos ajudem a todas a acumular força social suficiente para avançar e

² Manolo S. Bayona é parte da Coordenadora Baladre: www.coordinacionbaladre.org. O site da Renta Básica de las Iguales: www.rentabasicadelasiguales.coordinacionbaladre.org. O programa baladrino Nosotras las Personas pode ser acessado pelo link: http://audio.urcm.net/spip.php?page=archivo-rubrique&id_rubrique=121&annee=2017&mois=00&jour=00.

conseguir objetivos no caminho.

Desde o princípio, colocamos as relações com outras e os enredos com elas como algo central/fundamental das *Gentes de Baladre*. Por isso, em nosso dia-a-dia, nas cidades e povoados onde estamos, compartilhamos análises, olhares e lutas com as pessoas semelhantes e/ou próximas, definimos objetivos comuns, aceitamos as diferenças para, a partir do respeito, priorizar o atuar juntas. Isso implica uma grande generosidade, o atuar juntas, evitando as práticas sectárias e patrimonialistas, onde é mais importante a sigla, o nome do grupo, que o objetivo da luta pontual. O desenvolvimento destas práticas locais e setoriais nos possibilitou, com outras pessoas e grupos, gerar distintas alternativas que colocamos como ferramentas de todas e de ninguém em particular. Poderíamos falar das Rádios Livres ou Comunitárias, da Anistia Social, Já; a luta pelas soberanias da vida, em todas as suas formas, com propostas concretas, os grupos de produção e satisfação de necessidades, a soberania alimentar, a aposta pelo trem frente aos automóveis e os trens-bala e similares, o direito à mobilidade, o transporte para todas as pessoas, a tomada de terras e casas/imóveis vazios, a luta antirepressiva e o fechamento de diferentes prisões, o direito à autodeterminação dos povos, a aposta por quebrar as lógicas metropolitanas, situando-nos no território e grupos de satisfação de necessidades de todo tipo, a partir do apoio mútuo (o trabalho não desde o emprego/empregabilidade, apostar pelo COMUM, o comunitário, o coletivo...). Sempre com o entendimento de que SE NOS TOCAM A UMA, NOS TOCAM A TODAS.

Mas, para além desta enumeração de alternativas nas quais estamos a colocar nossos corpos e vidas, desejamos nesta ocasião compartilhar uma delas que tem servido para nós como ferramenta para abrir um profundo debate sobre nossas vidas, a centralidade da mesma, e como com outras ferramentas sair da enorme dor que produz a carência de recursos, o empobrecimento e a exclusão social. Trata-se da Renda Básica das Pessoas Iguais - RBis (*Renta básica de las iguales*).

RENDA BÁSICA DAS PESSOAS IGUAIS (a Rbis), autonomia para as pessoas de baixo

“Dê cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades”. (P. Kropotkin)

A RBis coloca como um direito a renda suficiente de subsistência para todas

as pessoas, com as seguintes características:

- Trata-se de um **direito individual**, diferentemente da maioria das ajudas que são destinadas à unidade familiar. Neste sentido, a RBis se dirige à emancipação das pessoas com suas necessárias implicações na igualdade de gênero ou para a autonomia da juventude.
- Falamos de um **direito universal**, de modo que qualquer pessoa que viva no lugar tem direito a recebê-la, sem nenhuma outra limitação. Esta condição nos iguala a todas frente a este direito e facilita a tramitação das RBis, elimina a burocracia desnecessária e a fiscalização da esfera privada por parte dos serviços sociais.
- É um **direito incondicional** que não requer nenhum pré-requisito nem contra prestação e tampouco são necessárias a busca ativa de emprego ou outras políticas de ‘reinserção’ destinadas a exercer a contenção social.
- **O aporte é o suficiente para satisfazer as necessidades básicas** e é fixada no equivalente ao umbral da pobreza. É aqui onde outra das características da sua definição tem todo sentido. A RBis deve ser uma quantidade suficiente para não ter que voltar ao mercado do emprego, ou seja, falamos do trabalho produtivo nas mãos do Estado ou dos patrões, ao emprego que não se destina a sustentar a vida ou avançar para o bem-estar do conjunto da sociedade, mas sim ao lucro ou o controle social. Partimos da base, desde uma concepção claramente libertária, de que toda pessoa ao longo de sua vida, de forma natural e livre, contribui para a sociedade com cuidados, reprodução da vida, amizade e apoio mútuo. Além disso, se tem os recursos suficientes para viver dignamente, poderá contribuir para a comunidade com trabalho criativo, para a reconstrução dos laços comunitários, para o compartilhamento que, sem dúvida, dará a autonomia necessária para construir processos sociais de saída do sistema e de emancipação frente ao Estado. Esclarecemos que o atual modelo da RBis, quando fala de quantia suficiente, refere-se ao 50% da renda per capita, a definição do umbral da pobreza que utiliza a União Europeia para as pessoas de forma individualizada, já que tem outra quando se trata de medir a pobreza em nível familiar.
- **Fundo da Renda Básica.** O fundo se nutre das contribuições individuais de todas

as pessoas que convivem no mesmo bairro ou povoado. A quantidade que cada pessoa contribui para o fundo é de cerca de 20% do que inicialmente recebe a pessoa, com tendência a chegar a zero. O Fundo da Renda Básica é autogerido a partir do bairro, vizinhança ou povoado, por meio das assembleias de vizinhos e vizinhas para cobrir as necessidades coletivas. Falamos de aplicar a democracia direta na tomada de decisões que afetam a comunidade. O modelo propõe que em fases posteriores, a porcentagem da contribuição coletiva aumente até chegar em 100%, momento este em que a riqueza produzida no território seria de propriedade comunal e autogerida pela assembleia. É notável como as outras propostas de Renda Básica carecem desta característica e como as críticas que costuma receber a RBis, a partir de posições de ‘esquerda’, obviam este elemento essencialmente libertário.

- **A RBis nasce *de abajo* para as pessoas *de abajo* como mais uma ferramenta de luta social.** A Renda Básica das Pessoas Iguais, insistimos, é, sobretudo, uma ferramenta que pode possibilitar a autonomia das pessoas *de abajo*, autonomia para experimentar novas formas individuais e coletivas de viver sem a necessidade de serem exploradas por um regime que tende à plena precariedade laboral e existencial e, além disso, rompe com a exclusão social, o que resulta em uma necessária melhoria e poder de negociação das pessoas frente às relações laborais. Esta autonomia nos permitiria decidir se é necessário (ético, sustentável...) ou não ir trabalhar na construção de *pântanos*, de automóveis, de aeroportos, de armas etc. É por isso que falamos de incondicional a respeito do Estado e suas ‘políticas de inclusão’. Sobre o que é conveniente contribuir, discutiremos e debateremos desde a pedagogia, desde a liberdade e não desde a imposição do estado e do capital, quer dizer, analisando desde a base da sociedade, com as pessoas, quais são as necessidades e os recursos disponíveis.

Esta ferramenta de transformação social parte das *Gentes de Baladre*, de sua experiência, suas reflexões e debates. Ao longo dos últimos anos, outros coletivos, alguns partidos políticos e organizações sindicais assumiram a proposta e tem participado em seu desenvolvimento e difusão.

ROMPER DENTRO E CONSTRUIR FORA

Nestes 35 anos de lutas, temos compreendido que a RBis, juntamente com outras muitíssimas propostas, como ferramentas que são, estão a nos ajudar a colocar a centralidade da vida no CUIDADOS, nos afetos e em nos sustentarmos juntas. Ao sair de lógicas institucionais, entendendo que na casa do patrão, nas instituições do mercado, em todos os seus formatos e tamanhos, somente nos resta ROMPER, frear o terrorismo que delas emana, suas lógicas repressivas de dominação e reprodução.

Apostamos por um municipalismo que freie o institucional, que o bloqueie e que colabore para abrir fora, construir no exterior a vida. Municipalismo que tem que partir do desenvolvimento de práticas que assegurem a soberania, todas as soberanias para a vida. Construimos as práticas de vida baseadas no compartilhar, no gerar juntas tudo aquilo que necessitamos para sustentar e reproduzir a vida.

UNIDADE 1. DESCOLONIZAR A REBELDIA

1. LIBERAR O MUNDO NOVO QUE PULSA NO CORAÇÃO DOS MOVIMENTOS³

Na América Latina, os movimentos antissistêmicos apresentam algumas peculiaridades em relação aos do primeiro mundo e também diferenças em relação às análises que a sociologia dos movimentos sociais produziram. Estas diferenças podem ser agrupadas em quatro grandes eixos: as correntes políticas em que inspiram os movimentos, suas principais características, as tradições que influem em sua conformação para, por fim, dar conta de que podemos entender, neste continente, por movimentos alternativos e antissistêmicos.

Quatro grandes correntes políticas de resistência social e cultural nascidas nesta região conformam o quadro ideológico e cultural dos grandes movimentos: as comunidades eclesiais de base vinculadas à teologia da libertação, a insurgência indígena portadora de uma cosmovisão distinta da ocidental, a educação popular e o *guevarismo* como inspirador da militância revolucionária. Estas correntes de pensamento e ação, ou várias delas, estão presentes em quase todos os movimentos importantes, o que dá lugar a uma espécie de mestiçagem, sendo esta uma de suas características diferenciadoras. Por outro lado, estas correntes não somente nasceram na América Latina, mas somente as encontramos neste continente. Isto nos permite afirmar que na segunda metade do século XX conformaram uma personalidade diferenciada e diferente, sobre as quais se tem erigido pautas emancipatórias heterogêneas em relação às herdadas das tradições eurocêtricas.

A teologia da libertação, como corrente de pensamento e ação comprometida com os pobres e ligada à prática das comunidades eclesiais de base, contribuiu com um olhar crítico sobre a realidade dos oprimidos ao dar ênfase nos componentes da pobreza: a exploração e a opressão. Deste modo, contribuiu para superar o economicismo hegemônico no pensamento crítico desde a metade do século XX. Promoveu, além disso, o compromisso de resolver os problemas coletivamente através da organização popular. Presentes em todo o continente, as comunidades de base jogaram um papel significativo na inspiração de movimentos camponeses sem

³ Texto de Raúl Zibechi originalmente publicado no livro *Latiendo resistencia: mundos nuevos y guerras de despojo*. Carcaixent: Baladre; Málaga: Zambra, 2016. p. 53-62. Tradução de Alessandro de Melo.

terra, de indígenas e de pobres urbanos, assim como na formação de importantes partidos de esquerda.

As cosmovisões índias são opostas às ocidentais, em particular nos modos distintos de encarar a relação com o meio ambiente e entre as pessoas, ou seja, a relação sujeito-objeto é enriquecida pela existência de uma pluralidade de sujeitos em um mundo onde não existem objetos. As nações índias e suas culturas oferecem alternativas à crise civilizatória e ambiental em curso, onde o individualismo hegemônico no mundo capitalista se dissolve nas lógicas comunitárias. As comunidades índias são uma parte central do contingente anticapitalista e antissistêmico estando em Chiapas e na Bolívia uma de suas porções mais firmes e ativas. Paralelamente, as formas de vida e as subjetividades existentes em milhares de comunidades índias em todo o continente pode ser uma poderosa base para avançar para uma sociedade sem classes, mais igualitária e horizontal que as que conhecemos.

A educação popular formulada por Paulo Freire se enraizou como o modo de conhecer dos setores populares organizados, facilitou a autoaprendizagem a partir das capacidades já existentes nas culturas populares e joga um papel determinante no reforço da autoestima dos dominados. Suas metodologias se estenderam a quase todos os movimentos e desempenharam um papel importante na formação de intelectuais próprios dos setores populares.

O *guevarismo*, podemos defini-lo como o compromisso ético e militante com os de baixo, seguindo a tradição do Che. As potências ética e política do exemplo de vida de Che levaram gerações de ativistas a lutar para mudar o mundo sem esperar nada em troca e fortaleceu o pensamento crítico que, unido a uma ética de colocar o corpo junto com as ideias, modificou a relação de forças no continente a favor dos de baixo.

Em segundo lugar, os movimentos antissistêmicos latino-americanos apresentam várias características comuns para além das particularidades de cada um deles que os diferencia dos que existem no Norte. Boa parte delas deriva da territorialização dos movimentos, ou seja, de seu enraizamento em espaços físicos recuperados ou conquistados por meio de longas lutas abertas ou subterrâneas. É a resposta estratégica dos pobres à crise da velha territorialidade da fábrica e da fazenda e à reformulação por parte do capital dos velhos modos de dominação. O enraizamento territorial é o caminho percorrido, por exemplo, pelos camponeses sem terra mediante a criação de uma infinidade de pequenas ilhas autogestionadas, mas

também pelos indígenas de todo o continente que têm expandido suas comunidades até reconstruir seus ancestrais territórios arrebatados pelos colonizadores e os proprietários de terra.

Esta estratégia, surgida no meio rural, começou a se impor nas margens de desocupados e subocupados urbanos: criaram assentamentos nas periferias das grandes cidades mediante a tomada e ocupação de prédios. Em cidades inteiras como El Alto (Bolívia) e Oaxaca (México), os setores populares criaram micropoderes territoriais locais, paralelos aos estatais, a partir dos quais asseguram a sobrevivência cotidiana e sob a base dos quais lançaram desafios inéditos às elites. Em muitas outras cidades do continente, com destaque a Caracas, Buenos Aires, Santa Cruz de la Sierra e Lima, foram construídos espaços autocontrolados pelos pobres urbanos que representam – resguardadas as distâncias – experiências tão ricas como as que praticaram os indígenas e sem-terra em seus territórios comuns.

O resultado é que, em todo o continente, vários milhões de hectares foram recuperados ou conquistados pelos pobres. Em seus territórios, ensaiam formas de vida nas quais frequentemente predominam relações sociais não capitalistas, já que o controle territorial – muito diferente dos espaços estudados por Henry Lefebvre – lhes permite viver de outro modo, um mundo de valores de uso mais que de valores de troca. Grandes movimentos, como os indígenas do México, Bolívia, Equador, Peru, Chile e outros países, além dos camponeses e algumas periferias urbanas, erguem em seus territórios projetos de longo prazo, entre os quais se destaca a capacidade de produzir e reproduzir a vida. A experiência dos *piqueteros* argentinos foi muito significativa, já que é um dos primeiros casos nos quais um movimento urbano coloca em um lugar de destaque a produção material.

A busca de autonomia é uma segunda questão em comum que se desenvolveu, em primeiro lugar, entre os indígenas, mas de modo crescente entre camponeses e também setores populares urbanos. Certamente, os graus de autonomia são diversos e seu desenvolvimento depende em grande parte da capacidade de somar à autonomia política a material, sempre mais próxima naqueles sujeitos que vivem em zonas de escassa presença estatal e onde podem assegurar a sobrevivência pelo fato de contar com terra própria. No terreno das autonomias, a experiência zapatista é, sem dúvida, a mais avançada do continente e, provavelmente, do mundo, já que mostra a possibilidade de construir poderes não estatais (sem burocracia permanente e separada

da comunidade) de baixo para cima, sob a base da rotatividade que permite ao conjunto do corpo social se apropriar dos poderes coletivos.

A terceira questão é que os movimentos têm tomado em suas mãos a educação e a formação de seus integrantes e também de suas equipes dirigentes com critérios pedagógicos próprios, frequentemente inspirados na educação popular e em tradições rurais e indígenas. Os movimentos foram capazes de colocar de pé milhares de escolas, dezenas de centros de educação secundária e também universidades. Tomar a educação em suas mãos foi um longo processo frente ao abandono dos estados, mas, paralelamente, foi uma necessidade no momento de aprofundar na identidade diferenciada de cada sujeito coletivo. Ficou para trás o tempo em que intelectuais alheios ao movimento falavam em seu nome.

O destacado papel das famílias e, nelas, das mulheres, é o quarto traço que compartilham a maior parte dos movimentos antissistêmicos latino-americanos. Quase todos são movimentos de famílias, mas não da família nuclear tradicional de classe média urbana, mas sim de famílias extensas, integradas em comunidades rurais ou em bairros de setores populares urbanos. As famílias são unidades domésticas que cumprem múltiplas funções, entre elas as econômicas e de pertencimento. Ao se tratar de movimentos de famílias, quer dizer que a maioria das vezes a adesão ao movimento não é individual, mas coletiva e familiar-comunitária. Nestes movimentos, as mulheres cumprem um papel relevante, não tanto por ocupar lugares em estruturas formais e hierárquicas, mas sim pela importância decisiva que têm na cotidianidade do movimento, como ficou claro nas experiências de El Alto e Oaxaca, em 2003 e 2006, respectivamente.

Por último, os movimentos tendem a se dotar de uma organização mais flexível e menos hierárquica, onde as diferenças entre direção e base aparecem atenuadas, mas também mais informal e menos institucionalizada que as que foram hegemônicas durante a primazia do movimento sindical. As formas de organização dos atuais movimentos tendem a reproduzir a vida cotidiana, familiar e comunitária que assumem, frequentemente, a forma de redes de auto-organização territorial. O levante aymara, em setembro de 2000 na Bolívia, mostrou a organização comunal como o ponto de partida e suporte da mobilização, sem que houvesse necessidade de adotar órgãos especializados e separados para dirigi-la. Algo similar ocorreu com a Assembleia dos Povos de Oaxaca durante o tempo em que controlou a cidade.

De todas estas características, as novas territorialidades criadas pelos movimentos são o traço diferenciador mais importante (com relação aos velhos movimentos e aos atuais movimentos do primeiro mundo) porque estes territórios são os espaços nos quais se constrói coletivamente uma nova organização da sociedade. Os territórios dos movimentos são os espaços em que os excluídos asseguram sua sobrevivência diária. Isto quer dizer que, agora, os movimentos têm começado a tomar em suas mãos a vida cotidiana das pessoas que os integram. Passaram a ser produtores, o que representa um dos maiores êxitos dos movimentos nas últimas décadas em termos de autonomia e de capacidade de criar um mundo novo, diferente do hegemônico pelo capital.

Em terceiro lugar, as tradições que influem nos movimentos são plurais, ou seja, não se inscrevem exclusivamente na tradição emancipatória ocidental, mas sim de modo significativo nas tradições revolucionárias indígenas e populares latino-americanas. As tradições ocidentais de cunho marxista, anarquista e socialdemocrata fazem parte de um paradigma racional, em sintonia com a Ilustração⁴, centradas no conceito de cidadão e nos direitos humanos individuais. Diferentemente dos processos encabeçados pelos *criollos*, os índios se inspiraram em suas próprias tradições. As revoluções pan-andinas, de 1780, encabeçadas por Túpac Amaru e, especialmente, por Túpac Katari, não se inspiraram nem na revolução francesa nem na haitiana e pertencem a uma genealogia diferente dos processos que promoveram as independências *criollas*. Os rebeldes de 1780 sustentaram suas demandas e ações em suas tradições comunitárias e, como povos, nas práticas de assembleias descentralizadas e no tradicional sistema de cargos rotativos ou por turnos.

Quero dizer que existe uma genealogia rebelde e emancipatória não ilustrada nem racionalista que, ainda que não tenha merecido maior atenção das academias e dos partidos de esquerda, está na raiz do pensamento e das práticas “outras” de uma porção substancial dos oprimidos deste continente. Estas genealogias outras são traduzidas de alguma maneira nos conceitos de *Sumak Kawsay*, *Buen Vivir* ou *Suma Qamaña*, *Vivir Bien*, que os quíchuas equatorianos e os aymaras e quéchuas bolivianos fizeram incorporar às novas constituições. “Vida limpa e harmônica”, ou seja, viver de maneira que se estabeleça uma relação harmoniosa entre os seres humanos e, portanto, entre eles e a natureza, já que não pode haver diferença entre o

⁴ Iluminismo ou Século das Luzes.

modo como as pessoas se relacionam entre si e com o fazem com o espaço onde vivem.

Trata-se de uma ruptura radical com a cultura ocidental, com as ideias de progresso e desenvolvimento, com as propostas de crescimento e consumo ilimitados, que não são outra coisa que a perpétua acumulação de capital e de poder em um polo da sociedade. Mas é também uma ruptura com a modernidade, com o colonialismo e o eurocentrismo. A crise civilizatória que estamos vivendo nos sugere que os instrumentos analíticos, com os que contamos para compreender e analisar a realidade, já não são confiáveis porque são conhecimentos de matriz colonial (como a relação sujeito-objeto na qual se sustentam) que se limitam a consagrar o atual padrão civilizatório como algo natural e impedem de pensar em formas de viver diferentes. *Vivir Bien* ou *Buen Vivir* é uma arte guiada por princípios e uma alternativa de vida frente à civilização da morte, não uma lista de demandas que possam ser formuladas como direitos dos cidadãos e deveres dos Estados. Uma arte que supõe harmonia com a natureza, considerada como uma mãe da qual dependemos e com a qual não podemos estabelecer uma relação de concorrência ou domínio.

Nos setores populares urbanos se soma também uma cultura diferente à hegemônica que tem forte influência nos movimentos urbanos, que foi abordada a partir de diversos ângulos e que abrangem desde os padres *villeros* argentinos até análises mais acadêmicas dos bairros populares venezuelanos. Eles têm advertido sobre a existência de uma cultura urbana assentada em uma potente sociabilidade (baseada no estar ou “estar-sendo”), onde a relacionalidade social é determinante e capaz de conformar um mundo de vida popular com características muito diferentes à da sociedade hegemônica, inclusive relações econômicas por fora do mercado.

As tradições índias junto às urbano-populares, das que formam parte as culturas afros, as rurais, cristãs de base e também indígenas, conformam um conjunto de referências éticas e simbólicas, algo como os “usos e costumes” das rebeldias dos de baixo que estão presentes em muitos movimentos antissistêmicos. Não se trata de que exista um paradigma emancipatório similar, mas diferente do ocidental: um substrato de tradições rebeldes, múltiplas e não unificadas, praticadas e não teorizadas, que têm alimentado os modos e formas dos insubordinados de hoje. Certamente, os movimentos inspirados nestas tradições não excluem as que os movimentos antissistêmicos herdaram da revolução francesa e das revoluções

posteriores, mas que as enriquecem, assim como estão, em algumas ocasiões, abertos a receber as propostas ocidentais.

Tal como o caso da libertação da mulher, tensão que não está presente nem nas tradições latino-americanas índias nem nas urbano-populares. Pelo contrário, nestas não existe nada parecido à *tábula rasa* herdada da Ilustração, nem a separação entre teoria e ação, nem sequer entre estratégia e tática, desde que nas culturas originárias não existe uma divisão entre meios e fins.

Os três aspectos mencionados nos permitem colocar em debate o conceito de movimentos sociais de cunho eurocêntrico. Nos países centrais, os movimentos sociais e antissistêmicos atuam no seio de uma sociedade que pretendem mudar e seus debates focaram em como conseguir os objetivos que se propõem, assim como nas formas de ação e de organização. Na América Latina, podemos observar que os movimentos antissistêmicos têm começado a converter seus espaços em alternativas ao sistema dominante, por dois motivos: convertem-nos em espaços simultâneos de sobrevivência e de ação política e constroem neles relações sociais não capitalistas. A forma como cuidam da saúde, como se educam, como produzem seus alimentos e como os distribuem não é mera reprodução do padrão capitalista, ao contrário, – em uma parte considerável destes empreendimentos – vemos uma tensão para ir além ao colocar em questão em cada um destes aspectos as formas de fazer herdadas.

Observamos, então, que na América Latina não existe “uma” sociedade, mas duas, mais ou menos separadas e diferenciadas, para cuja formação, o fato colonial parece ter tido um papel determinante. Nesta fratura, atuam os movimentos antissistêmicos mais importantes. O controle territorial que exercem tem sido a chave que lhes permite criar seus pequenos mundos de relações sociais não capitalistas e de poderes não estatais no seio do mundo dos oprimidos. Em cinco séculos, os movimentos dos de baixo transitaram por um longo caminho: da reapropriação da terra e do espaço à criação de territórios, da criação de novas subjetividades à constituição de sujeitos políticos novos e diferentes em relação à velha classe trabalhadora industrial sindicalizada e aos partidos que a representavam e da desocupação à criação de novos ofícios para dar o passo a economias contestatórias. Este longo processo não foi, no meu modo de ver, refletido em toda sua complexidade e ainda não descobrimos todas as suas potencialidades.

O aspecto central deste debate é se, efetivamente, existe um sistema de relações sociais que se expressam ou se condensam em um território. Isto supõe entrar

na análise dos movimentos a partir de outro lugar: não pelas formas de organização e dos repertórios da mobilização, mas sim das relações sociais, dos territórios e da reapropriação dos meios de produção. Neste tipo de análise, aparecerão novos conceitos como autonomia, comunidade, poderes não estatais, entre os mais destacados. Porque os movimentos antissistêmicos latino-americanos propõem tanto a superação/destruição do capitalismo e dos Estados-nação, como uma batalha igualmente importante pela descolonização do pensamento e, muito particularmente, do pensamento crítico. Neste sentido, os conceitos de movimentos sociais e, ainda, de movimentos antissistêmicos, poderiam ser complementados com propostas e debates que nasceram no calor da última onda de lutas sociais, tais como “movimentos sociais” ou “sociedades em movimento”. Ambos os conceitos buscam dar conta do fato de que nos processos da última década, o que se colocou em movimento são relações sociais diferentes às hegemônicas pelo capital e pelos estados, ou seja, não somente se mobilizou uma parte da sociedade, mas sim uma sociedade distinta e entrelaçada por relações sociais não capitalistas.

Isto implica mudar nossas hipóteses herdadas sobre a revolução e a mudança social. Ou, melhor, recuperar algumas das mais brilhantes intuições dos fundadores do socialismo, como a que delineou Marx em seu balanço da Comuna de Paris. As mudanças produzem os movimentos antissistêmicos, mas não porque modificam somente a relação de forças na sociedade – que a modificam de fato – mas porque neles nascem-crescem-germinam formas de laço social que são a argamassa do mundo novo. Já não “o” mundo novo, mas sim germes deste mundo. Marx assegurava que os trabalhadores não possuíam utopias pré-fabricadas para colocar em prática, nem tinham que realizar seus ideais, mas liberar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa carregava em seu seio. Seu conceito sobre a revolução como parteira da história segue o mesmo sentido.

Este mundo “outro” existe já de alguma maneira no seio dos movimentos antissistêmicos. Boa prova disto são as *Juntas de Buen Gobierno* em Chiapas, os assentamentos “Sem-Terra” no Brasil e as centenas de fábricas recuperadas por seus trabalhadores, para mencionar apenas três casos. Aparentemente, os movimentos latino-americanos, como assinalou o Subcomandante Insurgente Marcos, estariam a ensaiar uma nova forma de fazer política, abaixo e desde baixo, por fora das instituições estatais que não pretendem ocupar, ainda que sigam aspirando a destruí-

las para, na linha de Marx, “dar asas” (expandir, propagar) o mundo novo que já pulsa no coração dos movimentos.

MOVIMENTOS ANTISSISTÊMICOS E DESCOLONIZAÇÃO⁵

Sobrevive hoje apenas um punhado de colônias no mundo, mas o colonialismo não terminou. Apenas mudaram suas maneiras, suas formas. A descolonização não distribuiu poderes, mas, ao contrário, reforçou e congelou a divisão do trabalho assentada na classificação racial que caracterizava a colônia. O resultado é o que Aníbal Quijano define como “colonialidade do poder”. Todavia, o novo colonialismo tem sido reforçado graças ao modelo extrativo imperante. Por isso, os movimentos antissistêmicos podem ser considerados como movimentos anticoloniais de novo tipo.

A quase dois séculos das independências, o modelo extrativo na América Latina revive e atualiza algumas das características do fato colonial. Entre elas: a exclusão das majorias índias/negras/mestiças que, seguindo Fanon, podemos considerar como coletivos que vivem na *zona do não-ser* (como assinalava Fanon, em uma divisão da sociedade que hoje parece mais adequada que a de classes sociais, ainda que não a exclua), a intervenção vertical-militar do capital e os estados nos territórios da mineração a céu aberto, os monocultivos, a especulação imobiliária e as megaobras de infraestrutura.

Sinteticamente, queria detalhar algumas das principais formas de operar do capitalismo em sua fase de financeirização, que na América Latina implica a atualização do fato colonial:

- *a ocupação de territórios* pela mineração a céu aberto e a monocultura, seguida da expulsão de comunidades inteiras, do estreitamento de suas possibilidades de se manter no território pela presença de atores armados e a usurpação de suas terras. Em vários países andinos foram concedidos a multinacionais da mineração entre 25 e 30% do território, enquanto que os monocultivos ocupam as melhores terras e pressionam os pequenos produtores rurais.
- o estabelecimento de *relações assimétricas entre as empresas transnacionais, os estados e as populações*. De um ponto de vista estrutural, o principal efeito do extrativismo foi “reinstalar um novo padrão de assimetrias econômicas e geopolíticas através da criação de

⁵ Texto de Raúl Zibechi originalmente publicado no livro *Latiendo resistencia: mundos nuevos y guerras de despojo*. Carcaixent: Baladre; Málaga: Zambra, 2016, p.p.39-52. Tradução de Alessandro de Melo.

territórios especializados na provisão de bens naturais, sob a intervenção e operação do controle de grandes empresas transnacionais” (COLECTIVO VOCES EN ALERTA, 2011, p.12).

- a geração de *economias de enclave*, como expressão extrema de espaços sócio-produtivos estruturalmente dependentes. Os enclaves eram uma das principais formas de ocupação do espaço durante a colônia; caracterizam-se por não ter relações com o entorno, economias “verticais” que não se articulam com as economias das populações. Extraem, levam, mas não interagem; empobrecem a terra, o tecido social e isolam as pessoas.
- as grandes empresas mineiras, de soja e de especulação urbana violam a legislação local e a soberania das nações por meio de *intervenções políticas potentes* que conseguem modificar as legislações, até o ponto de forçarem os estados a outorgar importantes benefícios fiscais às empresas, garantir a estabilidade dos lucros, eximindo-as de pagamentos de impostos, direitos de importação e outras obrigações que valem para os cidadãos e colocam os países em situação de dependência que implica o fim das soberanias. Na Argentina, o Código de Mineração declara expressamente que o estado não pode explorar nem dispor das minas e, por isso, concede aos “particulares a faculdade de buscar minas, de aproveitá-las e dispor delas como donos...” (COLECTIVO VOCES DE ALERTA, 2011, p.37).
- a mineração e os monocultivos ignoram as populações e o meio ambiente local, geram um grave problema de água, seja por escassez ou contaminação e rompem os ciclos biológicos; registra-se uma tendência à desterritorialização e desintegração sociais, as comunidades perdem acesso a certas áreas de produção, a presença extrativa fomenta a migração campo-cidade e a redefinição dos territórios como consequência da intervenção vertical das empresas e a desintegração comunal que gera espaços locais transnacionalizados (GIARRACA Y HADAD, 2009, p.p.239-240).
- *o extrativismo é um “ator social total”*, intervém na comunidade onde se instala, gera conflitos sociais e provoca divisões. Mas também

busca gerar adesões por meio de “contratos diretos e dádivas ou ofertas a indivíduos e comunidades particulares, sob a forma de ação social empresarial, apontam para dividir a população, a fim de alcançar uma espúria “licença social” ou calar os setores que se opõem” (COLECTIVO VOCES DE ALERTA, 2011, p.73). As empresas desenvolvem vínculos estreitos com universidades e instituições, fazem doações a escolas e clubes desportivos. Convertem-se em “um ator social total” (SVAMPA Y ANTONELLI, 2011, p.47). Tendem a reorientar a atividade econômica e se convertem em agentes de socialização direta com ações sociais, educativas e comunitárias. Pretendem ser “agentes socializadores” para conseguir “um controle geral da produção e reprodução da vida das populações” (SVAMPA Y ANTONELLI, 2009, p.47).

O extrativismo está promovendo uma completa reestruturação das sociedades e dos estados da América Latina. Não estamos diante de “reformas”, mas sim diante de mudanças que colocam em questão algumas realidades das sociedades, como o processo regressivo na distribuição da terra (BEBBINGTON, 2007, p.286). A democracia se debilita e nos espaços do extrativismo deixa de existir, os estados subordinam-se às grandes empresas a ponto que os povos não podem contar com as instituições para se proteger das multinacionais.

A partir das constatações anteriores, queria destacar três aspectos da fase atual do capitalismo, tal como se manifesta frente aos povos da América Latina:

- *os povos e as populações são obstáculos para a acumulação por despejo/desapropriação.* A rigor, no sul, na zona do não-ser, não estamos frente à acumulação por desapropriação, como a define Harvey, mas sim frente à *Quarta Guerra Mundial*, como assegura o EZLN [Exército Zapatista de Libertação Nacional]: “Todos somos o inimigo a vencer: indígenas, não indígenas, observador dos direitos humanos, professores, intelectuais, artistas” (SUBCOMANDANTE MARCOS, 1999).
- *o primeiro instrumento da acumulação por desapropriação na zona do não-ser não são as privatizações,* como sugere Harvey, *mas sim a*

violência e seus agentes são, indistintamente, poderes estatais, paraestatais e privados que, em muitos casos, trabalham juntos porque compartilham os mesmos objetivos. A violência e a militarização dos territórios são a regra, formam parte inseparável do modelo; os mortos, feridos e espancados não são fruto de excessos acidentais de mandos policiais ou militares. É o modo “normal” de operar do extrativismo na zona do não-ser. Em suma: acabar com os povos que sobram, desertificar os territórios e, logo, reconectá-los ao mercado mundial.

- na América Latina índia/negra/mestiça, *historicamente o principal modo de disciplinamento não foram o panóptico nem os satanic mill*⁶, *mas sim o massacre e a ameaça como no período republicano, em ditaduras ou em democracias, até os dias de hoje.*

Isso permite assegurar que o “desenvolvimento” do capitalismo na América Latina não produziu a esperada homogeneização, como o previu Marx, mas, ao contrário, aprofundou a “heterogeneidade histórico/estrutural” (racial, cultural, de modos de produção e de vida). Este é o grande paradoxo do capitalismo em nossa região. Seguindo Quijano, vemos que convivem diversas relações de produção, “a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade, o salário... todas e cada uma articulada ao capital” (QUIJANO, 2000^a, p.204).

Esta realidade irreduzivelmente heterogênea, onde frequentemente encontramos relações heterogêneas, como assinala Zavaleta, nos impõe aos que estamos focados nas mudanças sistêmicas promovidas desde baixo, a necessidade de rediscutir os saberes herdados, tanto teóricos como práticos. Trata-se de reconsiderar o pensamento crítico de matriz eurocêntrica, em particular algumas categorias como autonomia/família/organização/Estado, entre muitas outras.

Na continuação, gostaria de fazer algumas considerações sobre a relação entre descolonização e movimentos antissistêmicos, tomando como eixo de reflexão os movimentos índios. Meu argumento é que a descolonização é um processo de lutas e conflitos de classe/raça/gênero/geração, em cujo processo se conformam sujeitos que encarnam a descolonização. Em síntese, não existe descolonização (nem política, nem cultural, nem epistêmica) fora do marco de conflitos múltiplos/heterogêneos. Mas os

⁶ Fábricas do diabo, onde se viram forçados a trabalhar os camponeses cujas terras comunais foram cercadas/expropriadas (POLANYI, 1989).

conflitos implicam duas questões centrais: sujeitos coletivos que os protagonizem e a capacidade de criar um mundo novo para que os oprimidos não repitam a velha história que os leva a ocupar o lugar do opressor.

1. Não existe descolonização sem sujeito descolonizador

Esta afirmação pode parecer óbvia, mas uma parte importante dos trabalhos sobre colonialidade/descolonialidade tratam os povos como vítimas do colonialismo, mas não enfatizam sua condição de cozeiros. Um pensamento crítico emancipatório, no meu modo de ver, não pode se limitar a constatar as opressões, mas sim, ao mesmo tempo, deve se focar nos caminhos e formas de ação para superá-las, com base na experiência viva dos sujeitos coletivos que nascem no mundo dos oprimidos.

Quem diz sujeitos diz conflitos, lutas de classes/raças/gêneros/gerações. Existe uma tendência academicista a esconder o papel das lutas sociais concretas, invisibilizá-las como chave para compreender a história. Neste sentido, devemos recuperar a trajetória de Fanon/Sartre, como militantes e pensadores críticos comprometidos com as causas dos povos em luta.

Ao observamos a América Latina nas últimas duas décadas, por exemplo, desde o *Caracazo* de 1989, os sujeitos coletivos que protagonizaram estas lutas podem ser agrupados em três grandes blocos sociais: indígenas ou comunitários, camponeses sem-terra e setores populares urbanos. Caso os agrupemos por “cor” ou raça, então vemos, sobretudo, índios, negros e mestiços. Se considerarmos gerações e gêneros, observamos que nos movimentos predominam as mulheres e jovens.

Mas se abordarmos a questão de suas cosmovisões e culturas, ou modos de fazer/viver, aparecem quatro, todas elas nascidas e crescidas na América Latina no calor das resistências: a *educação popular* em sua vertente mais plebeia, ou seja, autoeducação popular; a *teologia da libertação* em sua derivação nas teologias índia, negra e feminista; as *cosmovisões não-ocidentais* reconstruídas nas últimas décadas nas rebeliões dos povos originários e o *guevarismo*, que é a expressão dos jovens das classes médias comprometidos com os sujeitos populares.

Isso está a nos indicar que os diversos *abajos* lutam por se auto-organizar comunitariamente, com base em suas experiências e saberes próprios. Essas são as pessoas que fizeram a história deste continente nas duas últimas décadas, ainda que de suas lutas e resistências se beneficiaram, até o momento, partidos, movimentos e estados que pretendem representá-los e dirigi-los. Eles colocaram em pé movimentos

antissistêmicos (piqueteiros, sem-terra, zapatistas) que mudaram a cara desta região do mundo.

Estes sujeitos são, como a estrutura a que pertencem, irredutivelmente diversos e heterogêneos. Esta heterogeneidade não pode se sentir refletida/representada em um partido ou um Estado, que são sempre sinônimos de homogeneidades forçadas desde cima. Os movimentos que constroem são bem diferentes dos velhos aparatos sindicais: centralizados, com uma férrea divisão/separação entre base e direção, com funcionários que conformam uma burocracia, ou seja, características bem parecidas com as que possuem as instituições estadocêntricas.

Os sujeitos descolonizadores rechaçam a uniformidade. Para que as heterogeneidades e diversidades se sintam incluídas, estabelecem formas de coordenação flexíveis, tão soltas que muitas vezes os analistas de cima não acertam em identificar um movimento de uma onda de mobilizações. Esta geração de movimentos outorga especial importância à criação de espaços nos quais os diversos e diversas se encontrem, reconheçam-se, elaborem códigos e linguagens comuns sob a base de suas diferentes formas de fazer e estar no mundo. Aprenderam, não sem dificuldades, que as diferenças não devem se congelar em assimetrias de poder, porque é a melhor forma de excluir, ou seja, de reproduzir as opressões que conhecemos e sofremos.

Não pode haver uma descolonização *em geral*, deve ser, em suma, cara a cara, direta, no território, sem mediações/instituições. A descolonização é um processo estendido no tempo, não pode ser breve, é um processo ininterrupto de rupturas para fora e para dentro. A descolonização não tem um ponto final, porque nos molda, é um horizonte de transformação coletiva e individual, material e simbólica.

2. O Estado não pode ser o sujeito descolonizador

Na América Latina, os estados foram obra colonial. Os Estados-Nação de nossa região se impuseram ou eliminaram uma parte da população (Cone Sul), ou foram contra a maioria da população: índios, negros, mestiços. O que é necessário não é entrar no Estado, mas sim distribuir poder, democratizar as relações sociais, que é a tarefa prévia de qualquer outra consideração. Nem sequer o Estado Plurinacional pode ser alavanca para a emancipação. Porque se trata do mesmo Estado colonial de sempre que não distribui o poder como ficou evidenciado no Equador e na Bolívia.

Um dos fundadores do *Consejo Regional Indígena del Cauca* (Colômbia), que agrupa *nasas* e *misak*, don Lorenzo Muelas, o disse em uma frase lapidar: “*A terrajería não acabou, persiste através das instituições*”⁷. As instituições estatais são a continuidade do colonialismo, como podem constatar os familiares e amigos dos 43 de Ayotzinapa.

A participação dos dominados nas instituições dos “outros”, sempre de forma subordinada, está orientada a reduzir suas diferenças como povos, e podemos considerá-la como um novo modo de assimilação.

O sujeito descolonizador é um sujeito coletivo da *zona do não-ser*. Sujeitos que fazem política de outro modo, em outros espaços/territórios com outros tempos, com outras formas de auto-organização.

O Estado-Nação latino-americano tem uma genealogia diferente da europeia, como nos lembra Aníbal Quijano. Aqui não se registrou “a homogeneização da população em termos de experiências históricas comuns”, nem a democratização de uma sociedade que possa se sentir representada em um estado democrático; as relações sociais se fixaram sobre a colonialidade do poder estabelecida sobre a ideia de raça, convertida no fator básico da construção do Estado-Nação. “A estrutura de poder foi, e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e, sobretudo, do Estado-Nação tem sido conceituada e trabalhada contra a maioria da nação, neste caso, dos índios, negros e mestiços” (QUIJANO, 2000b, p.237).

A descolonização, hoje, passa pela desarticulação da dominação por raça ou cor que se congela através da violência, a exclusão ou a eliminação dos diferentes. Este é o passo prévio para qualquer mudança social. Neste ponto, a descolonização opera de modo similar à luta contra o patriarcado: é a condição para a emancipação das mulheres, não pode esperar que se construa a nova sociedade, porque para que esse passo seja possível, as mulheres, os índios/negros/mestiços tem que romper as cadeias das opressões.

3. Descolonizar o pensamento crítico

Ninguém se surpreenderá se dissermos que o pensamento crítico que herdamos é de cunho eurocêntrico. Isto não quer dizer que deva ser descartado em

⁷ Instituição colonial pela qual os camponeses pagavam a renda em trabalho ao proprietário das terras que havia roubado suas terras, por trabalhar nelas para sua subsistência.

bloco, porque seria como que “desperdiçar” a experiência histórica. Mas o conjunto deste pensamento, assim como a sociologia dos movimentos sociais, está referenciado na experiência europeia de conflitos, revoluções e lutas sociais.

Acredito que devemos reinterpretar o pensamento crítico à luz de nossa experiência histórica e de nossas realidades. Mais concretamente, acredito que devemos considerar as cosmovisões e as experiências de vida/resistência dos povos originários, dos afro-americanos e mestiços durante estes cinco séculos, como o tronco principal de nossos saberes emancipatórios. Neste tronco, podemos enxertar aspectos do pensamento crítico herdado.

Quero colocar um exemplo sobre o que estou dizendo. Vou me referir brevemente ao conceito de autonomia. O debate sobre a autonomia para os revolucionários da *zona do ser* pressupõe a existência de uma sociedade homogênea na qual todos seus integrantes estão em condições iguais de alcançar a autonomia individual e social. As experiências que toma o pensamento autonomista como referência estão ligadas à autogestão fabril dos operários na Europa em vários períodos, em particular na primeira e na segunda pós-guerras⁸. É neste marco que são produzidos os debates sobre autonomia-autogestão.

Na tradição marxista, a autonomia aparece de dois modos: como “independência de classe”, em uma sociedade dominada pela burguesia, e como emancipação, ou seja, “como modelo, prefiguração ou processo de formação da sociedade emancipada” (MODONESI, 2010, p.104).

Na corrente conselhistas, o conceito de autonomia aparece ligado à gestão (autogestão) das fábricas pelos próprios trabalhadores. Para Antón Pannekoek, a experiência dos conselhos obreiros faz parte do “progresso da humanidade” no sentido do socialismo, em um tipo de ação coletiva que rompe o controle do partido e dos sindicatos e permite a implantação das iniciativas da base operária. Opõe a democracia burguesa à democracia proletária que “depende justamente das condições econômicas opostas”, ou seja, da produção coletiva (PANNEKOEK, 1977).

Para os membros do coletivo *Socialismo ou Barbárie*, em particular para Castoriadis, a autonomia – como prática e como objetivo – consiste na direção consciente dos homens de sua própria vida, na capacidade das massas de se dirigir por

⁸ Soviets na Rússia em 1905 e 1917, conselhos de fábrica na Alemanha (1918) e Itália (1919); controle operário na revolução espanhola, em particular em Barcelona, e na França, depois de 1968, entre as mais conhecidas.

elas mesmas. Em seus trabalhos, Castoriadis reflete sobre uma dupla experiência histórica: as lutas presentes dos trabalhadores no lugar de trabalho e as tradições históricas que o movimento obreiro recupera ao se instituir. No primeiro aspecto, destaca a luta de classes nas fábricas, tanto as lutas explícitas (greves, paralisações) como as lutas implícitas (operação padrão⁹, ausentismo), as que consideram como lutas pela autonomia na medida em que colocam em xeque o domínio do capital, os tempos e a organização do trabalho, bem como o controle dos capatazes (CASTORIADIS, 1974).

Considera que o movimento obreiro se “autocriou” no século XIX ao se educar para sair do analfabetismo, adquirir, elaborar e propagar ideias políticas que lhe permitiram modificar as circunstâncias herdadas. “Mas isto foi possível graças à herança, à tradição do movimento democrático presente na história destes países, à orientação oferecida pelo projeto social-histórico de autonomia nascido no seio do mundo europeu” (CASTORIADIS, 1999, p. 138).

Para os indígenas, os camponeses, os setores populares e afros da América Latina, estas tradições às quais se refere Castoriadis não existem; não existe nada que possa se assemelhar a uma tradição de luta pelas liberdades como a que existiu nas cidades europeias a partir do século XIII, a qual alude em toda sua obra como o período em que nasceram as primeiras experiências de autonomia. Na América Latina, estamos frente a outra genealogia: as rebeliões de Túpac Amaru e Túpac Katari, as revoluções de Zapata e Pancho Villa, a revolução do Haiti, os quilombos e *cimarronajes*¹⁰, são os precursores daqueles que hoje lutam pela liberdade. Todas estas lutas foram aplastadas a sangue e fogo ou brutalmente isoladas, como ocorreu no Haiti depois de 1804. Os corpos esquartejados de Katari e Amaru, a escravidão dos milhões que foram arrancados da África e dos que foram forçados a servir nas minas falam da “loucura homicida” do colonizador. Para lutar pela liberdade, os escravos deviam escapar das plantações até lugares remotos, como ocorreu com o quilombo dos Palmares, onde milhares de pessoas viveram durante um século fora do controle colonial português. O *massacre de Peterloo*¹¹, em 16 de agosto de 1819 em

⁹ Nota do tradutor: No original consta “trabajo a desgano”, que preferimos traduzir como “operação padrão”, que é a forma de resistir do operariado ao agir conforme todas as prescrições existentes, atrasando o trabalho.

¹⁰ Nota do Tradutor: Segundo o dicionário virtual da Real Academia Española, *cimarrón* refere-se, na América Latina, a escravos que se refugiavam para escapar da escravidão.

¹¹ Ocorreu em Manchester quando a cavalaria avançou contra uma manifestação de 60 a 80 mil pessoas que reclamavam pela reforma da representação parlamentar. Houve 15 mortos (cujos nomes foram

Manchester foi, inclusive neste período, uma repressão excepcional na *zona do ser*, enquanto na *zona do não-ser* esse tipo de repressão é a regra, como acertadamente aponta Ramón Grosfoguel (GROSFOGUEL, 2013).

Aqueles que vivem na *zona do não-ser* não podem ser autônomos na sociedade opressora. Para eles, a violência não é o último recurso da dominação (como no norte), mas sim a vida cotidiana. Para ser autônomos, devem se separar, apartar-se. Enquanto a autonomia na *zona do ser* pode se realizar em espaços comuns aos diversos setores sociais, como as fábricas, os colonizados devem se proteger em espaços distantes do controle dos poderosos, traçar uma fronteira infranqueável para os opressores, como assinala Scott: “Nenhuma das práticas nem dos discursos da resistência podem existir sem uma coordenação e comunicação tácita ou explícita dentro do grupo subordinado. Para que isso ocorra, o grupo subordinado deve criar para si espaços sociais nos quais o controle e a vigilância de seus superiores não possam penetrar [...]. Somente especificando como se elaboram e se defendem estes espaços será possível passar do sujeito rebelde individual – uma construção abstrata – à socialização das práticas e discursos de resistência” (SCOTT, 2000, p. 147).

Este é o ponto decisivo. Os colonizados, na linguagem de Fanon, os de baixo, na expressão zapatista, devem criar espaços seguros onde os poderosos não possam entrar, porque vivem em uma sociedade que não lhes reconhece como seres humanos. É negada sua dignidade, não podem se organizar sem ser violentados pelo Estado ou pelos patrões. Fanon compreendeu este ponto como poucos e recorda-nos que “sob a ocupação alemã os franceses não deixaram de ser homens” (FANON, 1999, p.196).

Na comunidade 8 de março, pude compreender, em extensos diálogos, as razões pelas quais os zapatistas, antes do levante, realizavam suas reuniões em cavernas às quais chegavam depois de longas caminhadas noturnas, assim como a cuidadosa ocultação de sua organização durante uma década. O segredo é a condição necessária para que o levante possa acontecer, do mesmo modo que os confinados no campo de concentração não podem mostrar suas intenções aos carcereiros.

Um último aspecto se relaciona com o conceito de prefiguração. Na experiência europeia, “a autonomia começa a existir nas experiências concretas que a prefiguram” (MODONESI, 2010, p.145). Todavia, a prefiguração não é possível em qualquer parte do mundo nem para qualquer sujeito coletivo. Nem o quilombo de

identificados) e mais de 400 feridos. Os jornais da época refletiram o horror do massacre e anos depois todas as demandas foram aprovadas.

Palmares nem os caracóis zapatistas prefiguram a sociedade do futuro. São, de fato, a outra sociedade realmente possível. A ideia de prefigurar implica um processo de aproximação gradual à sociedade desejada. Os dominados somente podem sair da situação que padecem dando um golpe capaz de mudar radicalmente sua situação: pode ser a fuga do *cimarrón* ou o levante de 1º de janeiro de 1994. Nos espaços que liberam, nos territórios onde se assentam, desenvolvem a vida que querem levar.

As autonomias dos povos índios, negros e mestiços devem tender a ser autonomias integrais. As *Juntas de Buen Gobierno* zapatistas, os *cabildos nasa* do Cauca, as expressões autônomas *mapuche* devem abordar todos os aspectos da vida, desde a produção de alimentos até a justiça e o poder. É por isso que não são parte da sociedade capitalista hegemônica, mas sim outra coisa, porque mais além do grau de desenvolvimento que tenham, apontam em outra direção.

Bibliografía

BEBBINGTON, Anthony. *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas*. Lima: IEP, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. *Figuras de lo pensable*. Madrid: Frónesis, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *La experiencia del movimiento obrero*. Barcelona, Tusquets, 1979.

COLECTIVO VOCES DE ALERTA. *15 Mitos y Realidades de la minería transnacional en Argentina*. Buenos Aires: Voces de Alerta, 2011.

FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Tafalla: Txalaparta, 1999.

GIARRACA, Norma y Hadad, Gisele. Disputas manifiestas y latentes en la Rioja minera. In: SVAMPA, Maristella; Antonelli, Mirta (ed.). *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2009, p.p. 229-278.

GROSGOUEL, Ramón. ¿Cómo luchar decolonialmente?, Entrevista de María Luisa Trejo, *Diagonal*, Madrid, 4 de enero, 2013.

MODONESI, Massimo. *Subalternidad, antagonismo, autonomía*, Buenos Aires: Clacso, 2010.

PANNEKOEK, Anton. *Los consejos obreros*. Madrid: Zero, 1977.

POLANYI, Karl. *La gran transformación*. Madrid: La Piqueta, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social, *Journal of World-Systems Research*, New York, Binghamton University, v.XI, n.2, summer-fall, 2000a. p.p. 341-386.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina, In: LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, Buenos Aires, Clacso, 2000b, p.p. 201-246.

SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: ERA, 2000.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. ¿Cuáles son las características fundamentales de la IV Guerra Mundial?, 20 de enero de 1999. Disponible en: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003_02_b.htm> (Consulta 25 julio de 2014).

_____. Palabras a la Caravana Nacional e Internacional de Observación y Solidaridad con las comunidades zapatistas, La Garrucha, 2 de agosto de 2008. Disponible en: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2008/08/02/platica-del-sci-marcos-y-el-tte-coronel-i-moises-con-los-miembros-de-la-caravana-que-llegaron-al-caracol-de-la-garrucha>> (Consulta 17 de abril de 2014).

COMO PENSA A CLASSE DOMINANTE¹²

A crise segue desvelando tudo aquilo que permanecia oculto nos períodos de normalidade. Isto inclui os projetos estratégicos da classe dominante, sua forma de ver o mundo. A principal aposta que fazem para seguir sendo classe dominante é, em grandes traços, seu objetivo central, ao qual subordinam tudo o mais, incluindo os modos capitalistas de reprodução da economia.

Pode-se pensar que a crise é apenas um parêntesis, depois do qual tudo seguirá, mais ou menos, como funcionava antes. Não é assim. A crise não é somente um revelador, mas sim o modo pelo qual os de cima estão remodelando o mundo. Porque a crise é, em grande medida, provocada por eles para tirar do lugar ou fazer desaparecer o que limita seus poderes: basicamente os setores populares, indígenas, negros e mestiços em nosso continente.

Por outro lado, uma crise desta envergadura (trata-se de um conjunto de crises que incluem crise/caos climático, ambiental, sanitário e, o que atravessa tudo, crise da civilização ocidental) significa mudanças mais ou menos profundas das sociedades, das relações de forças e dos polos de poder no mundo, em cada uma das regiões e países. Parece-me necessário abordar três aspectos que não esgotam todas as novidades que aporta a crise, mas são, no meu modo de ver, os que mais podem influenciar nas estratégias dos movimentos antissistêmicos.

Em primeiro lugar, o que chamamos economia sofreu mudanças de fundo. Um quadro elaborado pela economista Pavlina Tcherneva, com base nos estudos sobre a desigualdade de Thomas Piketty, revela como está funcionando o sistema desde a década de 1970, agravado pela crise de 2008.

O quadro abarca 60 anos da economia estadunidense, desde 1949 até a atualidade. Descreve que parte do crescimento da renda foi apropriada pelo 10% mais rico e quanto sobrou para os 90% restantes. Na década de 1950, por exemplo, o 10% rico se apropriava de 20% a 25% das novas rendas anuais. Assim funciona uma economia capitalista normal que consiste em uma apropriação maior pelos empresários do fruto do trabalho humano, que Marx denominou de mais-valia, a acumulação de capital por reprodução ampliada.

¹² Texto de Raúl Zibechi originalmente publicado no livro *Latiendo resistencia: mundos nuevos y guerras de despojo*. Carcaixent: Baladre; Málaga: Zambra, 2016, p.p.63-65. Tradução de Alessandro de Melo.

A partir de 1970, produziu-se uma mudança importante que ficou bem visível na década de 1980: o 10% rico começou a se apropriar dos 80% da riqueza e o 90% ficava com apenas 20% do que era gerado em cada ano. Este período corresponde à hegemonia do capital financeiro, o que David Harvey chamou de *acumulação por desapropriação ou espólio*.

Mas algo extraordinário se produziu desde 2001. Os ricos passaram a ficar com todas as novas rendas e, desde 2008, têm arrebanhado, além disso, uma parte do que os 90% tinham, como economias ou bens. Como denominamos este modo de acumulação? É um sistema que já não é capaz de reproduzir as relações capitalistas porque consiste no roubo. O capitalismo extrai mais-valia e acumula riqueza (ainda que por desapropriação), mas expandindo as relações capitalistas, por isso se assenta no trabalho assalariado e não no trabalho escravo.

É provável que estejamos entrando em um sistema pior ainda que o capitalismo, uma forma de economia de roubo, mais parecida à forma como funcionam as máfias do narcotráfico que aos modos empresariais que conhecemos na maior parte do século XX. É provável também que isso não tenha sido planejado pela classe dominante, mas seja o resultado da busca desmedida de lucros no período financeiro e de acumulação por espólio, que engendrou a geração de abutres/lobos incapazes de produzir outra coisa que não seja destruição e morte ao seu redor.

Em segundo lugar, que o sistema funcione desta forma significa que os de cima decidiram se salvar à custa da humanidade inteira. Em algum momento realizaram uma ruptura afetiva com os demais seres humanos e estão dispostos a produzir uma hecatombe demográfica, como sugere o quadro mencionado. Querem tudo.

Por isso, o modo no qual está funcionando o sistema pode ser mais apropriadamente denominado de Quarta Guerra Mundial (como o *Subcomandante Insurgente Marcos*) que acumulação por desapropriação, porque o objetivo é a humanidade inteira. Parece que a classe dominante decidiu que com o atual grau de desenvolvimento tecnológico pode prescindir do trabalho assalariado que gera riquezas e já não depender de consumidores pobres para seus produtos. Para além do fato de que isso seja um delírio induzido pela soberba, parece evidente que os de cima não pretendem ordenar o mundo segundo seus velhos interesses, mas sim gerar regiões inteiras (e, às vezes, continentes) onde reine o caos absoluto (como tente a ocorrer no Oriente Médio) e outras de segurança absoluta (como partes dos Estados

Unidos e Europa, assim como os bairros ricos de cada país). Em suma, renunciaram à ideia de uma sociedade, ideia substituída pela imagem do campo de concentração.

Em terceiro lugar, isto tem enormes repercussões para a política dos de *abajo*. A democracia é apenas uma arma para se jogar contra os inimigos geopolíticos (começando pela Rússia e China), que não se aplica aos regimes amigos (Arábia Saudita), mas já não é aquele sistema ao qual já deram, alguma vez, credibilidade. O mesmo deve ser dito do Estado-nação, apenas um obstáculo a superar como o demonstram os ataques na Síria, violando a soberania nacional.

Não nos cabe outro caminho que organizar nosso mundo, em nossos espaços/territórios, com nossa saúde, nossa educação e nossa autonomia alimentar. Com nossos poderes para tomar decisões e fazê-las cumprir. Ou seja, com nossas próprias instituições de autodefesa. Sem depender das instituições estatais.

A QUARTA GUERRA MUNDIAL

Subcomandante Marcos¹³

Chiapas: a guerra

Originalmente, esta fala estava concebida em forma de carta, prevendo que não seria possível um encontro pessoal. Assim, fica como uma carta lida em voz alta e frente ao destinatário, ou melhor, frente a um dos destinatários, pois ela se destina à sociedade civil nacional e internacional. Escolhi a data do aniversário da Revolução Mexicana, mais do que por travessura, pela razão de trazer aqui duas imagens deste século: uma é o rosto de Emiliano Zapata; a outra é uma criança indígena, com o rosto parcialmente oculto por um lenço vermelho. Mais adiante voltarei a falar sobre essas duas imagens.

Tenho comigo um calendário que foi feito no Estado espanhol. Para o mês de novembro, ele traz exatamente as duas imagens: a imagem de Zapata e a imagem da menina. Apesar de o governo mexicano fazer o impossível para negar algo tão evidente, para nós, o mais importante não é demonstrar que existe uma guerra nas terras indígenas do sudeste mexicano, mas entender o porquê da continuidade desta guerra. Esta guerra, que se iniciou no dia primeiro de janeiro de 1994 deveria ter acabado quando se firmaram os primeiros Acordos de San Andrés e o processo de diálogo parecia definitivamente encaminhado para a paz. Existem razões para a guerra ter continuado, apesar da possibilidade de que tivesse terminado de forma digna e exemplar.

ENTRE O SATÉLITE E O MICROSCÓPIO

A reestruturação da guerra

Segundo nossa concepção, existem várias constantes nas guerras mundiais, seja na Primeira Guerra Mundial, na Segunda ou nas que chamamos de Terceira e Quarta. Uma dessas constantes é a conquista de territórios e a sua reorganização. Se consultarem um mapa-múndi, verão que o término de qualquer guerra mundial produz mudanças, não apenas na conquista de territórios, mas também nas formas de

¹³ Texto do Subcomandante Marcos reproduzido por Raúl Zibechi no livro *Latiendo resistencia: mundos nuevos y guerras de despojo*. Carcaixent: Baladre; Málaga: Zambra, 2016, p.p.181-207. Tradução de Débora Ribeiro.

organização. Depois da Primeira Guerra Mundial há um novo mapa-múndi, depois da Segunda Guerra Mundial há outro mapa-múndi.

Com o término do que nos atrevemos a chamar de “Terceira Guerra Mundial” e que outros chamam de “Guerra Fria”, houve uma conquista e reorganização de territórios. Em linhas gerais, a III Guerra Mundial terminou nos fins dos anos 80, com o colapso do campo socialista da União Soviética no início dos anos 90. A partir de então, vislumbra-se o que chamamos de Quarta Guerra Mundial.

Outra constante nas guerras mundiais é a destruição dos inimigos. No caso do nazismo da Segunda Guerra Mundial e, na Terceira, destruição de tudo aquilo que se conhecia como URSS e o campo socialista como opção diante do mundo capitalista.

A terceira constante é a administração da conquista. No momento em que se alcança a conquista dos territórios, é necessário administrá-los de maneira que rendam lucros para aquele que ganhou. Nós usamos muito o termo “conquista” porque somos especialistas nisto, os Estados que antes se chamavam nacionais sempre tentaram conquistar os povos indígenas.

Apesar dessas constantes, existe uma série de variáveis que mudam de uma guerra mundial para outra: a estratégia, os atores (ou seja, as partes concorrentes), o armamento utilizado e, por último, as táticas. Mesmo com essas variáveis, as constantes se manifestam e podem ser aplicadas para entender uma guerra e outra.

A Terceira Guerra Mundial ou Guerra Fria abarca o período de 1946 (ou, se preferir, desde a bomba de Hiroshima, em 1945) até 1985-1990. É uma grande guerra mundial composta de muitas guerras locais. Como em todas as outras, no final há uma conquista de territórios que destrói a um inimigo. Em seguida, se passa à administração da conquista e reorganização dos territórios. Nesta guerra mundial eram atores ou concorrentes: primeiro, as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética com seus respectivos satélites; segundo, a maioria dos países europeus; terceiro, América Latina, África, parte da Ásia e Oceania. Os países periféricos giravam em torno dos Estados Unidos ou da URSS, de acordo com suas conveniências. Depois das superpotências e dos países periféricos estavam os espectadores e as vítimas, ou seja, o resto do mundo. Nem sempre as superpotências se enfrentavam frente a frente. Frequentemente, o faziam por meio de outros países. Enquanto as grandes nações industrializadas se somavam a um dos dois blocos, o resto dos países e da população apareciam como espectadores ou como vítimas. O que caracterizava essa guerra era: primeiro, a corrida armamentista e, segundo, as guerras

locais. Com a guerra nuclear, as duas superpotências competiam para saber quantas vezes poderiam destruir o mundo. A forma de convencer o inimigo era demonstrar uma força muito grande. Ao mesmo tempo, em todas as partes aconteciam guerras locais nas quais estavam envolvidas as duas superpotências.

O resultado foi, como sabemos, a derrota e a destruição da URSS e a vitória dos Estados Unidos, em torno do qual se aglutinam atualmente a maioria dos países. É quando advém o que chamamos de “Quarta Guerra Mundial”.

Surge aqui um problema. O resultado da guerra anterior deveria ser um mundo unipolar – uma única nação que domina um mundo sem rivais. No entanto, para efetivar-se, esse mundo unipolar precisa alcançar o que se conhece como “globalização”. Precisa conceber o mundo como um grande território conquistado com um inimigo destruído. É preciso administrar esse novo mundo e, portanto, globalizá-lo. Então, volta-se para a informática que, no desenvolvimento da humanidade, é tão importante quanto a invenção da máquina a vapor. A informática nos permite estar simultaneamente em qualquer lugar: não existem mais fronteiras, limitações geográficas ou temporais. É graças à informática que começa o processo de globalização. Crescem as separações, as diferenças, os Estados nacionais e o mundo se convertem no que se chama, com verossimilhança, de aldeia global. Todo o mundo como se fosse uma aldeia com muitas casinhas.

A concepção teórica que fundamenta a globalização é o que O problema é quais territórios são conquistados e reorganizados e quem é o inimigo. Já que o inimigo anterior desapareceu, podemos dizer que agora o inimigo é a humanidade. A Quarta Guerra Mundial está destruindo a humanidade na medida em que a globalização é uma universalização do mercado e todo humano que se oponha à lógica do mercado é um inimigo a ser destruído. Neste sentido, todos somos o inimigo a vencer: indígenas, não indígenas, observadores, professores, intelectuais, artistas. Qualquer um que acredite ser livre, mas que não esteja livre!

Chamamos de “neoliberalismo” uma nova religião que irá permitir que o processo se efetive. Com esta Quarta Guerra Mundial, mais uma vez, territórios são conquistados, inimigos são derrotados e administra-se a conquista destes territórios.

Esta Quarta Guerra Mundial usa o que chamamos de “destruição”. Os territórios são destruídos e despovoados. No momento em que se faz a guerra, tem-se que destruir o território, convertendo-o em deserto. Não pelo desejo destrutivo, mas para reconstruir e reordenar. Quais são os principais problemas que enfrenta o mundo

unipolar para se globalizar? Os Estados nacionais, as resistências, as culturas, as formas de relação de cada nação, aquilo que as diferencia. Como é possível que a aldeia seja global e que todo o mundo seja igual se existem tantas diferenças? Dizer que é necessário destruir os Estados nacionais e torná-los desertos não significa acabar com as pessoas, mas sim com as formas de ser das pessoas. Depois de destruir há que se reconstruir. Reconstruir os territórios e dar-lhes outro lugar. O lugar determinado pelas leis do mercado, eis aqui o que está marcando a globalização.

O primeiro obstáculo são os Estados nacionais: é preciso atacá-los e destruí-los. É preciso destruir tudo aquilo que faz com que um Estado seja “nacional”: a língua, a cultura, a economia, sua forma de fazer política e seu tecido social. Se as línguas nacionais não servem mais, serão destruídas e uma nova língua será promovida. Contra o que se pode imaginar, esta língua não é o inglês, mas sim a informática. É preciso homologar todas as línguas, inclusive o inglês e traduzi-las para o idioma da informática. Todos os aspectos culturais que fazem com que o francês seja francês, o espanhol seja espanhol, o italiano seja italiano; um dinamarquês, dinamarquês; um mexicano, mexicano; devem ser destruídos porque são barreiras que impedem a efetivação do mercado globalizado.

A questão não é mais fazer um mercado para os franceses e outro para os ingleses ou para os italianos. Deve haver somente um mercado onde a mesma pessoa possa consumir o mesmo produto em qualquer parte do mundo e onde uma mesma pessoa se comporte como um cidadão do mundo e não mais como cidadão de um Estado nacional.

Isso significa que a história cultural e a história da tradição se chocam com este processo e tornam-se um inimigo da Quarta Guerra Mundial. Isso é particularmente grave na Europa, onde existem nações com grandes tradições. As lógicas culturais francesas, italianas, inglesas, alemãs, do Estado espanhol, etc – tudo que não pode ser traduzido em termos informáticos e de mercado – são um impedimento para a globalização.

Agora as mercadorias vão circular pelos canais da informática e todo o resto deve ser destruído ou deixado de lado. Os Estados nacionais tiveram sua própria estrutura econômica e aquilo que se chamou de “burguesia nacional” – capitalistas com sedes nacionais e com ganâncias nacionais. Isto já não pode existir: se a economia é decidida em nível global, as políticas econômicas dos Estados nacionais que queiram proteger os capitais nacionais são um inimigo a ser vencido. O Tratado

do Livre Comércio e a unificação da moeda na União Europeia, o Euro, são sintomas de que a economia tem se globalizado, ainda que, em princípio, trata-se de uma globalização em nível regional, como no caso da Europa. Os Estados nacionais constroem suas relações políticas, no entanto, agora as relações políticas não servem mais. Não as qualifico como boas ou más, o problema é que estas relações políticas são um impedimento para o cumprimento das leis do mercado. A classe política nacional é velha, já não serve, tem que ser modificada. Tentem se lembrar, tentem recordar o nome de um único estadista na Europa. Simplesmente não podem. Os personagens mais importantes da Europa do Euro são pessoas como o presidente da Bundesbank, um banqueiro. O que ele diz é o que vai direcionar as políticas dos distintos presidentes ou primeiros-ministros que padecem os países da Europa.

Se o tecido social está destruído, as antigas relações de solidariedade que possibilitavam a convivência em um Estado nacional também se rompem. Diante disso, aumentam as campanhas contra homossexuais e lésbicas, contra imigrantes ou as campanhas xenófobas. Tudo que antes possuía certo equilíbrio tende a se romper frente à guerra mundial que ataca o Estado nacional e transforma-o em outra coisa.

Trata-se de homogeneizar, de tornar todos iguais e hegemonizar uma só proposta de vida. É a vida global. A maior diversão e o maior trabalho devem ser a informática, o valor do ser humano é medido pelo número de cartões de crédito, pela capacidade de compra, sua capacidade produtiva.

O caso dos acadêmicos é muito claro. Já não importa quem tem mais conhecimento ou quem é mais sábio, importa quem produz mais pesquisas e, em vista disso, são decididos seus salários, benefícios e seus lugares na universidade. Isto tem muito a ver com o modelo estadunidense.

No entanto, esta Quarta Guerra Mundial também produz um efeito contrário que chamamos de “fragmentação”. Paradoxalmente, o mundo não está se tornando um só, mas sim se partindo em muitos pedaços. Mesmo que se suponha que o cidadão está se tornando igual, emergem os diferentes: homossexuais e lésbicas, jovens e migrantes. Os Estados nacionais funcionam como parte de um grande Estado, o Estado-terra-sociedade anônimo que nos divide em muitos pedaços.

Se observarem um mapa-múndi deste período - o final da Terceira Guerra Mundial – e analisarem os últimos oito anos, houve uma recomposição, sobretudo na Europa, mas não somente nela. Onde antes existia uma nação, agora existem muitas nações, o mapa-múndi está fragmentado. Este é o efeito paradoxal que tem ocorrido

por efeito da Quarta Guerra Mundial. Em vez de globalizar-se, o mundo se fragmenta e, no lugar deste mecanismo de hegemonização e homogeneização, surgem cada vez mais os diferentes. A globalização e o neoliberalismo têm feito do mundo um arquipélago. E há que dar-lhe uma lógica de mercado, organizar estes fragmentos em um único denominador comum. É o que nós denominamos como “bomba financeira”.

Ao mesmo tempo em que emergem os diferentes, multiplicam-se as diferenças. Cada jovem tem seu grupo, sua forma de pensar, por exemplo, os *punks*, os *skinheads*; todos os que existem em cada país. Agora, os diferentes não são apenas diferentes, multiplicam suas diferenças e buscam uma identidade própria. Evidentemente, a Quarta Guerra Mundial não oferece um espelho que lhes ofereça um denominador comum, está a lhes oferecer um espelho quebrado. Cada um escolhe um pedaço que lhe toca e, com ele, sua conduta de vida. Enquanto existir o controle sobre o arquipélago – sobre os seres humanos, não sobre os territórios – o poder não diminuirá.

O mundo tem se partido em muitos pedaços grandes e pequenos. Já não há continentes no sentido que se possa dizer: sou americano, africano ou europeu. O que oferece a globalização do neoliberalismo é uma rede construída pelo capital financeiro, o poder financeiro. Se existe uma crise, o resto da rede amortece os efeitos. Mas se algum país enriquece não se produz o mesmo efeito no resto do mundo.

Portanto, é uma rede que não funciona, o que nos disseram foi uma grande mentira, uma mentira do tamanho do mundo. É um discurso reiterado pelos líderes da América Latina, seja um Menem, Fujimori, Zedillo ou outros dirigentes de comprovada qualidade moral.

Na verdade, a rede construída pelo capital financeiro tornou os Estados nacionais muito mais vulneráveis. De nada adianta um país se esforçar para construir seu equilíbrio e destino próprio enquanto nação. Tudo depende do que acontece em um banco no Japão, o que está fazendo a máfia na Rússia ou um especulador em Sydney. De qualquer forma, os Estados nacionais não são salvos, são condenados definitivamente. Quando um Estado nacional aceita se integrar nesta rede – porque não existe outra alternativa, porque é obrigado ou por convicção – assina sua certidão de óbito.

Em suma, o que pretende este grande mercado é converter todas estas ilhas não em nações, mas em centros comerciais. Pode-se ir de um país a outro e encontrar

os mesmos produtos, sem nenhuma diferença. Em Paris ou em San Cristóbal de Las Casas se pode consumir o mesmo. Se alguém está em San Cristóbal de Las Casas pode estar simultaneamente recebendo notícias de Paris. É o fim dos Estados Nacionais. E não somente isso: é o fim dos seres humanos que os conformam. O que importa é a lei do mercado e a lei do mercado afirma que: o quanto produz, quanto vale, quanto consome, quanto vale. A dignidade, a resistência, a solidariedade atrapalham. Tudo que impede que o ser humano se transforme em uma máquina de produzir e comprar é um inimigo que precisa ser destruído. Por isso, podemos dizer que a Quarta Guerra Mundial possui como inimigo que é o gênero humano. Não o destrói fisicamente, mas sim enquanto ser humano.

De maneira paradoxal, ao destruir os Estados nacionais, a dignidade, a resistência e a solidariedade se reconstróem. Não existem laços mais fortes, mais sólidos que os existentes entre os grupos diferentes: entre os homossexuais, as lésbicas, os jovens e os imigrantes. Por isso, esta guerra perpassa também o ataque aos diferentes. Em vista disso, existem fortes campanhas na Europa e nos Estados Unidos contra os diferentes porque são morenos, falam outra língua ou possuem outra cultura. A forma de cultivar a xenofobia no que resta dos Estados nacionais é fazer ameaças: “estes imigrantes turcos querem roubar teu emprego”, “estes imigrantes mexicanos violam, roubam e trazem maus costumes”. Os Estados nacionais – o pouco que resta deles – deixam para os novos cidadãos do mundo, os informáticos, o papel de atacar esses imigrantes. Por isso, proliferam grupos como o *Ku Klux Klan* ou chegam ao poder pessoas com tanta probidade como Berlusconi. Todos constroem sua campanha sobre a xenofobia. O ódio em relação aos diferentes, a perseguição contra qualquer um que seja diferente é mundial, mas também a resistência de qualquer um que é diferente é mundial. Frente a essa agressão, as diferenças se multiplicam, se solidificam. Não vou qualificar se isso é bom ou ruim, mas é assim que está acontecendo.

A guerra não é somente militar

Em termos propriamente militares, a Terceira Guerra Mundial tinha sua lógica. Era, em primeiro lugar, uma guerra convencional, concebida de maneira que, se eu ponho soldados e você põe soldados, nos enfrentamos e quem acabar vivo ganha. Isso acontecia em um território específico que, no caso das forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN, e do Pacto de Varsóvia, era a

Europa. A partir da guerra convencional, ou seja, entre exércitos, estabeleceu-se uma corrida militar e armamentista.

Vejamos melhor os detalhes. Esta [mostra um rifle]¹⁴, por exemplo, é uma arma semiautomática que se chama AR-15. Fabricaram-na para o conflito do Vietnã e pode-se desarmá-la facilmente [a desarma]. Quando a fizeram, os estadunidenses pensaram em um cenário de guerra convencional, ou seja, grandes contingentes militares que se enfrentam. “Juntamos muitos soldados, os colocamos em campo e no final alguém terá que vencer”. Ao mesmo tempo, o Pacto de Varsóvia desenvolvia o fuzil automático *Kalashnikov* que comumente é chamado AK-47, uma arma com muito poder de fogo em distâncias curtas, de uns 400 metros. A concepção soviética implicava uma grande quantidade de tropas: muitos soldados disparavam; se morressem, chegava um segundo grupo de soldados e um terceiro. Ganhava quem tivesse mais soldados. Então os estadunidenses pensaram: “já não serve mais o velho fuzil *Garand* da Segunda Guerra Mundial. Agora precisamos de uma arma que tenha maior poder de fogo para curtas distâncias”. Foi assim que experimentaram o AR-15 no Vietnã. O problema é que o fuzil apresentou problemas, não serviu. Quando os vietnamitas eram atacados, o mecanismo ficava aberto e no momento de disparo fazia “clic”. E não era uma câmera fotográfica, era uma arma.

Tentaram resolver o problema com o modelo M16-A1. A armadilha está na bala que se chama de duas maneiras. Uma civil com 223 polegadas, que pode ser comprada em qualquer loja dos Estados Unidos. Outra, com 5.56 milímetros, é de uso exclusivo das forças da OTAN. Essa é uma bala mais rápida e possui uma armadilha. Na guerra, o objetivo é conseguir que o inimigo perca pessoas aptas para combater, elas não precisam estar mortas, mas impedidas de combater. A Convenção de Genebra – um acordo para humanizar a guerra – proíbe as balas expansivas, pois elas são muito mais letais e destruidoras do que uma bala de ponta dura.

“Considerando que a ideia é aumentar o número de feridos e diminuir o de mortos” – disseram – “proibamos as balas expansivas”. Receber um tiro de bala dura te deixa inutilizado, já não podes combater. A bala não te mata a menos que alcance um ponto letal. Para cumprir com a Convenção de Genebra, mas trapacear, os

¹⁴ Este texto é uma reprodução de uma fala do Subcomandante Marcos, por isso a imagem entre colchetes, que representa seu gesto com a arma.

estadunidenses criaram a bala de ponta macia¹⁵ que, ao ser introduzida no corpo humano, dobra-se e dá voltas. O orifício de entrada é de um tamanho e o de saída é muito maior. Esta bala é pior que a expansiva e não viola a Convenção. Uma bala de 7.62 milímetros te atravessa e deixa ferido, mas esta [mostra a bala 223] te destroça. Casualmente, o governo mexicano acaba de comprar 16 mil destas balas.

Quer dizer, foram criadas armas para cenários específicos. Suponhamos que não se quisesse utilizar a bomba nuclear, o que seria usado? Muitos soldados contra muitos soldados. Assim, foram criadas as doutrinas de guerra convencional da OTAN e do Pacto de Varsóvia.

A segunda opção seria uma guerra nuclear localizada, uma guerra com armas nucleares, mas apenas em algumas regiões. Havia um acordo entre as duas superpotências para não se atacarem em seus próprios territórios e guerrear apenas em território neutro. Resta dizer que este território era a Europa. Aí é onde cairiam as bombas e, assim, esperar para ver quem sobreviveria na Europa Ocidental e no que então se chamava Europa Oriental.

A última opção da Terceira Guerra Mundial era a guerra nuclear total, que foi o negócio do século. A lógica da guerra nuclear é que não haveria vencedor, não importava quem disparasse primeiro, pois o outro começaria a disparar também. A destruição seria mútua e, desde o princípio, esta opção foi descartada. Seu caráter passou a ser chamado em termos de diplomacia militar de “dissuasão”. “Dissuasão”: vocês irão ouvir bastante esta palavra: “o exército federal não está atacando os zapatistas, está tentando ‘dissuadi-los’ ou ‘contê-los’; e para que não façam travessuras, existem 60 mil soldados federais em Chiapas”.

Para que os soviéticos não usassem as armas nucleares, os estadunidenses desenvolveram muitas armas nucleares, da mesma forma, para que estes não utilizassem as armas nucleares, os soviéticos desenvolveram mais armas e, assim, sucessivamente. Chamavam-se IMB (*Intercontinental Missil Balistic*) e eram os foguetes que iam da Rússia para os Estados Unidos e dos Estados Unidos para a Rússia. Custaram uma fortuna e agora não servem para nada. Também existiam outras armas nucleares de uso local, as quais seriam utilizadas no caso de uma guerra nuclear localizada na Europa.

¹⁵ Nota da tradutora: esta bala é conhecida popularmente no Brasil como balas Dundum ou de ponta oca.

Quando essa fase começou, a partir de 1945, havia uma guerra para terminar porque a Europa estava dividida em duas. A estratégia militar – estamos falando estritamente de aspectos militares – era a seguinte: alguns postos avançados frente às linhas inimigas, uma linha de logística permanente e a metrópole, chamada Estados Unidos ou União Soviética. A linha de logística abastecia os postos avançados. Grandes aviões que voavam 24 horas por dia, os B-52 Fortaleza, carregavam as bombas nucleares e nunca precisavam pousar. E existiam os pactos militares: o pacto da OTAN, o Pacto de Varsóvia e a SEATO (*South East Asia Treaty Organization*), a OTAN dos países do sul asiático. O modelo existia para guerras locais. Tudo tinha uma lógica e era lógico guerrear no Vietnã, que era um território combinado para isso. Nos postos avançados estavam os exércitos locais ou insurgentes; nas logísticas permanentes estavam as vendas de armamento clandestino ou legal, na metrópole, as duas superpotências. Também havia um acordo sobre os lugares em que as superpotências deveriam ficar como espectadores. Os exemplos mais claros dessas guerras locais são as ditaduras na América Latina, os conflitos na Ásia, particularmente no Vietnã, e guerras na África. Aparentemente, estas guerras não teriam absolutamente nenhuma lógica, pois na maioria das vezes não se entendia o que acontecia, mas tudo fazia parte do esquema da guerra convencional.

Nesta época, – isto é importante – é quando se desenvolve o conceito de “guerra total”: na doutrina militar adentram elementos que não são militares. Por exemplo, no Vietnã, desde a ofensiva de Teth (1968) até a tomada de Saigon (1975), os meios de comunicação se tornaram uma frente de luta muito importante. Assim, se desenvolvia entre os militares a ideia de que não bastava o poder militar: era necessário incorporar outros elementos, como os meios de comunicação. E que também se pode atacar o inimigo com medidas econômicas e políticas e com diplomacia, que é o jogo das Nações Unidas e das organizações internacionais. Alguns países faziam manobras para conseguir obter condenações ou censuras contra outros, a chamada “guerra diplomática”.

Todas essas guerras seguiam a lógica do dominó. Parece ridículo, mas era como se dois rivais jogassem dominó com o restante da população. Um dos oponentes colocava uma peça e o outro tentava colocar uma sua para impedir o movimento. Essa é a lógica daquele ilustre personagem chamado Kissinger, secretário de Estado do governo estadunidense na época do Vietnã, que dizia: “Não podemos abandonar o

Vietnã porque significaria ceder a partida de dominó no Sudeste asiático aos outros”. E por isso fizeram o que fizeram no Vietnã.

Ademais, tratava-se de recuperar a lógica da Segunda Guerra Mundial. Para a maioria da população, ela havia tido uma lógica heroica. É a imagem dos fuzileiros navais libertando a França da ditadura, libertando a Itália do Duce, a Alemanha dos nazis, o exército vermelho entrando por todos os lados.

Supostamente, a Segunda Guerra Mundial existiu para eliminar um perigo para toda a humanidade, o nacional-socialismo. Então, de uma ou outra forma, as guerras locais trataram de recuperar a ideologia de que “estamos lutando em defesa de um mundo livre”, mas agora no papel do nacional-socialismo estava Moscou. Por sua vez, Moscou fazia o mesmo: ambas as superpotências usavam o argumento da “democracia” e do “mundo livre”, segundo sua própria concepção.

Depois, vem a Quarta Guerra Mundial que destrói todo o modelo anterior porque o mundo agora já não é o mesmo e a mesma estratégia não pode ser aplicada. O conceito de “guerra total” se desenvolve ainda mais: não como uma única guerra em todas as frentes, é uma guerra que pode estar em qualquer lugar, uma guerra totalizadora onde o mundo todo está em jogo. “Guerra total” agora significa: em qualquer momento, em qualquer lugar, sob qualquer circunstância.

Já não existe a ideia de guerrear por um lugar particular, agora o enfrentamento pode acontecer em qualquer lugar e momento. Não existe mais uma lógica de fazer ameaças, tomar posições e tentar se reposicionar. Em qualquer momento e em qualquer circunstância pode surgir um conflito. Pode ser um problema interno ou um ditador e tudo que tem acontecido em guerras nos últimos cinco anos, desde Kosovo até a Guerra do Golfo Pérsico. Destroí-se, assim, a rotina militar da Guerra Fria.

Não é possível fazer a guerra, na Quarta Guerra Mundial, com os critérios da Terceira porque é necessário guerrear em qualquer lugar, não se sabe onde, nem quando; é preciso atacar rapidamente, sem saber ao certo as circunstâncias que levarão adiante a guerra.

Para resolver o problema, os militares desenvolveram a guerra de “dispersão rápida”. Um exemplo é a guerra do Golfo Pérsico, uma guerra que contou com uma grande acumulação de força militar em pouco tempo, uma grande ação militar em pouco tempo e conquistas de territórios e retiradas. A invasão do Panamá é outro

exemplo da força de dispersão rápida. Além disso, há um contingente da OTAN que se chama “força de intervenção rápida”.

A dispersão rápida é uma grande massa de força militar que avança contra o inimigo e não distingue entre um hospital e uma fábrica de armas químicas. É o que aconteceu no Iraque: as bombas inteligentes eram, na verdade, estúpidas, não distinguiam. Mas não continuaram atacando porque se percebeu que aquilo saía muito caro e trazia pouco retorno. No Iraque, realizaram dispersão, mas não uma conquista de território. Havia o problema dos protestos locais, além dos observadores internacionais de direitos humanos.

Tiveram que retroceder. Já haviam aprendido no Vietnã que nesses casos não se deve insistir. “Não, já não podemos fazer isto”, disseram. Então passaram para a estratégia de “projeção de força”.

“Melhor do que ter posições avançadas nas bases militares norte-americanas do mundo todo, acumulemos uma grande força continental que, em questão de horas e dias, tenha capacidade de instalar uma base militar em qualquer lugar do mundo”. E, com efeito, podem dispor uma divisão de quatro a cinco mil homens no ponto mais distante do planeta em quatro dias, e depois mais e cada vez mais.

Mas a projeção de forças tem o problema de utilizar soldados locais, ou seja, soldados estadunidenses. Considera-se que se o conflito não é resolvido rapidamente, começam a chegar as *body bags*, as bolsas em que são “empacotados” os mortos, como no Vietnã, e isso pode provocar muitos protestos internos na América do Norte ou em qualquer outro país que seja.

Para evitar esse problema, abandonaram a projeção de força fazendo, para entendermos, cálculos do tipo mercantil. Não fizeram cálculos sobre a força da destruição humana ou da natureza, mas sim de imagem publicitária. Assim, a guerra de projeção foi abandonada e passaram a utilizar um modelo de guerra com soldados locais, contando com o apoio internacional e supranacional. Já não se trata apenas de enviar soldados, mas de guerrear também por meio dos soldados que estão ali, apoiá-los segundo a base do conflito e não usar o modelo de uma nação que declara guerra, mas sim de uma instância supranacional como a ONU ou a OTAN. Aqueles que fazem o trabalho sujo são os soldados locais e os que saem nas notícias são os estadunidenses e o apoio internacional. Esse é o modelo. Protestar já não funciona: não é uma guerra do governo estadunidense, é uma guerra da OTAN e, ademais, a OTAN só está fazendo o favor de ajudar a ONU.

Em todo o mundo, a reestruturação dos exércitos serve para que possam enfrentar um conflito local com apoio internacional, sob uma cobertura supranacional e um disfarce de guerra humanitária. Trata-se de salvar a população de um genocídio, matando-a. Foi isso que aconteceu em Kosovo. Milósevich começou uma guerra contra a humanidade: “se enfrentarmos Milósevich estaremos defendendo a humanidade”. Esse foi o argumento que usaram os generais da OTAN e que trouxe tantos problemas para a esquerda europeia: opor-se aos bombardeios da OTAN significava apoiar a Milósevich, então o melhor foi apoiar os bombardeios da OTAN. E quem armou Milósevich, vocês já sabem, foram os Estados Unidos.

No conceito militar, que está funcionando, a totalidade do mundo – seja no Sri Lanka ou qualquer outro país que lhes ocorra – é agora o quintal da metrópole porque o mundo globalizado produz simultaneidade. E é este o problema: no mundo globalizado, qualquer coisa que acontece em qualquer lugar afeta a nova ordem internacional. O mundo já não é o mundo, é uma aldeia e tudo está perto. Portanto, as grandes forças policiais do mundo – e em particular dos Estados Unidos – têm o direito de intervir em qualquer lugar, em qualquer momento e sob qualquer circunstância.

Eles podem conceber qualquer coisa como ameaça à sua segurança interna, podem decidir perfeitamente que o levante indígena em Chiapas ameaça a segurança interna da América do Norte. Qualquer movimento – não necessariamente armado – em qualquer lugar pode ser considerado uma ameaça para a segurança interna. Mas o que aconteceu? As velhas estratégias e concepções de fazer guerra foram derrubadas. Vejamos.

“Teatro de operações” é o termo militar para designar onde acontece a guerra. Na Terceira Guerra Mundial, **a Europa foi o teatro de operações**. Agora não se sabe onde a guerra vai estourar, pode ser em qualquer lugar, não é certo que será na Europa.

Então, a doutrina militar transita do que se denomina “sistema” ao que chamam de “versatilidade”. “Tenho que estar pronto para fazer qualquer coisa a qualquer momento. Um esquema já não é suficiente: agora são necessários muitos esquemas, não apenas para construir uma resposta para determinados acontecimentos, mas para construir muitas respostas militares para determinados acontecimentos”. É onde intervém a informática. A mudança passa do sistemático, do quadrado, do rígido, para o versátil, que pode mudar de um momento para o outro. E isso define

toda a doutrina militar dos exércitos, dos corpos militares e dos soldados. Este é um dos elementos da Quarta Guerra Mundial.

O outro seria a passagem da “estratégia de contenção” para a de “alargamento” ou “extensão”: já não se trata apenas de conquistar um território, de conter o inimigo; trata-se de prolongar o conflito aos denominados “atos de não-guerra”. No caso de Chiapas, isto tem relação com remover e colocar governadores e prefeitos, com o apelo aos direitos humanos, aos meios de comunicação, etc.

Dentro da nova concepção militar, inclui-se uma intensificação da conquista de território. Significa que não é somente necessário se preocupar com o EZLN e sua força militar, mas também com a Igreja, as organizações não-governamentais, os observadores internacionais, a imprensa, os civis etc. Já não há civis e neutros. Todo mundo faz parte do conflito. Tudo que existe nesse teatro de operações faz parte do conflito, é o inimigo, segundo esta concepção.

Isto implica que os exércitos nacionais não servem mais porque já não têm que defender os Estados nacionais. Se não há Estados nacionais, o que vão defender? Na nova doutrina dos Estados nacionais, os exércitos locais passam a exercer o papel de polícia local. O caso do México é muito claro: cada vez mais o exército mexicano faz trabalhos policiais, como a luta contra o narcotráfico ou este novo organismo contra o crime organizado que se chama Polícia Federal Preventiva e que é formado por militares. Os exércitos nacionais se convertem em polícia local da mesma maneira que a cômica estadunidense: um “*Super Cop*”, um Super Policial. Quando se reorganizou o exército na ex-Iugoslávia, o exército local teve que se converter em polícia local e a OTAN em uma *Super Cop*, seu grande sócio em termos políticos. A estrela é a instância supranacional, neste caso, a OTAN ou o exército estadunidense e os extras são os exércitos locais.

Mas os exércitos foram construídos com base na doutrina de “Segurança Nacional”. Se existem perigos ou inimigos para a segurança de uma nação, seu trabalho é manter a segurança, às vezes frente a um inimigo externo, às vezes frente a inimigos internos desestabilizadores. Essa foi a doutrina da Terceira Guerra Mundial ou Guerra Fria. Sob esses pressupostos, os exércitos nacionais desenvolveram uma consciência nacional que agora dificulta a sua conversão em policiais amigos da Super Polícia. Por isso, é preciso transformar a doutrina da segurança nacional para a de “estabilidade nacional”. A questão já não é defender a nação. Como o principal inimigo da estabilidade nacional é o narcotráfico e o narcotráfico é internacional, os

exércitos nacionais que operam sob a ordem da estabilidade nacional aceitam ajuda internacional ou interferência internacional de outros países.

Em âmbito mundial, existe o problema de voltar a reordenar os exércitos nacionais. Na América Latina, ocorreu quase o mesmo que na Europa, como se viu na guerra de Kosovo com a OTAN. No caso da América Latina, existe a Organização dos Estados Americanos, OEA, com o Sistema Hemisférico de Segurança. Segundo a ideia do ex-presidente da Argentina, Ménem, todos os países da América Latina estão ameaçados e precisam se unir, destruir a consciência nacional dos exércitos e criar um único grande exército sob a doutrina de um sistema de defesa hemisférico, sob o argumento do narcotráfico. Posto que o que está em jogo é a versatilidade, ou seja, a capacidade de fazer a guerra em qualquer momento, em qualquer lugar e sob qualquer circunstância, então começam os ensaios. Os últimos pilares da defesa nacional que ainda existem devem ser destruídos por este sistema hemisférico.

Se na Europa foi Kosovo, no caso da América Latina são Colômbia e Chiapas. Como se constrói esse sistema hemisférico de defesa? De duas formas. Na Colômbia, onde se apresenta a ameaça do narcotráfico, o governo tem pedido a ajuda de todos: “Temos que intervir porque o narcotráfico não afeta somente a Colômbia, mas também todo o continente”.

No caso de Chiapas, aplica-se o conceito de guerra total. Todos fazem parte, não existem neutros: ou você é aliado ou é inimigo. Assim, concebe-se o cenário do teatro de operações. Se em uma guerra existem duas partes em conflito e um corredor no meio, onde se encontra a população civil ou as pessoas que permanecem neutras, este corredor tem ficado cada vez mais estreito até que desaparecerá. Na sequência desta lógica, o governo mexicano traçou uma linha na sociedade mundial e na sociedade chiapaneca para dividir entre aqueles que são seus aliados e aqueles que são seus inimigos.

No caso de Chiapas, a pergunta era: por que a guerra não acabou quando deveria ter acabado? A resposta é que o objetivo não era destruir o EZLN. Nem sequer chegamos à categoria de inimigos. Nada mais somos que um estorvo, um aborrecimento, um mosquito que está ali molestando. Trata-se de destruir os povos indígenas. Este é o objetivo, é o que deve ser destruído, e todos os demais que estejam a favor deles são obstáculos que não importam.

Por isso, em todas as visitas que vocês estão realizando e que vão realizar, o governo vai dizer: nós não fizemos nada contra o EZLN porque ele não era o inimigo.

Os povos indígenas são o inimigo e, por isso, os golpes são dirigidos contra eles. Em relação ao Exército Zapatista, nada mais a fazer que achar uma forma de lhe golpear, ele não constitui um perigo militar. É preciso ver se tem um preço e comprá-lo. Ver se cometem traição. O problema real são os povos indígenas. Por isso, todas as violações e os ataques dos últimos quatro anos – precisamente, desde 1996 até agora – são contra a população indígena. O mais escandaloso foi o massacre de *Acteal*, mas a mesma crueldade esteve presente em *Unión Progreso* e *Chavajeval*, em 10 de junho de 1998.

Se o inimigo não é o EZLN, por que fazer pacto de paz com eles? Este foi o problema que enfrentou o governo. Ademais, a paz com o EZLN passa pelo reconhecimento do inimigo verdadeiro e isto não pode acontecer. Portanto, não é possível firmar paz com o EZLN. “Se o que quero é destruir os povos indígenas, então firmar a paz com o EZLN significa reconhecer os povos indígenas e isso não me convém”.

Mas, por que escolheram os povos indígenas como inimigos? Por que são baixos e morenos? Por que falam muito diferente? Por que não se gosta deles? Não sabemos? Sim, sabemos.

A nova conquista

Este mapa¹⁶ mostra os dois grandes tratados de divisão do mundo: o Tratado do Livre Comércio do Norte e o da União Europeia. Aqui vêm os dados em versões mundiais, que território implica este tratado, quais populações afetadas e seu produto interno bruto. Este outro mapa, refere-se ao petróleo.

A resposta para a pergunta: “Por que não terminou a guerra de Chiapas?”, encontra-se no mapa. O mundo Maia, a Guatemala, Belize, Chiapas, partes de Tabasco, Campeche, Quintana Roo e Yucatán estão cheias de petróleo e urânio. Isto é o que está em jogo. No processo de fragmentação que temos vivido – converter o mundo todo em um arquipélago – o poder financeiro quer uma nação especial neste local.

Este é um ponto importante porque os militares dizem que o zapatistas querem formar outro país, a Nação Maia. Nós investigamos isso. Este é um projeto do capital financeiro internacional: construir um novo centro comercial que tenha turismo e

¹⁶ Aqui, provavelmente, o Subcomandante Marcos mostra alguns mapas.

recursos naturais. Possuem tudo que é necessário para fazer um novo país desses três pedaços do México, Belize e Guatemala. É isso que está em jogo na guerra de Chiapas.

O problema é que além de estar cheio de petróleo e urânio, o lugar também está cheio de indígenas. E os indígenas, além de não falarem espanhol, não querem cartões de crédito, não produzem, dedicam-se a semear milho, feijão, pimenta e café e querem dançar com marimba sem usar o computador. Não são consumidores nem produtores, eles sobram. E tudo que sobra é eliminável¹⁷. Por isso, fazem todo o possível para que deixem de ser indígenas. Mas os indígenas não querem deixar o local, nem deixar de ser quem são. E mais: sua luta não é para tomar o poder. Sua luta é para que sejam reconhecidos como povos indígenas, reconhecidos em seu direito de existir, sem terem que se converter em outro.

O problema é que, aqui, no território que está em guerra, em território zapatista, encontram-se as principais culturas indígenas, estão presentes suas línguas e os maiores campos de petróleo. Ali estão os sete povos indígenas que participam do EZLN: tzeltal, tzotzil, tojolabal, chol, zoque, mam e mestiços. Este é o mapa de Chiapas: comunidades com população indígena e com petróleo, urânio e madeiras preciosas.

São estes os que devem ser retirados, pois não concebem a terra como a concebe o neoliberalismo. Para o neoliberalismo, tudo é mercadoria, pode ser vendido e explorado. E os indígenas dizem que não, que a terra é a mãe, depositária da cultura, nela vive a história e os mortos. Coisas como essas soam absurdas, não pertencem a nenhum computador e não podem ser cotadas na bolsa de valores. Não existe maneira de convencê-los de que ficarão bem, que aprendam a pensar diferente, além disso, não o querem. Até se levantaram em armas.

É por isso – nós dizemos - que o governo mexicano não quer assinar a paz: porque quer acabar com este inimigo e desertificar o território, depois voltar a organizá-lo e fazê-lo funcionar como um grande centro comercial, um *Shopping* no Sudeste Mexicano. O EZLN apoia os povos indígenas e, desta forma, também é um inimigo, mas não o principal. Não bastaria fazer acordo com o EZLN, ainda mais se fazer acordo com o EZLN significa renunciar ao território em questão, porque isso significaria paz em Chiapas: significaria renunciar à conquista de um território rico

¹⁷ Nota da revisora: compare-se ao filme Avatar.

em petróleo, em madeiras preciosas e urânio. E por isto o acordo não foi feito e não será.

A máquina do etnocídio – O papel dos exércitos

A primeira característica do Exército Federal em Chiapas é que ele é um exército de ocupação. Não é um exército que está em seu território, é um exército que em sua organização, sua moral, sua forma de se relacionar com o restante das pessoas, sabe que está em um território que lhe é estranho. O soldado federal mexicano sabe que é um estrangeiro. Assim como os clássicos exércitos de ocupação. Tal como operava, por exemplo, o exército alemão na Segunda Guerra Mundial, opera também o exército federal nas comunidades indígenas.

Por isso, em *Amador Hernández* colocaram armadilhas “caça-bobos” em volta do quartel. São poços profundos com estacas afiadas e alguns galhos por cima, de modo que, quando alguém pisa, cai sobre as estacas afiadas.

O exército teme a população local porque sabe que não existe posição militar ali. Por isso, temem as crianças, as mulheres, os homens e os anciãos. Aos que gritam todos os dias: saiam daqui! Seu temor é tanto por estarem em uma terra estrangeira que se comportam como um exército de ocupação. Esta é a lógica e, por isto, possuem postos de detenção e de migração. É como se estivessem em outro país, não existem postos de migração para entrar na Cidade do México. Além disso, o controle do poder político local é dado ao exército, os “*Croquetas*” – como os chamamos – Albores Guillen, cuja sustentação quem lhe dá é o exército, assim como aos prefeitos locais.

Ao mesmo tempo, já que não podem apresentar uma imagem agradável para os meios de comunicação, criam seus próprios meios de comunicação, compram jornalistas, jornais e canais de televisão para construir uma imagem que não se sustenta. Este é o botim da guerra.

O exército federal está envolvido em uma rede de sequestro e venda de crianças indígenas. Concretamente isto ocorre, por exemplo, no hospital de *Guadalupe Tepeyac*. Quando as mulheres indígenas vão dar a luz, são atendidas e, conforme a circunstância, seus filhos não retornam. Não lhes dão, seus filhos ficam. Às vezes dizem que as crianças morreram ou que não vão liberá-las porque as mulheres não possuem documentos – o que é muito frequente por aqui. A encarregada pelo negócio possui ligações com o general Cuevas que está no comando da guarnição de *Guadalupe Tepeyac*. Há uma rede de tráfico de crianças que não se sabe

onde termina. Não se sabe por quanto são vendidas as crianças zapatistas, mas o general deve lucrar algo por esta atrocidade.

Quanto ao narcotráfico. Desde janeiro de 1994 até fevereiro de 1995 estivemos no controle do território. Foi impedida a plantação, o tráfico e o consumo de drogas. Isto significa que acabaram as pistas de aterrissagem usadas pelos narcotraficantes como trampolim para os Estados Unidos, além das plantações de maconha ou papoula. Evidentemente, este território básico para participar do mercado de consumo mais atrativo – os Estados Unidos – teve que ser reconquistado. Por suposto, a primeira medida que tomou o exército foi garantir que o narcotráfico pudesse usar as pistas de aterrissagem nos locais onde o exército tem postos. O lucro dos generais é muito grande, um lucro militar.

O tráfico de *blancas*. Não são brancas porque aqui são morenas, mas é a prostituição. Quem administra as prostitutas, ou seja, seu cafetão, é o general que oferece o serviço aos seus soldados. É ele quem organiza a entrada de pessoas ilegais sem documentos da Guatemala, El Salvador e Honduras. São mulheres jovens que são envolvidas com a prostituição e passam a trabalhar com seus soldados. Assim, o que é pago com uma mão para o soldado, o general recolhe com a outra mão por meio da prostituta.

Os postos de álcool. Não havia consumo na região, mas agora os principais postos tem o apoio dos militares. À parte, existe um negócio nas promoções e é um ótimo negócio ser chamado a trabalhar em Chiapas. Estar em Chiapas significa receber salário maior e ter mais recursos, já que é considerado como estar em combate. Por isto, não é conveniente que a guerra acabe, porque assim se acaba o negócio. O irmão do secretário de Defesa Nacional – o general Cervantes – esteve envolvido em vários desses acordos aqui em *San José de la Esperanza* e é o chefe da guarnição de *Maravilla Tenejapa*.

Deserções. Há muitas deserções no exército federal. Sabemos disso porque o soldado que deserta sempre pede apoio nas comunidades, para que lhe emprestem roupa civil e um guia para poder escapar. Quando um soldado deserta, o general não tira seu nome da folha de pagamento. Segue recebendo o salário como se o soldado estivesse ali.

A polícia militar. Outro elemento que chama a atenção acerca do exército federal, desde dois ou três anos, é o aparecimento da polícia militar. Antes só havia soldados, mas agora há polícia militar também, o que significa pelo menos duas

coisas. Uma é que estão aumentando os casos de insubordinação e as detenções dentro do próprio exército, pois a polícia militar é basicamente um corpo de segurança interna. A outra é que, cada vez mais, o exército está cumprindo trabalhos policiais: onde não tem acesso a polícia judicial – a polícia que legalmente deveria estar fazendo o trabalho – entra a polícia militar.

As estratégias. A estratégia deste exército de ocupação é dupla: o golpe cirúrgico e o golpe total. Golpe cirúrgico significa que é necessário dar um golpe na cabeça do EZLN. Este golpe tem que ser rápido e sem mortes de civis. Para esta tarefa, têm sido destinados os *Grupos Aerotransportados de Fuerzas Especiales*, GAFE, que possuem de 90 a 105 soldados por unidade, os quais são como os *rambos* mexicanos. Há vários no território de *Aguascalientes* ou onde se supõe que pode aparecer o Comando zapatista. A ideia é que na hora decidida, eles ataquem e se retirem. O problema é o custo político, pois o que precisam é estar preparados para quando for dito: “agora é a hora”. Não é uma decisão de dias, pode ser de minutos: “é agora porque está acontecendo algo em tal lugar”. Em todo caso, esse não é seu problema principal, já que o verdadeiro inimigo não é o EZLN, mas sim os povos indígenas. E aí o que rege é o conceito de golpe total. Uma primeira parte do dispositivo militar vai funcionar como uma barreira para bloquear certa área. Ninguém vai poder entrar ou sair, nem observadores internacionais, imprensa, sociedade civil ou qualquer outro. Depois vem o golpe interno. Então, primeiro a área é fechada, com muitos militares, para depois fazer detidos. Nem todas as forças entram em jogo: alguns têm que fechar a área, e os que estão dentro da área dão o golpe interno.

Há um fato importante. De acordo com o que sabemos, pelo menos no quartel de *San Quintín*, existem criptas e túneis secretos construídos embaixo para esconder os desaparecidos. Não se saberá quantos são os mortos ou quem eles são. Vão apenas desaparecer, enterrados ali. Como sabemos disso? Simplesmente porque quem construiu o quartel foram os indígenas. Como alguns deles eram zapatistas, perguntavam aos soldados: “para que serve isto?” “Pois não, aqui o que desce já não sai, mas trata-se de que não se saiba”. Fora o fato de ter um cemitério clandestino dentro do quartel, criptas e calabouços para interrogatórios. Existem túneis de saída para a montanha para levar os cadáveres e sair sem problemas. Tudo isto, por certo, negarão, mas vamos ver se aceitam uma inspeção interna de seus quartéis, sobretudo dos porões. Esta é outra característica de um exército de ocupação: suas estratégias.

Além do mais, este é um exército que precisa se reorganizar porque não possui muito a doutrina anterior de segurança nacional e do nacionalismo. Vão sacrificar em Chiapas sua estrutura atual e o resultado da guerra, fora a destruição dos povos indígenas, é o desprestígio total do exército federal. Os militares não sabem – e se sabem são cúmplices – mas o que está em jogo é o desaparecimento do exército como está configurado nesta guerra. O desprestígio desta guerra vai ser grande, então este exército terá que ser redefinido para que possa surgir um novo exército do qual necessitam o neoliberalismo e a globalização.

Finalmente, o exército federal está trabalhando em Chiapas para sua própria destruição porque a consciência nacionalista que possui não combina com este mapa. Aos militares foi vendida uma ideia de que queremos nos separar do México e unir-nos com a Guatemala e Belize para construir um novo país. Na verdade, isto é o que querem as transnacionais, têm trabalhado nisso em um projeto turístico que se chama “O Mundo Maia”. É o que está em jogo. Quando não estão atacando, os militares estão tornando isso possível e promovendo sua própria destruição. Se isso lhes importa, não tenho certeza, mas acredito que não. Os altos comandos estão suficientemente mergulhados na corrupção para que, praticamente, lhes estejam vendendo sua aposentadoria. “Já que de qualquer forma vamos te destruir como exército, então lhes oferecemos tua demissão e uma boa parte em dinheiro. Esta parte é Chiapas, faz o teu trabalho ali. Depois não vão servir para nada, mas terão uma boa quantia para viver”. Nos altos comandos, acontece assim. Nos médios comandos e nas tropas não existe nada disto, são apenas soldados que fazem o que lhes mandam.

O que está em jogo nesta grande guerra é esse território que precisa ser conquistado e uma das consequências será a destruição do exército federal em sua estrutura atual: continuará sendo exército, mas de outra forma. Existem rumores de que as forças armadas vão se reestruturar e que, a partir de Chiapas, o intento é conceber um modelo estadunidense de comando geral. Atualmente, o exército não funciona por meio de um comando geral, mas sim por comando local. O que querem é concentrar o poder – um só comando é mais versátil – no comando central ou geral, isso é o que também lhes dizem. Desta maneira, acabariam com o poder dos chefes de localidade militar e com os chefes de região militar que são os que têm dividido o país.

Temos o dado de que, desde 1986, havia aproximadamente 170 mil efetivos entre exército, força aérea e marinha e, em 1996, há três anos, havia 229 mil, um

incremento de quase 50%. O mesmo montante cresceu o orçamento: 44% de 1995 a 1996. Além disso, há um conflito, ou seja, uma disputa entre as armas: as do exército e as demais. São chamadas de armas, a arma de infantaria, a arma de cavalaria, a arma de força aérea e a arma de unidades. Em cada uma delas, os militares disputam para ver quem terá maior orçamento, que é uma forma de lucro para eles, entre o exército, a força aérea e a marinha. Nesse processo de reestruturação, estão a acontecer estas lutas internas. Além disso, é preciso acrescentar a interferência estadunidense. Existe uma informação da secretaria diplomática do departamento de forças armadas dos Estados Unidos da América, com sede na embaixada norte-americana no México, D.F., a qual indica que, em 1995, havia pelo menos duas equipes especiais em Chiapas com a aprovação do exército federal. O problema não é apenas sobre os direitos humanos individuais. Estamos diante de uma série de violações dos direitos humanos de povos indígenas. Neste momento, em que se quer destruir os povos indígenas, sua forma cultural e tudo mais, não somente o indivíduo está sendo atacado – não o deixam ir para o campo de milho ou o ferem e o torturam - mas todo o coletivo e seus direitos humanos estão sendo atacados, pois o seu desejo de viver em coletivo não está assegurado pelo direito internacional. Não existem observadores dos direitos humanos coletivos. Acreditamos que está acontecendo um novo modelo de violação dos direitos humanos.

A partir deste canto do mundo, as guerras do século XXI vão ser direcionadas contra aqueles que querem ser diferentes. Para os que resistem a desaparecer como diferentes, cada vez mais seus direitos coletivos serão violados, tomando-se cuidado com seus direitos humanos individuais. O governo mexicano tem como objetivo máximo se livrar de um grupo de observadores para que não se possa provar que pessoas são torturadas ou atacadas. Mas é evidente que deseja destruir estes povos indígenas enquanto povos e nada pode ser dito contra porque nem mesmo existe este direito.

O pedido que queremos fazer é que quando voltarem aos seus países de origem, ao falarem com as pessoas ou serem entrevistados pelos meios de comunicação ou com funcionários das Nações Unidas, é que enfatizem isto que estou contando. O que está se conformando nestes testemunhos que estão se acumulando é a grande violação dos direitos humanos coletivos dos povos indígenas maias e à sua existência como tal.

Duas fotos: Zapata e uma menina

E aqui retorno à foto. Esta foto é de Emiliano Zapata (mostra o calendário). Bem, é uma pintura e representa o rosto de Emiliano Zapata. Vê-se os seus olhos, o nariz, a boca, o bigode; ele é conhecido, por isto, qualquer um pode reconhecer Zapata. O grande paradoxo é que qualquer indígena camponês se parece com Zapata: um homem moreno, com intensos olhos negros que podem ser vistos em muitos *pasamontañas*. Essa é uma imagem do passado. Isso aconteceu, alguém se lançou em armas e, além disso, com uma atitude muito especial, porque o que Zapata fez não foi lutar pelo poder. Como diz a anedota de quando chegam à Cidade do México – ele e Francisco Villa. A cadeira presidencial ficou vazia porque eles fizeram correr quem estava ali e Villa diz a Zapata para que se sente, mas Zapata diz que não. Villa disse para ele se sentar, mas só para ver como ele se sentia. Ele se senta e já se levanta, pois o que Zapata está dizendo é que o problema não é sobre quem está no poder, mas sim sobre a relação entre governantes e governados. É esta a ideia que tomamos de Zapata, sua relação frente ao poder na luta que estamos levando a cabo.

A imagem da menina é uma aproximação a outra imagem: um grupo de mulheres indígenas que estão gritando com o punho esquerdo levantado para cima. Atrás da menina há muitas mulheres que não são jovens e também não são anciãs, mas acontece que as mulheres envelhecem muito rápido nas comunidades indígenas. A foto representa o amanhã. Não acreditamos que o mundo será diferente para esta menina, ela também terá que lutar e nós zapatistas somos uma ponte, transmitimos uma herança para outro herdeiro que continuará a lutar. Quanta rebeldia existe nesta menina indígena. Ela está se rebelando como indígena, como mulher, como criança, como ser humano e trabalhadora. Nesta imagem, sintetizam-se todas as contradições, todos os outros e diferentes são representados. Esta menina não está dizendo que aprendeu a lutar e que atrás dela estão aqueles que lhe ensinaram, os adultos. As mulheres que podem ser vistas [as indica na foto], seriam jovens no meio urbano, mas já são muito mais velhas por causa do trabalho que realizam e pelo que sofrem nas comunidades indígenas. Estas mulheres já são anciãs, pessoas de idade ou de juízo, como se diz. Elas são a ponte – as mulheres que estão atrás desta menina – para que ela continue lutando. Não para que o mundo mude, mas para que pessoas continuem lutando pela sua mudança.

Esta é a nossa concepção, nosso trabalho. Somos indígenas e queremos continuar vivendo e sendo indígenas, somos mexicanos e queremos continuar sendo.

Sei que é difícil no mundo atual, sobretudo na Europa, falar de nacionalismo. Mas se entenderam o que lhes expliquei, no caso do México e de Chiapas, ser nacionalista, ou seja, lutar para que seja mantida a estrutura nacional, é ir contra o neoliberalismo. Isto não significa que em outras partes do mundo aconteça a mesma coisa. Sei que o nacionalismo na Europa possui muitas conotações fascistas, mas no México do final do século XX, é uma subversão. Aqui o costume é fazer a internacionalização do dinheiro e defender o conceito de nação ou se opor a estes projetos de fragmentação é ser revolucionário. E é isto que estamos fazendo, opondo-nos a isto.

Entre Zapata e a menina estamos nós e dedicamo-nos a questionar tudo, inclusive a nós mesmos. Questionamos nossos passos, sobre por que estar armado, o porquê da luta armada, por que as coisas são assim e não de outro modo. Isto faz parte do nosso questionamento, porque precisamos reafirmá-lo e reconhecê-lo diante de vocês: somos um exército e um exército é a coisa mais absurda que existe porque se recorre à força da arma para ter razão e um ser humano que precisa recorrer a uma arma para ter razão não é um ser humano. Nós não queremos que o futuro seja como o que temos agora.

Esta menina também não vai querer que o mundo seja como o mundo dela, toca-lhe outra coisa, diferente disso. Como será? Não sabemos. Os que virão depois saberão como fazer, achamos que saberão fazer bem. O que sabemos é que não queremos este mundo atual. Não queremos, não merecemos e não nos importam quantas mentiras digam a nosso respeito, nem quantos soldados nos ataquem, nem quantas bombas joguem em cima de nós; não vamos deixar o mundo continuar assim. Tudo que vamos fazer para fazer o mundo mudar, não nos preocupa se não vamos conseguir, nem pensamos se é possível ou não, estamos seguros de que vamos fazer. Isto é o que nós somos, a ponte entre o passado e este amanhã, e nos coube isso aqui em Chiapas. Se estivéssemos em Kosovo, diríamos outras coisas, na África, nos Estados Unidos, Itália, Europa, em qualquer outro lugar. Isto é o que lhes queríamos dizer.

UNIDADE 2. ESTADO CRIMINOSO NA AMÉRICA LATINA

A VIOLÊNCIA ESTATAL E O DISCURSO DOS DIREITOS HUMANOS¹⁸

A ampliação dos direitos que se registra em quase toda a América Latina é desafiada pelo crescimento da repressão policial e institucional. Desde o México e a Guatemala até a Argentina e o Brasil, as forças repressivas estão fora de controle.

“As práticas policiais violentas são contraditórias em relação a uma política de ampliação de direitos”, intitula-se o relatório do Centro de Estudos Sociais e Legais (CELS), presidido por Horacio Verbitsky¹⁹. O relatório destaca “casos graves de violência institucional” em vários bairros de Buenos Aires, assim como “a violência dentro das prisões e delegacias” e o retorno da repressão ao protesto social.

Em sua análise, o CELS revela “a falta de uma reforma estrutural no sistema de segurança” que está centrado, no caso da Argentina, no “controle da rua”, sem haver um debate sobre “como deve ser um sistema de segurança democrático”. O caso da Argentina, com certeza, pode nos servir de exemplo da deterioração dos direitos humanos em toda a região que tem no México e na Guatemala suas expressões mais preocupantes. Neste ponto, trata-se de compreender que as violações não são ocasionais nem pontuais em um continente que vive um processo de crescente militarização e paramilitarização da vida cotidiana. No Uruguai, essa deterioração se expressa na tortura realizada com os menores de idade detidos por pequenos delitos²⁰. No Brasil, o massacre de habitantes das favelas se tornou sistemático, como revelam as Mães de Maio que, em plena democracia, contabilizam pelo menos uma matança anual desde 1990²¹.

No México e na Guatemala, os assassinatos de índios, camponeses, mulheres e pobres são comuns. Os meios de comunicação costumam atribuir estes casos ao narcotráfico ou a exageros pontuais das forças da ordem. Mas esta explicação parece insuficiente. Ou pior, encobre a realidade.

Para explicar a deterioração dos últimos anos, parece-me adequado tomar o caso da Argentina, por duas razões. A primeira é porque existem organismos independentes de direitos humanos que desde o final da ditadura (1984), registram

¹⁸ Texto de Raúl Zibechi originalmente publicado no livro *Latiendo resistencia: mundos nuevos y guerras de despojo*. Carcaixent: Baladre; Málaga: Zambra, 2016, p.p. 67-73. Tradução de Débora Ribeiro.

¹⁹ Ver: <<http://www.cels.org.ar/> 30 de agosto de 2014>.

²⁰ Ver: <<http://brecha.com.uy/primer-causa/> 25 de setiembre de 2014>.

²¹ Ver: <<http://maesdemaioblogspot.com/2012/02/httpwww.html>>.

cuidadosamente as violações estatais e institucionais. Em segundo lugar, porque desde 2003, os governos de Néstor Kirchner e Cristina [Kirchner] Fernández se empenham na defesa dos direitos humanos, em esclarecer as violações e evitar a repressão.

O relatório da Coordenadoria contra a Repressão Policial e Institucional (CORREPI) com o título “Uma sociedade de privilégios se mantém com a repressão”, contabiliza os casos de “gatilho fácil” (assassinatos policiais), mortes em prisões e delegacias, assim como as vítimas de repressão a protestos. Houve 4.011 assassinados até novembro do ano passado [2013]: 47% tinham entre 15 e 25 anos, 27% de 26 a 35 anos²².

No entanto, o mais sintomático e realmente preocupante é o quadro em que se registra a evolução de assassinatos policiais por gestão de governo. Durante os dez anos de governo de Carlos Menem (1989-1999), houve uma média de 58 assassinados pela polícia cada ano. Seu governo foi selvagememente neoliberal, privatizou todas as empresas estatais que foram entregues (quase de graça) a empresas estrangeiras. Foi um governo repressivo e antipopular.

Mas durante os dez anos do governo de Kirchner e Fernández (2003-2013), houve uma média de 232 mortos por ano pela polícia, ou seja, quatro vezes mais. No entanto, esses governos levaram a sério os direitos humanos, passaram a reformar uma parte da polícia acusada por corrupção e empenharam-se em não reprimir, baseados no que o CELS denomina como “controle político” das forças de segurança.

Extratativismo e violência

Deste modo, um retrocesso tem sido produzido em toda a última década. Uma situação como esta não pode ser atribuída a questões conjunturais, à má gestão de um ministro ou à falta de controle ocasional do Estado sobre os uniformizados. Existem três razões importantes para explicar este retrocesso que transcende a Argentina e, com matizes diferentes, são aplicáveis em toda a região. A primeira é o modelo econômico-social, a segunda a autonomia dos aparatos repressivos e a terceira o temor diante do protesto dos setores populares.

O período em que vivemos tem se definido como uma economia de acumulação por desapropriação ou despojo que, de modo natural, apoia-se na

²² Informação Anual no Boletim Informativo N° 705 en: <<http://correpi.lahaine.org/?p=1240>>.

violência institucional e não institucional. O roubo às pessoas e à natureza só pode acontecer com violência. O objetivo é a desapareição de povos inteiros por apropriação da natureza, para convertê-la em mercadorias, como denunciado pelo Subcomandante Insurgente Marcos no texto “A Quarta Guerra Mundial”.

“A Quarta Guerra Mundial está destruindo a humanidade, na medida em que a globalização é uma universalização do mercado e todo humano que se oponha à lógica do mercado é um inimigo e deve ser destruído. Neste sentido, somos todos inimigos a serem vencidos: indígenas, não indígenas, observadores dos direitos humanos, professores, intelectuais, artistas”²³.

Diferentemente do que acontece com a acumulação por despojo nas zonas urbanas e de classes médias, na forma de privatizações, para os setores sociais onde nunca foi realizada inclusão social e que nunca foram beneficiados pelo sistema do “bem-estar social”, é que o modelo extrativo funciona para conquistar territórios, destruir inimigos e administrar os espaços conquistados, subordinando-os ao capital. Indígenas, negros e mestiços, camponeses sem-terra, mulheres pobres, desocupados, trabalhadores informais e crianças das periferias urbanas sofrem este tipo de despojo.

Na América Latina *de abajo*, historicamente, o principal modo de disciplinamento das classes mais baixas não foram o trabalho industrial ou as forças do mercado, mas sim o massacre ou a ameaça de extermínio, desde o período colonial até os dias de hoje. A organização Mães de Maio, criada pelas mães dos 500 assassinados pelos aparatos repressivos em São Paulo, em maio de 2006, aponta que entre 1990 e 2012, foram produzidos 25 massacres contra habitantes de favelas, ou seja, jovens, negros e pobres.

Esta realidade se relaciona com o modelo extrativo, mas também com o tipo de Estado construído na região. O estado-nação latino-americano tem uma genealogia diferente da europeia, como nos recorda Aníbal Quijano. Aqui não se registrou a democratização de uma sociedade que possa se expressar em um Estado democrático; as relações sociais se estabeleceram pela colonialidade do poder estabelecida sobre a ideia de raça, convertida no fator básico de constituição do Estado-nação, como tem assinalado Aníbal Quijano.

O atual modelo produtivo acentua o processo colonial: a divisão dos países em “zonas do ser” e “zonas do não-ser”. Nas segundas, a vida das pessoas não conta, a

²³ Ver: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003_02_b.htm>

repressão não é ocasional, mas sim a norma. Para fazerem valer seus direitos, não podem recorrer a uma instituição estatal, mas se levantarem e rebelarem-se, como mostra claramente o ocorrido no México logo após o desaparecimento de 43 normalistas em *Ayotzinapa*.

Um Estado de polícia

Há algo mais, geralmente desconsiderado. O tipo de Estado adequado a esta “Quarta Guerra Mundial” é um Estado débil frente às transnacionais e um Estado forte frente aos setores populares. Em paralelo, há uma degradação do Estado: não inclui, mas oferece políticas sociais; as políticas se autonomizaram do Estado, mas são funcionais a um Estado mínimo perante o capital e máximo diante do protesto social.

Na Argentina, houve uma greve policial na província de Córdoba, em dezembro de 2013. Os policiais se aquartelaram, deixaram as ruas vazias onde o crime provocou desordens violentas contra os vizinhos, já que as forças policiais “liberaram áreas para que ocorressem saques em diferentes bairros da capital”. Segundo o CELS, o que aconteceu em Córdoba foi “uma ameaça à governabilidade”. A CORREPI assegura que são “motins policiais” com um “caráter eminentemente mafioso, como os pretensos saques paralelos aos aquartelamentos”²⁴.

Com algumas exceções, os governos cedem às greves policiais para não se desestabilizarem. Em alguns casos, são pedidos de reajuste salarial que habitualmente são ignorados quando são formulados pelos sindicatos do setor público. Em outros, como sucedeu na cidade de Olavarría – na província de Buenos Aires – pressionam para impedir que a justiça se pronuncie contra policiais que cometeram abusos e assassinatos.

A falta de controle político sobre a polícia é um problema estrutural que resulta que “as forças de segurança se autonomizem e mantenham práticas discriminatórias e de violação dos direitos humanos”, como sustenta o CELS em seu documento.

Luta social e autonomia

²⁴ Declaração da CORREPI, 9 de dezembro de 2013.

Existe uma relação estreita entre a repressão e os protestos sociais. Para a CORREPI, é uma “repressão preventiva”, dirigida sempre aos mais pobres que são os que mais necessitam fazerem valer seus direitos. O CELS destaca “um grave retrocesso nos modos de gestão política do conflito social”, na raiz da atuação policial na ocupação do bairro Papa Francisco, ocupado por 700 famílias na periferia de Buenos Aires.

O primeiro salto repressivo na Argentina aconteceu em 1989, quando cresceram as lutas sociais em torno da hiperinflação. O segundo salto foi durante o ciclo piqueteiro contra os efeitos da desindustrialização e, em particular, logo após a mobilização de 19 e 20 de dezembro de 2001. O salto repressivo nunca retrocedeu aos níveis anteriores.

No caso mencionado do bairro Papa Francisco, o CELS assegura que a polícia e o poder judiciário criminalizaram os ocupantes e proibiram-lhes de ingressar no bairro, “medida que debilitou a organização comunitária e favoreceu a permanência de grupos criminosos”. Neste ponto, vale ressaltar que as forças repressivas estabelecem alianças com o crime organizado, contra os movimentos populares.

Deste modo, chegamos ao que um trabalho realizado por militantes na Universidade de Córdoba, denomina como um Estado de Polícia, formalmente legal, mas dedicado a gerenciar exceções como critério de governo e a controlar as “classes perigosas”. Trata-se de uma vasta gama de intervenções que vão desde as políticas de responsabilidade social empresarial – que aumentam a evasão fiscal – até a intervenção policial/militar direcionada para o controle territorial armado, onde o corpo policial é encarregado de administrar e gerir coisas e corpos de modo exclusivo e excludente²⁵.

Em síntese, ampliação formal dos direitos, mas de modo simultâneo, intensificação da repressão. O que está em debate é até que ponto se pode confiar nos Estados como guardiões dos direitos. Este foi o debate realizado no XI Fórum de Direitos Humanos que aconteceu na Universidade Ibero-americana de Puebla, entre os dias 14 e 17 de novembro²⁶.

Diversos coletivos e analistas destacaram a importância da autonomia como forma de autoproteção, já que se constatou que não se podem ter direitos sem poder

²⁵ María Ferrero y Sergio Job (2011) “Ciudades made in Manhattan”, en: Núñez, Ana y Ciuffolini, María (comp.) Política y territorialidad en tres ciudades argentinas, Buenos Aires, El Colectivo.

²⁶ Nota da tradutora: de fato, este evento ocorreu entre os dias 15 e 17 de outubro de 2014, conforme consta no site: <http://www.iberopuebla.mx/forodh/programa.asp#/1/>. Acesso em 19 de março de 2017.

para fazê-los serem respeitados. A autonomia é o caminho para se recuperar os poderes populares que foram escamoteados por um “Estado de direito” que, na realidade, ou não funciona ou funciona contra os mais fracos.

Nesse encontro, o padre Solalinde relatou seu trabalho para proteger migrantes centro-americanos, um dos grupos mais desprotegidos em sua passagem pelo México (rumo aos EUA). A criação de albergues e assessorias tem um papel importante neste processo de autoproteção coletiva.

As mulheres do FUNDEM (Forças Unidas por Nossos Desaparecidos no México), que receberam o Prêmio Tata Vasco pela defesa dos direitos humanos, mostraram dois fatos inegáveis: que sob estes regimes qualquer pessoa pode desaparecer ou ser violentada e que a proteção, busca e denúncia não pode esperar pelas instituições, mas devem ser realizadas pelos próprios prejudicados. O advogado chileno Roberto Garretón, que participou da *Vicaría de la Solidariedad*, sob a ditadura de Pinochet, recordou que, inclusive sob a mais intensa repressão, foi possível diminuir o impacto repressivo, tanto da repressão direta como das suas consequências sobre as vítimas. Algo similar pode ser dito sobre a experiência das Mães da Praça de Maio na Argentina.

A recuperação dessas experiências e práticas de solidariedade e apoio mútuo, autônomas com respeito ao regime de cada momento, pode ser vital para a defesa da vida. Se nos guiarmos pela experiência do passado, podemos voltar a ser pequenos muros contra a impunidade e a repressão.

MÉXICO: UM ESTADO FALIDO PLANEJADO²⁷

O Estado se converteu em uma instituição criminal onde se fundiram o narco e os políticos para controlar a sociedade. Um Estado falido que foi construído nas últimas décadas para evitar o maior pesadelo das elites: uma segunda revolução mexicana.

“Vivos os levaram, Vivos os queremos”, grita María Ester Contreras, enquanto vinte punhos levantados cantam o slogan sobre o estrado da Universidade Ibero-americana de Puebla, ao receber o premio Tata Vascos em nome do coletivo “Forças Unidas por Nossos Desaparecidos no México” (FUNDEM), pelo seu trabalho contra os desaparecimentos forçados. A cena é esmagadora, já que os familiares, quase todos mães ou irmãs, não podem conter gritos e lágrimas cada vez que falam em público no XI Fórum de Direitos Humanos.

Nada parecido com a genealogia dos desaparecimentos que conhecemos no Cone Sul. No México não se trata de reprimir, desaparecer ou torturar militantes, mas algo muito mais complexo e terrível. Uma mãe relatou o desaparecimento de seu filho, um engenheiro de comunicações que trabalhava para IBM, sequestrado pelo narco para forçá-lo a construir uma rede de comunicação para seus serviços. “Pode acontecer com qualquer um”, adverte, dizendo que toda sociedade está na mira e, por isso, ninguém deveria permanecer alheio.

FUDEM nasceu em 2009, em Coahuila, e tem logrado reunir mais de 120 famílias que buscam a 423 pessoas desaparecidas que, por sua vez, trabalham com a Rede de Verdade e Justiça que busca a 300 imigrantes centro-americanos desaparecidos em território mexicano. O ex-presidente Felipe Calderón os chamou de “danos colaterais”, tratando de minimizar a tragédia dos desaparecimentos. “São seres que nunca deveriam ter desaparecidos”, replica Contreras.

Pior que o Estado Islâmico

Um comunicado da FUDEM, por motivo da Terceira Marcha da Dignidade, celebrada em maio, destacou que “segundo a Secretaria de Governo, até fevereiro de

²⁷ Texto de Raúl Zibechi originalmente publicado no livro *Latiendo resistencia: mundos nuevos y guerras de despojo*. Carcaixent: Baladre; Málaga: Zambra, 2016, p.p.75-79. Tradução de Ernando Brito Gonçalves Júnior.

2013, contava-se 26.121 pessoas desaparecidas”, desde que Calderón declarou a “guerra ao narcotráfico”, em 2006. Em maio de 2013, Christof Heyns, relator especial de execuções extrajudiciais das Nações Unidas, disse que o governo reconheceu 102.696 homicídios nos seis anos do governo de Calderón (em média 1.426 vítimas por mês). Porém, em março passado, após 14 meses do atual governo de Peña Nieto, o seminário Zeta contabilizava 23.640 homicídios (1.688 por mês).

A rede de notícias *Al Jazeera* divulgou uma análise onde se comparam as mortes provocadas pelo Estado Islâmico (EI) com os massacres do Narco mexicano. No Iraque, em 2014, o EI acabou com a vida de 9.000 civis, por sua vez, o número de vítimas dos cartéis mexicanos, em 2013, passou o número de 16.000 (Rússia Hoje, 21 de outubro de 2014). Os cartéis levaram a cabo centenas de decapitações todos os anos. Chegaram a desmembrar e mutilar os corpos das vítimas, para depois expô-las para aterrorizar a população. “Com o mesmo propósito, os cartéis também atacam crianças e mulheres e, como o EI, publicam imagens gráficas de seus delitos nas redes sociais”.

Muitos meios de comunicação têm sido silenciados através de subornos ou intimidações e, desde 2006, os cartéis foram responsáveis pelo assassinato de 57 jornalistas. O Estado Islâmico assassinou dois estadunidenses, cujos casos ganharam os grandes meios, mas poucos sabem que os cartéis mexicanos assassinaram 293 cidadãos estadunidenses entre 2007 e 2010.

A pergunta não é e não deve ser quem são os mais sanguinários, mas o porquê. Desde que sabemos que a Al Qaeda e o Estado Islâmico foram criados pela inteligência estadunidense, bem vale a pergunta sobre quem está por trás do narcotráfico.

Diversos estudos e artigos de revistas de investigação destacam a fusão entre as autoridades estatais e os narcos no México. A revista *Proceso* destaca em sua última edição que “desde o primeiro trimestre de 2013, o governo federal foi alertado por um grupo de legisladores, ativistas sociais e funcionários federais sobre o grau de penetração do crime organizado em áreas de segurança em vários municípios de Guerrero”, sem obter a menor resposta (*Proceso*, 19 de outubro de 2014).

Ao analisar os vínculos por trás do recente massacre dos estudantes de Ayotzinpa (seis mortos e 43 desaparecidos), o jornalista Luis Hernández Navarro conclui que o fato “destampou o esgoto da narcopolítica guerrerense” (*La Jornada*, 21 de outubro de 2014). Nela, participaram membros de todos os partidos, inclusive do

PRD, de centro-esquerda, no qual militava o presidente municipal de Iguala, José Luis Abarca, diretamente envolvido no massacre.

Raúl Vera foi bispo em São Cristóvão das Casas quando a hierarquia decidiu retirar dessa cidade Samuel Ruiz. Porém, Vera seguiu o mesmo caminho de seu antecessor e agora exerce em Saltillo, a cidade do estado de Coahuila, de onde provém várias mães que integram a FUCEM. Elas não possuem local próprio e se reúnem no Centro Diocesano para os Direitos Humanos. O Bispo e as mães trabalham lado a lado.

Em 1996, Vera denunciou o massacre de Acteal, onde 45 indígenas tzotziles foram assassinados enquanto oravam em uma igreja da comunidade, no estado de Chiapas, entre elas 16 crianças e adolescentes e 20 mulheres. Apesar de o massacre ter sido cometido por paramilitares contrários ao EZLN, o governo tentou apresentá-lo como um conflito étnico.

Controlar a sociedade

Devido a sua larga experiência, sustenta que o massacre de Ayotzinapa, “é uma mensagem ao povo, é dizer-nos: vejam o que somos capazes”, como aconteceu em São Salvador Atenco, em 2006, quando militantes da Frente dos Povos em Defesa da Terra, que participavam em de outra campanha zapatista, foram brutalmente reprimidos com um saldo de dois mortos, mais de 200 presos e 16 mulheres violentadas. O governador do estado, quando ocorreu esse fato, era Enrique Peña Nieto, o atual presidente.

Essas “mensagens” se repetem uma e outra vez na política mexicana. O padre Alejandro Solalinde, que participou do Fórum de Direitos Humanos, coordena a Pastoral de Mobilidade Humana Pacífico Sul do Episcopado Mexicano e dirige um albergue para imigrantes que passam pelo México para chegar aos Estados Unidos, assegura que recebeu informações de que os estudantes foram queimados vivos. Após terem sido metralhados, os feridos foram queimados, como lhe relataram policiais que participaram dos acontecimentos e “se converteram por consciência” (*Proceso*, 19 de outubro de 2014).

Se o modo de assassinar revela uma clara mensagem mafiosa, devem divulgados os objetivos, seus autores e seus motivos. A resposta vem das mãos do bispo Vera. Destaca a íntima relação entre os cartéis e a estrutura política, judicial e financeira do Estado, ao ponto que é impossível saber onde começa um e termina o

outro. Constatar essa realidade o leva a assegurar que os dirigentes de seu país “são o crime organizado” e que, dessa maneira, “não estamos em uma democracia” (*Proceso*, 12 de outubro de 2014).

Porém, o bispo concentra sua reflexão em um ponto nevrálgico que permite desatar o nó. “O Crime organizado tem ajudado a controlar a sociedade e, por isso, é sócio da classe política. Eles têm conseguido que o povo não se organize, não cresça”. Palavras mais ou menos estas que foram assinaladas pelo Subcomandante Marcos.

Por último, não se trata de uma confluência casual, e sim de uma estratégia. Um de seus construtores sobre o terreno é o general Oscar Naranjo, que foi um dos mais destacados “arquitetos da atual narcodemocracia colombiana”, sob o governo de Álvaro Uribe, como denunciou Carlos Fazio (*La Jornada*, 30 de junho de 2012). Naranjo, um protegido da DEA e “produto de exportação” dos Estados Unidos para a região, se converteu em assessor do governo de Peña Nieto.

Fazio destaca uma informação do *The Washington Post* onde o jornal assegura que “sete mil policiais e militares mexicanos foram treinados por assessores colombianos”. Não é preciso usar muito a imaginação para descobrir onde começou a ser fabricado o Estado falido mexicano.

Porém, existe mais. “O governo dos Estados Unidos tem ajudado alguns cartéis através da Operação Rápida e Furiosa”, pela qual, “involuntariamente”, duas mil armas foram parar nas mãos de narcos, recorda a página antiwar.com. É possível, discutem alguns sites dedicados a análises estratégicas, como o europeu dedefensa.org, que o caos mexicano seja favorecido pela crescente paralisia de Washington e a cacofonia que emitem seus diversos e contraditórios serviços. Porém, tudo indica que existe algo deliberado. Que pode se voltar como *boomerang* através de sua extensa e porosa fronteira, que nem deve ser questionada.

3. GENOCÍDIO NO HAITI: A RESPONSABILIDADE LATINO-AMERICANA²⁸

Os governos progressistas da América do Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile e Uruguai) tem direta responsabilidade na guerra contra os pobres que a ONU está perpetrando no Haiti.

Dois dias antes da véspera de Natal²⁹, às três horas da madrugada no dia 22 de dezembro, com ordens de oficiais brasileiros, 400 soldados desembarcaram de tanques blindados em *Cité Soleil*³⁰, bairro de Porto Príncipe, apoiados por helicópteros que dispararam sobre a população assustada que se refugiava em suas precárias moradias. A justificativa desse evento foi combater “as organizações criminosas” que operavam no bairro, mas a intervenção dos soldados da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH ou capacetes azuis³¹) deixou entre 30 e 70 mortos, segundo diversas fontes. Mulheres e crianças foram mortas em suas casas enquanto dormiam. A Agência Haitiana de Notícias afirmou que as vítimas eram inocentes e o coordenador da Cruz Vermelha, Pierre Alexis, disse que os soldados da ONU impediram a entrada de seus veículos para ajudar as crianças feridas³².

Cité Soleil é um imenso bairro com 500 mil pessoas vivendo em habitações informais, em meio a escoamentos de água suja e de excrementos animais e humanos. O ativista de direitos humanos, Pierre-Antoine Lovinski defende que “todos os dias em *Cité Soleil* os soldados assassinam pobres por qualquer coisa” e considera que no Haiti está sendo perpetrado um genocídio que ele define como “uma guerra contra os

²⁸Este texto foi escrito por Raúl Zibechi em Março de 2007 e está publicado em versão online em espanhol e inglês com o título: “Genocidio (o Represión) en Haití: La Responsabilidad de la Izquierda”. Neste livro foi incluso pela sua relevância e para denunciar a recente adesão do México à Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e à Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO). O chanceler mexicano anunciou com esta determinação que seu país reafirma o compromisso, em conformidade com os valores da Organização das Nações Unidas, como ator global responsável com a comunidade internacional. Enfatizamos a direta relação entre a repressão e a ocupação dos territórios como um teste para que o mesmo ocorra internamente nos países latino-americanos (N. d. E).

²⁹ Nota do tradutor: no original, *Nochebuena*, referente ao dia anterior ao Natal.

³⁰ Nota da revisora: *Cité Soleil*, Cidade do Sol.

³¹Nota do tradutor: no original, *casco azules*. Capacetes, boinas ou bonés azuis é como as tropas multinacionais nas “forças de paz” da ONU são conhecidas, inclusive no Haiti. Esse nome é pelo fato das tropas usarem na cabeça uma cobertura na cor azul, mesma cor da bandeira da ONU.

³² Guillermo Chifflet, “Guerra contra los pobres”.

pobres”³³. O professor de economia da Universidade do Estado do Haiti, Camile Chalmers, vai mais além e assegura que do ponto de vista da segurança “estamos piores que antes da intervenção militar”³⁴. A tragédia haitiana vem de muitos anos, mas seu último capítulo começou a ser escrito em fevereiro de 2004, quando Estados Unidos, Canadá e França contribuíram para a queda do presidente legítimo, Jean Bertrand Aristide. Esse evento pode ser considerado um golpe de Estado, o que constitui uma grande violação da Carta Democrática da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Tropas latino-americanas

O contingente militar da ONU comandado pelo Brasil foi desembarcado em junho de 2004, quatro meses depois do golpe de Estado que derrubou Aristide. Certamente, não foi a primeira intervenção da ONU sobre o Haiti. Em 1994, o Conselho de Segurança autorizou a implementação de uma força multinacional de 20 mil soldados (a MINUHA- Missão da ONU no Haiti) para facilitar o retorno de Aristide que foi deposto, pela primeira vez, em 1990. Ele foi eleito presidente nesse mesmo ano com 67% dos votos, nas primeiras eleições democráticas efetivadas na ilha. Entretanto, nesta ocasião, a diferença quanto à intervenção militar é estabelecida pela forte implicação da esquerda latino-americana, cujas tropas são decisivas, tanto nas forças de ocupação como na direção das mesmas. Em fevereiro de 2001, foram realizadas novas eleições presidenciais, boicotadas pela oposição. Aristide venceu com grande diferença, mas a participação foi baixa, oscilando entre 20 e 30 por cento dos habilitados para votar. O novo governo nunca possuiu estabilidade: a sociedade civil mobilizada exigiu sua renúncia por sua posição autoritária. A oposição e grupos armados tentaram desestabilizá-lo até que, em fevereiro de 2004, se expandiu um movimento armado da cidade de Gonaives³⁵ que ligeiramente ameaçou se espalhar por todo o país. Neste momento, Estados Unidos, com o apoio do Canadá e França, forçaram a saída de Aristide do país (os soldados desta coalizão o “conduziram” ao aeroporto³⁶).

³³ Idem.

³⁴ Radio Mundo Real.

³⁵ Nota do tradutor: Gonaives é a quarta maior cidade do Haiti.

³⁶ Nota do tradutor: no original, *los marines lo “llevaron” al aeropuerto*. *Los marines* se refere aos fuzileiros navais dos Estados Unidos, um ramo específico das Forças Armadas responsável por realizar ações rápidas combinadas entre as forças armadas. Nesta tradução, optou-se pela utilização do termo soldados para se referir aos fuzileiros.

Em março, o secretário geral da ONU, Kofi Annan, recomendou a criação de uma força multinacional de estabilização. Em 30 de abril, o Conselho de Segurança adotou a resolução 1542 que criou a missão MINUSTAH. Nesta data, começou a implementação do contingente brasileiro em Porto Príncipe (1.200 soldados, o mais numeroso), enquanto as forças do Canadá, França e Estados Unidos, na ilha, se integravam à missão comandada pelo Brasil. Pouco depois, a Argentina decidiu desembarcar mais 500 soldados, Chile fez o mesmo e o Uruguai aumentou sua presença até contar com 750 militares na Ilha. Os países do MERCOSUL³⁷ aportaram mais de 40% do total de soldados da MINUSTAH.

Desde o momento em que chegaram as forças armadas dos países com governos progressistas e de esquerda, registraram-se pelo menos três massacres em *Cité Soleil*. O primeiro foi em 6 de julho de 2005, quando as tropas brasileiras e policiais haitianos dispararam sobre a população causando 23 mortes, embora outros relatos aumentem o número para 26. Na semana seguinte, dois ativistas estadunidenses vinculados ao Comitê de Ação do Haiti³⁸ (David Welsh de Berkeley e Bem Terrel de São Francisco) confirmaram como os soldados da MINUSTAH agiam em *Cité Soleil*. “Eles atiravam em direção à rua e ao interior das casas”, assegura Welsh. “Eles disseram que a população da vizinhança disparou primeiro. Isso não é o que vimos e foi-nos dito. As chamadas ‘forças de paz’ da ONU estão desempenhando um papel muito destrutivo”, aponta Terrel³⁹.

O segundo massacre, como dito anteriormente, ocorreu em 22 de janeiro de 2006. O terceiro foi em 25 de janeiro de 2007, quando as tropas brasileiras apoiadas por soldados bolivianos, uruguaios e chilenos realizaram uma operação em *Cité Soleil* e que resultou em cinco mortos. Nos três casos, não houve feridos da MINUSTAH, mas se registram mortos haitianos que as forças de ocupação consideram sempre “bandidos”. Este é um padrão de ação contra a população pobre de um bairro, em que o partido Lavalas⁴⁰ de Aristides possui grande adesão. No começo de 2006, a Folha de São Paulo entrevistou os soldados brasileiros que estiveram no Haiti entre dezembro de 2004 e junho de 2005. As declarações falam por si. “Até parece que esse

³⁷Nota do tradutor: Mercado Comum do Sul ou Mercosul é uma organização intergovernamental, inicialmente econômica com uma união aduaneira formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

³⁸Nota do tradutor: em inglês *Haiti Action Committee*. Ver: <http://www.haitisolidarity.net/>.

³⁹Judith Scherr, “*Horror en clave ONU*”, publicado em Znet.

⁴⁰Nota do tradutor: Fanmi Lavalas é o partido político do haitiano Jean-Bertrand Aristide.

nome Missão de Paz é para tranquilizar as pessoas no Brasil. Na verdade, não há dia em que as tropas da ONU não matem um haitiano em um tiroteio. Eu mesmo, com certeza, matei dois. Outros, eu não voltei para ver”⁴¹, reconhece um soldado que mostra fotografias de cadáveres dispostos nas ruas de *Cité Soleil*, sendo devorados por cães⁴².

Perguntas simples, respostas difíceis

Até aqui se tem um breve relato de eventos graves que confirmam como os capacetes azuis da ONU violaram os direitos humanos e mataram pessoas inocentes no Haiti. A partir destas constatações se apresentam algumas perguntas. Por que os governos latino-americanos progressistas e de esquerda enviaram soldados ao Haiti? Por que a população desses países não reagiu contra o genocídio que ‘seus’ soldados estavam cometendo? A resposta destas perguntas envolve a abordagem de três aspectos: a geopolítica militar regional impulsionada pelo Brasil, o papel das esquerdas na posição de governo e, finalmente, a relação entre a política externa e interna.

Em aliança com boa parte dos países da região, o Brasil tem impulsionado a criação de forças armadas sul-americanas, um projeto que foi batizado como “OTAN sul-americana”. O coronel brasileiro Oliva Neto – responsável pelo planejamento estratégico presidencial - revelou em novembro do ano passado que a cooperação militar sul-americana é parte de um Sistema de projetos de Defesa Nacional para “impedir uma aventura ou pressão militar de qualquer país sobre a região ou nação sul-americana”⁴³. Trata-se da defesa dos recursos naturais do território, especificamente da Amazônia, tarefa prioritária para as forças armadas do Brasil. Oliva Neto recorda que o continente conta com “um nível considerável de petróleo, a maior reserva de água do planeta e uma rica biodiversidade”, sendo necessário o continente se colocar em primeiro plano já que, em sua opinião, “existe uma tendência de médio prazo do risco de uma pressão internacional sobre a América do Sul, através da área militar”. Ele argumentou que quando se intensificar a falta de

⁴¹Nota do tradutor: no texto original “*El nombre Misión de Paz es para tranquilizar a la gente. En verdad no hay un día en el que las tropas no maten a un haitiano en un tiroteo. Yo mismo maté al menos dos*”. Aqui se apresenta a versão publicada na Folha de São Paulo de 26 de janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92082.shtml>>. Acesso: 5 de junho 2016.

⁴²Guillermo Chifflet, *op.cit.*

⁴³Raúl Zibechi, “Hacia las fuerzas armadas sudamericanas”.

energia, água e matérias primas e “fora da América do Sul essa escassez começar a gerar tensão internacional, outros países poderão voltar seus olhos para a nossa região”.

Considera-se que a missão militar da ONU no Haiti pode ser uma antecipação do que será a força militar sul-americana. Ou, em todo caso, um teste tanto para a direção de tropas internacionais como para a coordenação dos contingentes regionais. O sucesso da missão seria uma base forte em favor do Brasil para argumentar na hora de criação das forças armadas sul-americanas, de fato, sendo eventos complementares para a unidade político-econômica que se pretende construir com a Comunidade Sul-americana de Nações. Em paralelo, argumenta-se que a implementação da missão seria uma forma de colocar limites na hegemonia estadunidense na América Latina e buscar uma projeção internacional que legitime as aspirações do Brasil de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A segunda questão tem a ver com o papel das esquerdas no continente, que em muito pouco tempo mudaram de opinião. Vejamos apenas um exemplo, o do Uruguai. Em julho de 2004, quando o senado uruguaio devia decidir o envio de tropas ao Haiti, o então senador e atual Chanceler, Reinaldo Gargano, foi enfático ao se opor ao envio de tropas defendido pelo presidente Jorge Batle: “As forças de paz vão validar um usurpador do poder e enfrentarão situações perigosas”. O senador Eleuterio Fernández Huidobro foi mais incisivo ao comparar a situação do Haiti com a do Iraque. “Os Estados Unidos lança a guerra e depois chama a ONU para que conserte as coisas. No Haiti, ocorre o mesmo que o Iraque. Os Estados Unidos fomentou a deposição de Aristide e agora pretende que os outros resolvam o conflito”, disse quando era opositor⁴⁴. Apenas um ano depois, a esquerda uruguaia no governo decidiu apoiar a Missão no Haiti e aumentar os soldados na Ilha. Só um deputado, o veterano socialista Guillermo Chifflet teve coragem de renunciar ao seu mandato, antes de convalidar com seu voto a virada humilhante.

O ocorrido no Uruguai é quase uma cópia do que se passou em outros países. Não existiu um debate sério e profundo. As esquerdas e os progressistas se limitaram a oferecer fatos consumados, mesmo sabendo que em pouco tempo eles haviam trocado radicalmente de posição, apenas pelo fato de estarem no governo.

⁴⁴Brecha, 4 de julho de 2004.

A terceira questão é a mais complexa. Em meados de fevereiro de 2007, as agências de notícias difundiram uma foto ameaçadora de um soldado afro-americano, apontando seu fuzil para a cabeça de uma mulher, também afro-americana que protestava contra a ação militar. Poderia ser um soldado brasileiro em *Cité Soleil* ou em qualquer lugar do Haiti. Mas não! Era uma operação militar em uma favela do Rio de Janeiro com a justificativa de combater os “bandidos”. O quebra-cabeça começa a fazer sentido. O analista Juan Gabriel Tokatlián da Universidade de San Andrés se faz a mesma pergunta sobre a missão dos governos progressistas no Haiti: “Isso é um teste preliminar para o que poderia ocorrer com a participação das forças armadas no combate contra o narcotráfico nas favelas do Rio de Janeiro?”⁴⁵.

Faz-se necessário estabelecer uma relação entre ambos os eventos. O fio que os une é a guerra contra os pobres, camuflada como combate ao narcotráfico e aos bandidos ou a defesa da democracia. Longe de ser uma missão humanitária, a presença dos capacetes azuis no Haiti é um evento político, com interesses políticos. Não existem outros objetivos senão impedir a expressão independente dos haitianos, especificamente dos bairros pobres como *Cité Soleil* que apoiam o movimento Lavalas de Aristide. O massacre de 6 de julho de 2005 foi considerado pelo Projeto de Informação do Haiti (HIP, sigla em inglês) como “um ataque preventivo da ONU e de suas elites opulentas do Haiti para sufocar o impacto dos protestos que estavam programados para o dia do aniversário de Aristide, 15 de julho, nove dias depois”. O segundo massacre seguiu um padrão similar. “Em 16 de dezembro passado vimos outra grande manifestação de apoio a Aristide que começou em *Cité Soleil* e, seis dias depois, a ONU realizou um ataque mortal que os moradores e os grupos de defesa dos direitos humanos disseram ter ocasionado uma matança de vítimas inocentes”⁴⁶.

Mudança do mapa político

O diretor do Instituto para a Justiça e Democracia no Haiti, Brian Concannon, afirma que “é difícil não notar uma relação entre as grandes manifestações ocorridas em *Cité Soleil* e os bairros que a ONU selecionou para realizar extensas operações militares”⁴⁷. A repressão das tropas da ONU vai além. Os helicópteros destruíram as cisternas e a população tem que caminhar quilômetros para conseguir um balde de

⁴⁵Juan Gabriel Tokatlián, “El desacierto de enviar tropas a Haití”.

⁴⁶Kevin Pina, www.haitiaction.net.

⁴⁷José Luis Vivas, www.rebellion.org.

água. De acordo com a HIP, a MINUSTAH têm caminhões-tanque, mas entrega água aos especuladores privados que revendem à população pobre que não tem como comprá-la. Assim é em todo país. No último dia 7 de fevereiro, mais de 100 mil pessoas se manifestaram em todo Haiti a reclamar pelo fim da MINUSTAH e o retorno de Aristide⁴⁸. Tudo indica que a ONU decidiu usar a força militar para modificar o mapa político e sem consegui-lo, agrava-se a situação de instabilidade.

Se o carnaval fosse um termômetro para medir a opinião da população, tudo indica que a imensa maioria dos haitianos repudia os capacetes azuis da ONU. O alvo mais popular é precisamente a MINUSTAH e os burocratas da ONU. Não é para menos. O prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, denunciou, em 2005, de Porto Príncipe, que no primeiro ano da ocupação dos capacetes azuis houve 1.500 mortos, uma proporção de 20 por dia. Diversos testemunhos acusam as forças armadas do Brasil de violação dos direitos humanos. A coordenadora latino-americana da Serpaj (Serviço de Paz e Justiça), Ana Juanche, afirma: “A MINUSTAH estava para consolidar os processos de pacificação, mas está a formar e treinar a polícia e a acompanhar a resolução dos casos de violência, a reprimir manifestações e a retirar os mortos dos bairros. Eu vi a petulância no deslocamento e na circulação da MINUSTAH pelas ruas ao fazer as pessoas correr e desviar o trânsito pelo simples fato deles passarem”⁴⁹. Mas é a leitura dos porquês que mais interessa. “A presença da ONU é uma nova humilhação, sendo uma nova oportunidade que é negada aos haitianos de determinar seu próprio destino. Há uma grande porcentagem da população que sustenta que era o povo que estava a reivindicar a saída de Aristide, que havia perdido grande parte de sua popularidade por sérias violações dos direitos humanos que patrocinava. Eram os haitianos que buscavam uma saída e quando Aristide estava a ponto de cair, veio os Estados Unidos e o levou. Esse setor crê que se negou o seu protagonismo como ator político e concebeu a MINUSTAH uma nova negação dos direitos de autodeterminação”, afirma Juanche.

Nos bairros de Porto Príncipe, como nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo, ou na periferia de Bogotá e Medellín, tem ocorrido uma guerra contra os pobres que não tem a menor intenção de superar a pobreza, mas impedir que a população se organize e resista. O urbanista Mike Davis, que estudou em detalhes as mudanças urbanas nas cidades dos Estados Unidos, defende que o fenômeno das

⁴⁸ Prensa Latina, 11 de febrero.

⁴⁹ Carolina Porley, “Un callejón sin aparente salida”.

periferias urbanas “também despertou os interesses dos analistas militares do Pentágono, que consideram estas periferias labirínticas e um dos grandes desafios com o qual se deparará o futuro das tecnologias bélicas e seus projetos imperiais”⁵⁰. Nessas periferias, segue Davis, “na última década, os pobres têm se organizado em grande escala, tanto em uma cidade iraquiana como Sadr City ou em Buenos Aires”. Se o Pentágono está agora obcecado com a arquitetura e o planejamento urbano é porque tem a amarga experiência de que nessas periferias a superioridade militar não é nada. A guerra contra os pobres urbanos é o lugar onde as estratégias de George W. Bush e de alguns governos progressistas da América do Sul dão as mãos.

Os números da ocupação

- Começo da Missão: junho de 2004.
- Efetivo militar da MINUSTAH em Haiti: 6.681 soldados e 102 oficiais. Total: 6.783.
- Pessoal civil: internacional 433, local 1.263, voluntários da ONU 193. Total: 1859.
- Países latino-americanos que enviaram tropas: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai.
- Baixas: 15 soldados mortos e 38 feridos.
- Custo da missão: 490 milhões de dólares (julho 2006 a junho 2007).
- A MINUSTAH é comandada pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz (Brasil).

Outros dados

- População: 9 milhões. 73% em extrema pobreza: sem saneamento, a metade da população sem água potável e difícil acesso à eletricidade. Dois terços não comem um prato de comida por dia. 1% da população é de origem europeia, sendo proprietária da metade dos bens do país.
- Capital: Porto Príncipe
- Expectativa de vida: 53 anos
- Mortalidade de crianças menores de 5 anos: 125 por 1000
- Filhos por mulher: 4,2

⁵⁰Mike Davis, op. cit.

- Analfabetismo: 51%⁵¹
- 8 médicos para cada 100 mil pessoas
- Desemprego: 80%
- 65 % da população urbana e 80% da população rural vive com menos de um dólar por dia.

Bibliografia

Carolina Porley, “Un callejón sin aparente salida”, 17 de junio de 2005, em www.brecha.com.uy

Guillermo Chifflet, “Guerra contra los pobres”, 26 de enero de 2007, em www.brecha.com.uy

Instituto para la Justicia y la Democracia en Haití: www.ijdh.org

José Luis Vivas, “La MINUSTAH, con un general brasileño al mando, busca justificar su prórroga”, em www.rebellion.org

Juan Gabriel Tokatlián, “El desacierto de enviar tropas a Haití”, 13 de junio de 2004, Página 12, Buenos Aires.

Kevin Pina, “La verdad que la ONU calla acerca de las pandillas en Haití”, Proyecto de Información de Haití (HIP) em www.haitiaction.net

Mike Davis, “Los suburbios de las ciudades del tercer mundo son el nuevo escenario geopolítico decisivo”, entrevista em www.ladinamo.org

MINUSTAH (Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización de Haití): www.minustah.org

⁵¹ Nota do Tradutor: no original, *Alfabetismo*: 49%.

Raúl Zibechi, “Hacia las fuerzas armadas sudamericanas”, 2 de diciembre de 2006, La Jornada, México.

NÃO EXISTE DIFERENÇA ENTRE *NARCO*, BURGUESIA E ELITES⁵²

Proponho que deixemos de falar de *narco* (narcotráfico ou tráfico de drogas) como se fosse um negócio distinto de outros que realizam as classes dominantes. Atribuir os crimes aos *narcos* contribui para despolitizar o debate e desviar o núcleo central que os terríveis fatos revelam: a aliança entre a elite econômica e o poder militar-estatal para derrotar as resistências populares. O que chamamos de *narco* é parte da elite e, como ela, não pode ter senão laços estreitos com os Estados.

A história costuma ajudar a por luz sobre os fatos atuais. A pirataria, como prática de roubo e pilhagem no mar, cumpriu um papel importante na transição hegemônica, o que debilitou a Espanha, potência colonial decadente, por parte das potências emergentes França e Inglaterra. A única diferença entre piratas e corsários⁵³ é que estes recebiam patentes de corso, assinadas por monarcas, que legalizavam sua atuação delitiva, quando a realizavam contra barcos e populações de nações inimigas.

As potências dispunham, assim, de frotas adicionais sem os gastos que implicavam e conseguiam debilitar os seus inimigos terceirizando a guerra. Além disso, utilizavam os serviços dos corsários sem pagar custos políticos, como se os destroços que causavam fossem desbordes fora do controle das monarquias quando, na realidade, eles não tinham a menor autonomia frente às elites no poder. A linha que separa o legal do ilegal é tênue e variável.

Encontro várias razões para deixar de considerar os *narcos* como algo diferente da burguesia e do Estado. A primeira é histórica: é bem conhecido o caso de *Lucky Luciano*, chefe da *Cosa Nostra*⁵⁴, preso nos Estados Unidos. Quando as tropas estadunidenses desembarcaram na Sicília, em 1943, para combater o regime de Mussolini, contaram com o apoio ativo da máfia. O governo dos Estados Unidos chegou a um acordo com Luciano, pelo qual este mobilizou seus partidários a favor dos aliados em troca de sua posterior deportação para a Itália, onde viveu o resto de sua vida organizando seus negócios ilegais. Os mafiosos eram, além disso, fervorosos

⁵² Texto de Raúl Zibechi originalmente publicado no livro *Latiendo resistencia: mundos nuevos y guerras de despojo*. Carcaixent: Baladre; Málaga: Zambra, 2016. p. 73-76. Tradução de Rodrigo dos Santos.

⁵³ Nota da revisora: o corsário é um pirata a serviço do governo.

⁵⁴ A *Cosa Nostra* é uma organização criminosa de tipo Mafioso presente e ativa na Itália, sobretudo na Sicília. Este termo é também utilizado para indicar suas ramificações internacionais, especialmente nos Estados Unidos, onde é identificada como *Cosa Nostra Americana*.

anticomunistas e, por isso, foram usados no combate às forças de esquerda no mundo e como tropa de choque contra os sindicatos estadunidenses.

Em segundo lugar, a superpotência utilizou o negócio das drogas em sua intervenção militar no sudeste da Ásia, em particular na guerra contra o Vietnã (1959-1975). Mas também em escala local, no mesmo período, para destruir o movimento revolucionário *Panteras Negras*⁵⁵. Em ambos os casos, a CIA cumpriu um papel destacado. Sobre estes dois primeiros pontos existem dezenas de publicações, o que torna desnecessário entrar em detalhes.

Em terceiro lugar, a Colômbia foi o principal campo de provas para o uso das quadrilhas criminosas contra as organizações revolucionárias e os setores populares. Um informe de *Americas Watch*, de 1990, estabelece que o cartel de Medellín, dirigido por Pablo Escobar, atacava sistematicamente os líderes sindicais, professores, jornalistas, defensores dos direitos humanos e políticos de esquerda, particularmente da União Patriótica⁵⁶.

Em seguida, destaca que os narcotraficantes se converteram em grandes fazendeiros e, como tais, começaram a compartilhar a política de direita dos fazendeiros tradicionais e a dirigir alguns dos mais notórios grupos paramilitares.

Este é o ponto chave: a confluência de interesses entre dois setores que buscam enriquecer e manter cotas de poder ou adquirir mais poder à custa dos camponeses, dos setores populares e das esquerdas. Tudo indica que a experiência colombiana – de modo particular, a aliança dos *narcos* e os demais setores das classes dominantes – tem sido reproduzida em outros países, como o México e Guatemala, e está disponível para se aplicar onde as elites globais acreditem ser necessário. Não é demais lembrar que isso não poderia ocorrer sem a ajuda da agência antidrogas estadunidense, assim como de suas forças armadas.

Em quarto lugar, é preciso compreender que o negócio das drogas faz parte da acumulação por despossessão, tanto em sua forma como em seu conteúdo. Funciona como uma empresa capitalista, como uma atividade econômica racional, como

⁵⁵ O *Black Panther Party*, popularmente conhecido como *Panteras Negras*, foi uma organização revolucionária afro-americana dos Estados Unidos da América, ativa entre 1966 e 1982. Nas suas origens, foi criada para a autodefesa do povo negro. Dentro das suas ações sociais, destacam o programa de café da manhã para crianças, a habilitação de clínicas gratuitas para a população e a luta contra as drogas, pois as consideravam como uma arma de alienação. Além disso, davam aulas gratuitas de direito e economia, autodefesa e primeiros auxílios. O FBI os declarou “inimigo público número um” em 1969 e este foi um dos fatores principais para seu desaparecimento.

⁵⁶ *Americas Watch*, A Guerra contra as drogas na Colômbia, 1990, p.22.

conclui o livro *Cocaína & Co*, dos sociólogos colombianos Ciro Krauthausen e Luis Fernando Sarmiento⁵⁷. A diferença com os demais negócios capitalistas é o fato de se tratar de uma atividade ilegal.

A violência criminosa, considerada, às vezes, como demencial, é o argumento que costumam utilizar os meios de comunicação e as autoridades para enfatizar os aspectos especiais dos negócios das drogas. É tão falso como seria atribuir um caráter criminoso ao cultivo e comercialização de bananas porque, em dezembro de 1928, foram assassinados 1.800 grevistas que trabalhavam na *United Fruit Company* em Ciénaga, Santa Marta, norte colombiano. Algo similar poderia ser atribuído ao negócio mineiro ou ao petroleiro, manchados de sangue em todo o mundo. O negócio das drogas está em sintonia com a financeirização da economia global, com a qual conflui através dos circuitos bancários onde são lavados os seus ativos. É bom recordar que durante a crise de 2008, o dinheiro do *narco* manteve a fluidez do sistema financeiro, que sem seus aportes teria padecido de um gargalo que teria paralisado boa parte dos bancos.

Por fim, isso que mal chamamos de *narco* tem exatamente os mesmos interesses que o setor mais importante da burguesia, com a qual se mimetiza, que consiste em destruir o tecido social para tornar impossível e inviável a organização popular. Nada pior que seguir os meios de comunicação, que apresentam os *narcos* como foragidos irracionais. Tem uma estratégia, de classe, a mesma à qual pertencem.

Bibliografia

Americas Watch, la guerra contra las drogas en Colombia, 1990.

KRAUTHAUSEN, Ciro; SARMIENTO, Luis Fernando. *Cocaína & co*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional, Bogotá, 1991.

⁵⁷ Ciro Krauthausen e Luis Fernando Sarmiento, *Cocaína & Co.*, Tercer Mundo Ediciones, 1991.

UNIDADE 3. O BRASIL SOB O OLHAR DE RAÚL ZIBECHI

MÃES DE MAIO: OS LIMITES DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO GENOCIDA NO BRASIL⁵⁸

A violência ofensiva dos grupos narcotraficantes em maio de 2006 evidenciou, em São Paulo, os limites para democratizar um Estado herdado da colônia escravista e as imensas dificuldades para superar o egoísmo dos ricos que utilizam os aparatos policiais para sustentar seus privilégios.

“Meu filho se chamava Edison e tinha 29 anos. Foi morto na rua. Foi para casa buscar remédios e abastecer a moto. Vivíamos na Baixada Santista, um bairro de trabalhadores em São Paulo. Foi em 15 de maio. Os policiais o seguiram e mataram-no a 500 metros do posto de gasolina. Apesar das contradições nas declarações, o Ministério Público não fez nada e arquivou o caso”, disse Débora Maria da Silva, uma mulher mestiça de 50 anos, mãe de outras duas filhas.

Edison trabalhava há sete anos em uma empresa de limpeza. Tinha um filho e estava longe do perfil de um delinquente, mas sua pele era escura e morava em um bairro pobre da Baixada Santista, no litoral do estado de São Paulo. No mesmo dia em que Edison morreu, O Primeiro Comando da Capital (PCC) – organização criminal de narcotraficantes – atacava delegacias e queimava ônibus. “A cidade estava paralisada, parecia que tinha acontecido um terremoto”, disse Débora.

A onda de violência da maior cidade sul-americana, com 20 milhões de habitantes, começou em 12 de maio depois que o governo do estado de São Paulo transferiu 765 presos para um presídio de segurança máxima localizado a 620 km da capital. Um dos prisioneiros transferidos era o líder do PCC, Marcos Williams Herba Camacho, o “Marcola”, que dirigia a organização criminosa do presídio. Em três dias ocorreram 180 ataques contra as forças policiais e os guardas penitenciários, nos quais morreram 39 agentes e 38 bandidos, segundo as estimativas iniciais e oficiais, e foram incendiados mais de cem veículos entre ônibus e carros e uma dezena de filiais bancárias.

Simultaneamente se registraram motins em 73 cadeias, as quais foram declaradas em situação de rebeldia, das 144 prisões que existem em todo o estado. O

⁵⁸ Texto de Raúl Zibechi originalmente publicado no livro *Latiendo resistencia: mundos nuevos y guerras de despojo*. Carcaixent: Baladre; Málaga: Zambra, 2016, p.p.99-107. Tradução de Patrícia Neumann.

jornal conservador *Folha de São Paulo* alertou que no necrotério metropolitano deram entrada bem mais cadáveres que o divulgado pelo governo estatal: 272 corpos em vez dos 172 mortos oficiais. Com isto se supõe dezenas de assassinatos ilegais que o jornal atribuiu a encapuzados que certamente seriam policiais. Em 24 de maio, quando ainda não se havia finalizado a repressão, as autoridades admitiram que das 300 vítimas reconhecidas, apenas 79 tinham relação com o crime organizado⁵⁹.

Neste mesmo dia, a Anistia Internacional assegurava que estavam operando esquadrões da morte integrados por policiais, cujas vítimas “se somaram a cerca de 9 mil assassinatos perpetrados pela polícia brasileira, em sua maioria caracterizados como casos de ‘resistência seguida de morte’, sem investigação judicial, registrado entre 1999 e 2004”⁶⁰. Muitos acusaram o governador Claudio Lembo. A revista financeira Exame salientou que a violência gera gastos equivalentes a 10% do produto interno bruto. O presidente Lula foi um dos primeiros a por o dedo na ferida: “O problema é a sociedade brasileira. Estamos colhendo o que foi plantado neste país”⁶¹.

Nem Justiça nem Lei

“Algumas de nós que tivemos nossos filhos mortos pela polícia e que sabíamos que eles não tinham relação alguma com o crime, decidimos enfrentar o Estado porque é quem tem o controle da segurança. Como estávamos em período de eleições, não queriam mostrar debilidade e decidiram enfrentar a raiva da população pelas queimas dos ônibus matando os jovens pobres”, disse Débora. “Quando percebi que as mortes dos jovens se produziam todas da mesma forma e que eram todos trabalhadores, comecei a procurar as outras mães. Eles banalizaram as mortes porque desde cima lhes eram exigidos números. Fiz um trabalho de formiga visitando as casas das mães, muitas tinham medo e não queriam falar”.

Em julho deste mesmo ano começaram a se reunir três mães para visitar as delegacias, conhecer os motivos das mortes e conversar com as autoridades. Quando se completou o primeiro ano das mortes, realizou-se uma manifestação e uma missa com mil pessoas com cartazes que diziam: “Bandidos são aqueles que matam inocentes”. A maior parte dos mortos vivia na Baixada Santista. “O Estado arquivou todos os casos e não processou nenhum policial”. Os números são muito claros: o

⁵⁹ “Investiguem a atuação de grupos de extermínio em São Paulo”, AFP e DPA, 24 de maio, São Paulo.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Agência Reuters, São Paulo, 19 de maio de 2006.

Estado admite que 493 pessoas morreram por armas de fogo entre 12 e 20 de maio, dos quais o PCC matou 47. “Portanto, a polícia matou 446 pessoas”, conclui Débora.

Ela conseguiu mostrar que a polícia havia mentido no caso do seu filho Edison e pôs em evidência as contradições no expediente policial. “Eles disseram que o rádio policial estava desligado, mas eu mostrei que não era verdade”. O mais doloroso, explica, foi que todas as portas se fecharam porque o Estado arquivou todas as causas. Só restava se unir às outras mães, esforçar-se para compreender uma situação que as inundava e trabalhar para que isso não voltasse a acontecer.

Primeiro decidiram se chamar Mães de Maio e organizaram a associação Mães e Familiares de Vítimas de Violência da Baixada Santista. Com o tempo, aproximaram-se as pessoas afetadas pela ditadura militar que não tinham tido força para reclamar por seus familiares e, quando elas apareceram, animaram-se a denunciar o que aconteceu décadas atrás. “Agora somos dezessete mães só na Baixada e mais quatro em São Paulo. Já temos grupos em treze estados de familiares afetados pela polícia militar”, disse com orgulho. Trabalham com a Rede Contra a Violência do Rio e com mães do Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Acre e Pernambuco, entre os estados mais importantes.

Quando fala, mesmo quando se agita, Débora demonstra certa calma: “Nossas reuniões são muito dolorosas, choramos, temos muita angústia porque a impunidade é o que mais dói, a gente criou um filho e o Estado o matou. Uma mãe não é morte, é vida. Nas reuniões a gente não aceita o que aconteceu, chora quando vê uma foto do filho. Eu faço tratamento para depressão. Estou viúva porque meu marido morreu de forma semelhante a do meu filho... E tenho um irmão desaparecido”. Pelo que se ouve no Fórum Social da Bahia, a de Débora parece ser a realidade de muitas famílias brasileiras.

Gente que Sobra

“O Estado extermina os pobres, negros favelados porque é mais fácil matá-los que lhes dar educação e saúde, porque para eles os pobres sobram. A política de segurança deste país é uma política de extermínio, preferem cárceres a escolas. Aos jovens se impõem um papel de resistência seguida de morte, o ato de resistência, que inexistente no código penal”, afirma uma Débora politizada por sua experiência de vida.

Entretanto, não são apenas opiniões de uma mãe sofrida. O livro “Crimes de Maio” publicado seis meses depois dos feitos pelo CONDEPE (Conselho Estatal de

Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de São Paulo), uma comissão independente integrada por representantes do Ministério Público Federal, do Conselho Regional de Medicina, da Defensoria Pública e várias entidades defensoras dos direitos humanos, chegou a conclusões semelhantes as de Débora.

Desiré Carlos Callegari, presidente do CREMESP [Conselho Regional de Medicina de São Paulo], assegura que dentre os mortos de maio, a maioria foi de rapazes (96,3%) e de jovens (45% tinham entre 21 e 31 anos; 16,5% entre 31 e 41 anos). Cada morto recebeu em média 5,8 tiros no dia 15 de maio. Dos 493 mortos, 43 foram vítimas de delinquentes (23 policiais militares, 7 policiais civis, 3 guardas municipais, 9 agentes penitenciários e 4 cidadãos comuns). Dezesete foram presos rebelados e 109 morreram em enfrentamentos. Mas 87 foram mortos por assassinos não identificados “com indícios de execução com participação policial”⁶².

O perito criminal Ricardo Molina de Figueiredo, membro da comissão independente, analisou os casos rotulados como “resistência seguida de morte”, ou seja, 124 mortos na semana do dia 12 ao dia 20 de maio. O estudo de todos os casos revela: que a maioria dos disparos atingiu as vítimas em regiões de alta letalidade; que os disparos foram feitos de pouca distância e que houve uma grande quantidade “de cima abaixo”.

Isto o permite assegurar que “a combinação destes fatores aponta para uma situação compatível com a execução e não com o enfrentamento a tiros com movimentos de quem os dispara. Em uma situação de confronto seria muito improvável que se ocorressem as três situações assinaladas, o que nos permite afirmar que houve execução em 60% a 70% dos casos analisados”⁶³.

A Defensoria Pública de São Paulo disse mais ou menos a mesma coisa. Pedro Giberti, Subdefensor Público Geral, denuncia que houve desvio de conduta e abuso de poder. O pior é que estes elementos “não se transformaram até o momento em denúncias, sendo sepultados na fossa comum do arquivo, onde descansa a impunidade”⁶⁴.

Graças a esta comissão e ao trabalho das Mães de Maio, ficou na opinião pública a convicção de que houve muitas execuções sumárias. A segunda conclusão foi apresentada pelo próprio Estado: uma vez mais, venceu a impunidade. A questão é

⁶² Agência Carta Maior, São Paulo, 17 de fevereiro de 2007.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem.

grave porque em São Paulo o número de assassinatos voltou a subir depois de uma década de declínio. Em 2009, embora na capital do estado houve diminuição do crime violento, nas periferias, nas cidades do interior e no litoral a violência segue em crescimento. Na Baixada Santista, em um só ano os assassinatos subiram em 37%⁶⁵.

Um Estado Genocida

Compreender como pode estar acontecendo tudo isso em um país que aspira se tornar uma referência mundial, onde impera uma democracia há vinte anos, que conta com um governo progressista como o de Lula e será sede dos Jogos Olímpicos e da Copa Mundial de Futebol, necessita de averiguação em diferentes direções.

Rafael Dias, da ONG Justiça Global, acredita que no Brasil existe um Estado genocida porque “nunca houve uma ruptura entre o Estado escravocrata e o Estado moderno e temos agora um Estado elitista que funciona através da violência para separar os índios, os negros, os pobres, que são considerados como ameaças, como classes perigosas”⁶⁶. Em sua opinião, “é uma questão de Estado, não de governo”. Por isso não houve grandes mudanças com a instalação de um governo de esquerda em 2003. “Agora temos um modelo de militarização das favelas, porque se continua a considerar o pobre como um inimigo permanente e esta é a lógica da segurança pública”.

A esquerda segue tratando os favelados como lumpemproletariado, pessoas que estão fora da sociedade, disse Rafael Dias. “A esquerda não compreende a situação dos mais pobres porque como não estão organizados em sindicatos nem em partidos, não fazem parte do projeto político da esquerda e acreditam resolver o problema desenvolvendo políticas compensatórias como a Bolsa Família. Estamos repetindo os três eixos que havia durante a escravidão, o triplo P: pão, pau e pano”.

Maurício Campos é engenheiro e trabalha na Rede Contra a Violência do Rio de Janeiro, que nasceu em 2003 durante uma série de mobilizações das favelas contra a violência policial. “Nosso trabalho consiste no acompanhamento jurídico às pessoas que sofrem violência. A principal dificuldade para trabalhar na favela é a violência do Estado, o medo, os massacres, já que as pessoas que realizam trabalho permanente estão expostas às mesmas ameaças que atemorizam a população pobre”⁶⁷. Acredita-se

⁶⁵ Mães de Maio, <http://maesdemaio.blogspot.com>.

⁶⁶ Entrevista a Rafael Dias.

⁶⁷ Entrevista de Maurício Campos.

que o massacre de Acari, em 1990 no Rio, onde mataram onze jovens, provocou uma mudança na sociedade já que “foi a primeira vez que houve uma grande reação coletiva dos familiares das vítimas”. Campos afirma que não se pode deixar de lado o problema “da relação econômica entre o crime organizado e a polícia, já que os delinquentes não querem que se faça nenhuma denúncia porque eles lhes arranjam propinas. Para os ativistas sociais a polícia é o primeiro problema porque eles sempre atacam as organizações sociais”. E complementa que “a violência contra os favelados têm crescido porque a elite brasileira tem sido pioneira no mundo para atacar os pobres antes que se organizem. Em outros países a violência das elites é reativa, mas aqui é preventiva, porque temos uma burguesia muito competente, a mais esclarecida da América Latina que conta com um aparato de dominação como a Rede Globo que não se vê em outros países”.

O grande problema do tráfico de drogas, em sua opinião, é que “é um articulador de todas as atividades criminais, é um grande protetor de toda a atividade ilegal”. Por outro lado, a ascensão das lutas dos anos 70 e 80, “foi resolvida com a repressão da ditadura, mas quando a democracia retorna, a repressão direta diminui e inicia-se a criminalização dos pobres. É um processo incontrolável porque o aparato policial tem uma autonomia inacreditável, ao ponto que nenhum governo de atreve a enfrentá-lo”.

Este é um dos pontos chave: a mudança social está vetada para a maioria pobre, negra e jovem. “Se houvesse um movimento social forte, muitos desses jovens deixariam de ter como referência o crime e relacionar-se-iam com a luta social. Os jovens são tragados por um processo, eles não escolhem o crime, simplesmente lá estão e às vezes querem se vingar da polícia porque não há justiça, nem organização social, nem guerrilha e a única saída é entrar para o tráfico”, conclui Campos.

Não só os ativistas sociais fazem esta análise. Vale a pena escutar uma das vozes mais importantes do lado conservador, pela boca de um dos mais altos cargos que enfrentou o crime organizado em São Paulo, o governador Cláudio Lembo. O dia em que Lembo se despedia de seu cargo, em 31 de dezembro de 2006, concedeu uma entrevista para a *Folha de São Paulo* na qual falou sobre os agitados dias de maio. “Na crise do PCC, figuras da minoria branca pediam pela lei da retaliação. Queriam que todos fossem mortos para preservar a si mesmos, os da minoria branca. Isto foi o que mais me irritou. Estávamos em um momento extremamente difícil e tínhamos que

mostrar que o Estado pode vencer dentro da lei. Telefonavam-me e alguns vieram conversar comigo pessoalmente”⁶⁸.

Lembo é um conservador que agora pertence ao partido democrata (DEM) e que teve cargos ministeriais em São Paulo durante a ditadura militar. Questionado pela jornalista sobre o que exigia a minoria branca, foi claro: “Que a polícia fosse às casas das pessoas à noite e realizasse a execução delas”. Não contou quem são estas pessoas que queriam vingança, ainda que nunca tivessem sido diretamente afetadas pela violência. Mas é evidente que pertencem a esta minoria de ricos que utilizam o Estado para seu exclusivo benefício.

Em pleno conflito, Lembo afirmou que a violência só terminará quando a minoria branca mudar sua mentalidade. “Temos uma burguesia muito nefasta, uma minoria branca muito perversa. A bolsa desta burguesia terá que ser aberta para poder modificar a miséria social brasileira no sentido de criar empregos, de que haja mais educação, mais solidariedade, mais diálogo e reciprocidade de situações”. “Em que sentido são responsáveis?”, perguntou a jornalista. “Na formação histórica do Brasil. Quando os escravos foram libertados, quem recebeu a indenização foi o senhor dos escravos, não os que tinham sido libertados como foi nos Estados Unidos. É um país cínico”⁶⁹.

Se isto é o que pensa e sente um homem conservador, advogado e professor universitário de quase 80 anos, governador encarregado de reprimir a delinquência e de alguma maneira membro desta elite a qual critica, o que podem dizer os jovens de 15 e 18 anos, pobres, negros, desocupados, sempre perseguidos? Débora explica a seu modo: “O pobre não tem direito a chegar ao poder. Isso é só para os filhinhos de papai”.

⁶⁸ Folha de São Paulo, 31 de dezembro de 2006, entrevista de Mônica Bergamo.

⁶⁹ Folha de São Paulo, 18 de maio de 2006, entrevista de Mônica Bergamo.

DA CIDADE MARAVILHOSA À CIDADE NEGÓCIO⁷⁰

A realização de vários megaeventos é a desculpa para o massivo desembarque de capital especulativo no Rio de Janeiro. A “destruição criativa” gera tanto entusiasmo entre os empresários e as classes altas como angústias entre os pobres que não têm alternativas senão a de resistir.

“Chegam e marcam as casas como faziam os nazis”. O relato flui da boca de Inalva, com lenta suavidade, como se estivesse falando de algo longínquo que não a envolve. “Marcam três letras, SMH⁷¹ e um número, e já se sabe que vão derrubar a casa”. A primeira vista, uma de cada três ou quatro casas da Vila Autódromo está marcada.

Inalva Brito é professora aposentada de 66 anos. Três décadas atrás chegou à vila que era um refúgio, uma ilha de liberdade sob a ditadura militar. “O bairro se povoou com militares expulsos do exército, professores e pescadores”. Agora integra o Comitê da Copa e Olimpíadas já que os megaeventos ameaçam desalojar quem vive há trinta anos junto ao autódromo.

A Cidade Maravilhosa tem se transformado no “lugar de maior concentração de inversões públicas e privadas do mundo”⁷², graças aos grandes eventos desta década: a conferência Rio+20 celebrada em 2012, o Mundial de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, aos quais se devem somar os Jogos Mundiais Militares de 2011 e a Copa das Confederações de 2013. Calcula-se que até 2020 a cidade receberá um milhão de dólares para obras de infraestrutura, serviços e indústria⁷³.

Os megaeventos estão de mãos dadas com os megaempreendimentos, que estão radicados em três lugares e têm como pano de fundo o petróleo da capa Pré-Sal, portos, siderurgia e minério de ferro: o Complexo de Açú no norte da cidade para a exportação e processamento de minério de ferro que provém de Minas Gerais; o Porto Maravilha, que presume a remodelação do centro para convertê-lo em espaço turístico e a Bahia de Sepetiba, ao oeste, para onde se deslocará a operação do porto do Rio.

⁷⁰ Texto de Raúl Zibechi originalmente publicado no livro *Latiendo resistencia: mundos nuevos y guerras de despojo*. Monterrey-MX: El Rebozo, 2015, p.p. 91-100. Tradução de Patricia Neumann.

⁷¹ Secretaria Municipal de Habitação.

⁷² PACS, 2012, p. 12.

⁷³ Idem.

Estas gigantescas inversões têm sua face oculta: o desalojamento de milhares de famílias e a consolidação de um modelo de segurança que militariza a pobreza, como assegura o último informe da Comissão dos Direitos Humanos do parlamento do estado do Rio. Em 2011 desapareceram 5.488 pessoas, houve 4.280 homicídios e 524 execuções sumárias sob a modalidade de “atos de resistência”, modalidade legal nascida na ditadura.

“A polícia do Rio tem o recorde mundial de mortos por enfrentamentos armados”, afirma o informe da Comissão⁷⁴. Em São Paulo a polícia provoca 0,97 mortos a cada 100 mil habitantes, na África do Sul 0,96 mortos e no Rio 6,86 mortos a cada 100 mil habitantes. Em São Paulo a polícia prende 348 pessoas para cada morte que provoca e no Rio são apenas 23 presos para cada morto⁷⁵.

Pó Prateado

Marta se encosta à cadeira e alisa o lenço que lhe cobre o cabelo tão escuro como sua pele e pega uns frascos pequenos de seu bolso. Cada frasco está prolixamente tampado com uma rolha e sobre suas laterais aparecem dois símbolos: uma caveira negra e uma mão com as letras TKCSA⁷⁶. Dentro, um pó cinza brilhante que ela recolhe quando varre o pátio de sua casa a 500 metros da chaminé da enorme siderúrgica.

Estamos na casa de Telma, na periferia de Santa Cruz a pouca distância da maior siderúrgica da América Latina, a Companhia Siderúrgica do Atlântico da alemã Thyssen Krupp (TKCSA). A cidade de mais de 200 mil habitantes está a uma hora do Rio junto à Bahia de Sepetiba, refúgio de aves endêmicas e migratórias por seus bosques e manguezais. Por ser um ambiente marinho de transição, estuários de onde convergem águas marinhas e doces dos rios, é um lugar privilegiado para a pesca.

Santa Cruz forma parte da periferia oeste do Rio, a mais pobre e a que mais cresceu nas últimas décadas. Chegamos logo ao atravessar a Barra da Tijuca, a zona residencial das classes médias altas, na mesma franja costeira das célebres Copacabana, Ipanema e Leblon. A região sul da cidade, a que concentra os melhores serviços e a edificação luxuosa, parece apenas um parênteses entre as favelas do centro do Rio e esta região oeste, dormitório de trabalhadores e desocupados.

⁷⁴ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, “Relatório 2009-2012”, dezembro de 2012, p. 51.

⁷⁵ Idem, p.52.

⁷⁶ Thyssen Krupp-Companhia Siderúrgica do Atlântico.

Nos planos governamentais figura converter a Bahia de Sepetiba em um grande polo siderúrgico e portuário, junto ao vizinho porto de Itaguaí onde a marinha desenvolve seu programa de submarinos nucleares. Na década de 1980 se desenvolveram dois polos industriais em Santa Cruz cujos afluentes prejudicaram manguezais e pesca. Em 1986 a região litoral da Bahia foi declarada Área de Proteção Ambiental⁷⁷.

O novo ciclo de desenvolvimento do Brasil levou à Bahia a petroleira Petrobras, às siderúrgicas Gerdau e TKCSA e várias empresas de menor porte. Entre elas promovem a construção de um enorme porto, que se soma ao porto e estaleiro da Marinha em Itaguaí, com capacidade para drenar 50 milhões de minério de ferro⁷⁸. Sepetiba se converte em porto alternativo ao do Rio de Janeiro.

As grandes obras têm impactos poderosos. Para ter uma ideia do tamanho do projeto, os membros do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) asseguram que a obra para construir a siderúrgica TKCSA (que produz 10 milhões de toneladas anuais de aço) ocupava um espaço similar ao de dois bairros cariocas de Leblon e Ipanema.

Até a chegada da indústria, a população vivia da pesca e do artesanato. Era constituída por quilombolas⁷⁹, índios, pescadores artesanais e moradores do litoral marítimo. A primeira agressão que sofreram foi o desalojamento de 75 famílias do MST que estavam acampadas no prédio que ocupa a TKCSA, onde estavam há cinco anos vivendo da agricultura.

A segunda agressão afeta os pescadores. A TKCSA não pôde se instalar no estado do Maranhão, no Nordeste, devido à potente mobilização dos pescadores, ambientalistas, sindicatos, igrejas e autoridades. Agora as águas da Bahia estão contaminadas com cádmio, chumbo e zinco. Como consequência da instalação de equipamentos e da massiva circulação de barcos de grande calado, amplas zonas da Bahia estão excluídas de pesca. Mais de 8 mil pescadores ficaram sem sua fonte de renda.

O terceiro impacto é sobre a população como um todo. A Secretaria do Meio Ambiente do estado calculou que a TKCSA eleva em 76% as emissões de CO² no Rio

⁷⁷ PACS, 2012, p. 22.

⁷⁸ Idem. p. 25.

⁷⁹ Descendentes dos escravos que fugiram dos engenhos açucareiros. Existem no Brasil dois mil comunidades quilombolas que lutam por suas terras reconhecidas pela Constituição de 1988. Ver <<http://www.cisp.org.br/comunidades>>

de Janeiro e emitirá duas vezes mais gás contaminado que toda a indústria do estado⁸⁰. O ferro no ar aumentou em 1.000% segundo estudos oficiais.

Os resultados são evidentes. Miguel, pescador há quatro décadas, assegura que pescava 80kg de corvina e parati e que agora pesca apenas 3kg quando sai com seu barco. “Os oito mil pescadores estão desempregados e em trabalhos informais”, queixa-se com raiva e impotência⁸¹. Nove associações de pescadores artesanais estão denunciando a contaminação e resistindo à siderúrgica.

A chuva prateada a qual recolhe dona Marta em seus frascos é consequência de que a empresa armazena metal ferroso em poços ao ar livre que terminam por ser levados pelo vento. As autoridades ambientais desconheciam a existências destes poços e a TKSCA ainda não têm autorização legal para funcionar.

Como acontece em todos os casos de agressão ambiental e social por grandes empresas, a população está dividida. São poucos os moradores organizados, ainda que as organizações de pescadores e de professores rechacem a siderúrgica. “Eles têm medo”, diz Marta. “Eles são poderosos e fortes e os vizinhos se sentem pequenos, ainda que todos saibam que algo de errado esteja se passando com a sua saúde”. Alude à multiplicação de afecções respiratórias, de visão e de pele.

Acrescenta que como as empresas modificaram o curso do rio, os bairros mais pobres se inundam a cada vez que chove. A palavra “milícia” se pronuncia em voz baixa. Ninguém se atreve a perguntar e os moradores nunca falam do tema em frente de desconhecidos. Estes grupos armados ilegais de policiais, bombeiros e militares controlam em todos os bairros pobres e nas favelas o transporte, a distribuição de gás e a segurança do pequeno comércio.

As milícias trabalham junto com o poder político local e com o Estado do Rio de Janeiro e são apoiados por alguns partidos porque são consideradas um “mal menor” frente ao narcotráfico. Em Santa Cruz apoiam as multinacionais controlando a população que protesta e resiste.

O Céu e o Inferno se Encontram

Cada degrau é uma exalação dolorosa e uma gota de suor. O termômetro marca 36C° na sombra enquanto Carlos Walter (quem nos conduz durante todo o

⁸⁰ PACS, 2012, p. 45.

⁸¹ Entrevista a Marta, Telma e Miguel, Santa Cruz, 9 de dezembro de 2012.

percurso) assegura que a sensação térmica é de 45C^{o82}. A subida parece interminável. O Morro da Providência é tão inclinado que os carros devem parar no meio do caminho. Acompanha-nos Marcia, uma mulher tão alta quanto elegante que leva sua pobreza com orgulho. Ela integra a Comissão de Vizinhos pelo Direito à Moradia.

Conduze-nos ladeira acima por escadarias e por ruelas labirínticas, entre grossos canos d'água nos quais se incrustam pequenos canos brancos que abastecem os domicílios. De poucos em poucos metros tem a gentileza de parar para nos mostrar os vazios deixados na favela pelas escavadeiras que aqui e ali derrubaram casas por razões de “segurança” para as famílias. A eleição é sentida como um capricho.

“Esta”, aponta para um enorme poço cheio de escombros, pedaços de chapas, madeiras e restos de roupas, “foi derrubada com a família dentro”. Parece uma piada de mau gosto num dia de sol insuportável, mas o estupor que causou o relato levou a uma parada maior que as outras. Seguimos ladeira acima, até que chegamos a um ponto em que a vista da cidade é, ainda que soe vulgar, maravilhosa.

Água fria engarrafada, cadeiras de plástico e uma sacada enorme voltada em direção ao porto e à Bahia de Guanabara. Abaixo de nós a ponte Rio-Niterói de 13km, as ilhas, as rodovias e a Cidade do Samba. Girando a cabeça vemos o Pão de Açúcar, o Cristo do Corcovado, verdes e recortadas montanhas ao longe e o Sambódromo bem próximo. Estamos acima do Morro da Providência em um bar familiar.

A arquiteta Denise Penna Firme, loira, magra, minuciosa, pega seus mapas e faz o possível para nos explicar do que se trata esta gigantesca obra que atravessa o morro. “O teleférico começa na estação de ônibus, perto do Sambódromo, faz uma parada na favela, na que foi a praça mais popular, e termina lá na Cidade do Samba. É para os turistas, porque os favelados não podem pagar”. Com os dedos vai marcando o percurso linear sobre o labirinto da favela.

Marcia toma a palavra. “Providência foi a primeira favela do Rio, tem 110 anos e foi formada por combatentes da Guerra de Canudos”⁸³. Só esta informação já nos diz muitas coisas: que é um espaço consolidado, com boa infraestrutura, central, a dois passos do porto. Portanto, cobiçado pela especulação imobiliária e o negócio do turismo.

⁸² Trata-se de Carlos Walter Porto Golçalves, geógrafo que trabalhou com Chico Mendes no estado do Acre. Atualmente dirige o laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO) da Universidade Federal Fluminense em Niterói.

⁸³ Confronto entre o Exército e os integrantes de um movimento popular liderado por Antônio Conselheiro entre 1896 e 1897 na comunidade de Canudos, no estado da Bahia, no nordeste do Brasil.

“É um dos morros mais atrativos e bonitos do Rio”, acrescenta Denise. Toda a área será reconvertida no que se tem chamado de Porto Maravilha, que inclui os bairros de Gamboa, Santo Cristo, Saúde e Caxias, onde vivem 40 mil pessoas em favelas, galpões abandonados e casarões ocupados, quase todos prédios públicos em uma das partes mais degradadas da cidade.

Esta área foi entregue a um consórcio de três construtoras (Odebrecht, OAS e Carioca) durante 15 anos para executar obras de infraestrutura para levantar prédios de escritórios, condomínios para classes médias altas e empreendimentos turísticos⁸⁴. Porto Maravilha acolhe hoje transatlânticos onde antes era o porto de cargas gerais que se armazenavam nos galpões. Os turistas desembarcam, alojam-se nesta área e ali mesmo começam um circuito que inclui visitas às favelas e escolas de samba.

A chamada “revitalização” do casco urbano supõe a expulsão de 835 famílias só no Morro da Providência e uma quantidade ainda não revelada de vizinhos das zonas limítrofes. A remodelação portuária supõe a privatização de uma área estratégica que se faz com o financiamento da estatal Caixa Econômica Federal.

Quase saindo do Morro da Providência, na parte mais baixa da favela, está o edifício da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) que começaram a se instalar em novembro de 2008. Já são 28 e ainda que tenham sido criadas para combater o narcotráfico, a geografia das UPPs revela quais são os interesses que defendem, segundo a Comissão dos Direitos Humanos.

“Privilegiam o corredor hoteleiro da zona sul, a zona portuária para o projeto Porto Maravilha, o entorno residencial do Maracanã e Tijuca, o entorno do Sambódromo, os complexos Alemão e Penha e a passagem de entrada e saída do aeroporto internacional, que são as áreas de maior interesse dos setores econômicos”⁸⁵.

Por isso a comissão estima que as UPPs não representam um modelo alternativo de segurança pública senão “uma nova prática policial que se articula com o velho modelo de gestão militar da pobreza urbana”⁸⁶. Em paralelo, Human Rights Watch adverte que nas cinco áreas onde há mais casos de atos de resistência e homicídios não foram implantadas UPPs nem se cogitam planos para instalá-las⁸⁷.

⁸⁴ PACS, 2011, p.11.

⁸⁵ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, ob cit p.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem, p. 59.

A Comissão assegura que recebe denúncias de violações nas comunidades ocupadas pelas UPPs, sobre a atuação dos policiais como abusos, uso excessivo de força, prisões de jovens, repressões informais e ações que dificultam a realização de bailes funk, ritmo nascido nas favelas com influência das culturas afro-brasileira, do samba e do nordeste, que é reprimido no Rio.

Especulação, Controle e Marginalização

O roteiro que é entregue aos turistas e a publicidade das imobiliárias têm algo em comum: as favelas não existem, são apagadas dos mapas e substituídas por espaços verdes. A rodovia da favela da Maré, talvez a mais violenta do Rio, está isolada por um muro de plástico que dissimula a pobreza. A intenção em tornar os favelados invisíveis é tão ridícula que provoca tanto riso quanto indignação.

Rumo à Barra da Tijuca transitamos pela Linha Amarela, uma rodovia que atravessa a cidade. À esquerda a lagoa da Tijuca, à direita a de Jacarepaguá. A ampla avenida ladeada de luxuosos edifícios, shoppings, um gigantesco parque aquático e um estádio fechado, Arena HSBC, onde se realizam concertos, partidas de basquete e competições de ginástica, que abrigou os Jogos Pan-Americanos de 2007.

Pouco mais adiante, os cartazes anunciam o futuro Parque Olímpico e a Vila dos Atletas, exatamente onde hoje está o Autódromo Nelson Piquet, em vias de ser desmontado. Pela lateral da rodovia chegamos à Vila Autódromo, um bairro popular de umas 450 casas espremidas entre a lagoa, o autódromo e a rodovia. Seus dois mil moradores estão ameaçados de desalojamento por “interferir” nos projetos olímpicos.

O mais importante é a rodovia Transcarioca que unirá o aeroporto internacional do Galeão e a Barra da Tijuca, onde se realizarão boa parte dos eventos das Olimpíadas e alojar-se-ão os esportistas. Para construí-la, serão demolidas mil casas entre as quais as da Vila Autódromo.

Inalva nos recebe na Associação de Vizinhos, mas nos pede para nos sentarmos à sombra das árvores junto ao muro que separa a vila do autódromo, em um pequeno espaço para jogos infantis construído pela comunidade. De fato é uma das poucas comunidades onde não ingressaram nem o narcotráfico nem as milícias, mas este pequeno território é cobiçado pela especulação imobiliária.

Pedimos a ela que nos explique como tem sido possível que uma comunidade tão pequena tenha resistido por três largas décadas: “Porque quase todos nós somos trabalhadores independentes, nos sustentamos com nossas próprias mãos. Quando

cheguei fiquei um ano sem comprar nada no mercado porque tinha pesca, frutas e cultivos que intercambiávamos”, é sua simples resposta.

As mulheres cultivam plantas medicinais em suas casas e Inalva gosta de recordar que sua casa foi construída por um pescador solidário. Uma pequena comunidade de perseguidos pelo regime militar conseguiu altos níveis de coesão interna e autonomia material: “Somos livres de pagar aluguel e livres de patrões. Artesões, pedreiros, professores, pequenos comerciantes”.

Resistiram às escavadeiras em 1993, quando o prefeito quis desalojar-lhes. Agora elaboraram um plano popular para urbanizar a vila com apoio de centros de pesquisa das universidades que são seu principal argumento para evitar o desalojamento. “Urbanizar a vila supõe um gasto de apenas 35% do custo da remoção e o traslado de uma urbanização”, explica Inalva.

Dois dias depois, em 10 de dezembro, ela foi convidada pela Comissão dos Direitos Humanos para falar no parlamento. Sentada junto ao Frei Betto, advogados e deputados explica como a especulação imobiliária destrói a cidade e as relações humanas empobrecendo a vida. Com a calma de sempre citou Paulo Freire para denunciar que os especuladores estão despertando “a justa ira dos oprimidos”.

Bibliografia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO. Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Relatório 2009-2012. Diciembre 2012.

COMITÉ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro”, 2012.

Entrevista com Inalva Britos, Vila Autódromo, 8 de diciembre de 2012.

Entrevista com Marcia, Bené y Denise, Morro da Providencia, 9 de diciembre de 2012.

Entrevista com Marta, Telma y Miguel, Santa Cruz, 9 de diciembre de 2012.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS).

Compahia Siderúrgica do Atântico. Impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro”, 2012.

_____. Megaeventos e megaemprendimentos no Rio de Janeiro. Noviembre 2011.

OS SEM TETO DA BAHIA: A UTOPIA DO “BEM VIVER”⁸⁸

Milhões de brasileiros têm graves problemas de moradia. O Movimento Sem-Teto busca organizá-los, ocupa prédios abandonados e terrenos da periferia para pressionar o governo. Quando conseguem se assentar, ainda que de maneira transitória, têm a intenção de transformar as relações sociais com base em seus sonhos de um mundo diferente.

Em uma clareira do Quilombo de Escada, um dos três acampamentos que percorremos em uma ensolarada e úmida tarde de Salvador, Pedro Cardoso reparte cervejas enquanto explica a história de cada ocupação. As palavras deslizam lânguidas, como que para abrir caminho entre um calor pegajoso num ambiente de casinhas de madeira, papelão, latão e plástico, uma mistura que delata que os moradores se instalaram de modo precário até conseguir a moradia definitiva.

De origem bantú, o quilombo era o espaço onde se refugiavam os escravos que fugiam das plantações. Quase todos eram negros ainda que havia índios e até alguns brancos, talvez porque os quilombos eram espaços de liberdade e resistência à opressão. O mais célebre, o Quilombo dos Palmares, sobreviveu durante mais de um século (1600-1710) e converteu-se em emblema da resistência afro-brasileira que hoje reivindicam os movimentos sociais⁸⁹.

Os acampamentos do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) se encontram quase todos na periferia de Salvador, 17 no total, e cinco deles em outros municípios do estado. São quase cinco mil famílias incluindo as 1.500 que já conseguiram moradia definitiva. Para chegar à Cidade de Plástico, o mais problemático dos assentamentos com 228 famílias acampadas, há que se percorrer quase 20km desde o Pelourinho, o centro histórico onde se amontoam turistas de todo o mundo.

Seis Décadas e Sete Anos

Na década de 1940, Salvador cresceu de forma explosiva quando começou a se desenvolver como polo petroquímico. Havia apenas 290 mil habitantes em um

⁸⁸ Texto de Raúl Zibechi originalmente publicado no livro *Latiendo resistencia: mundos nuevos y guerras de despojo*. Carcaixent: Baledre; Málaga: Zambra, 2016, p.p.119-128. Tradução de Patrícia Neumann.

⁸⁹ Mais dados no site oficial do Parque Memorial Quilombo dos Palmares: <<http://www.quilombodospalmares.org.br>>

estado agroexportador que se industrializou em direção à década de 1950, elevando a população para 420 mil. Trinta anos depois, em 1980, Salvador havia quadruplicado chegando a 1,5 milhão. Em 2010 já são três milhões. Não é de estranhar, então, que foi na década de 40 que se produziram as primeiras ocupações. “Nos anos 80 houve mais de 500 ocupações”, assegura Pedro⁹⁰.

Semelhante movimento demográfico se traduz em uma trama urbana esquizofrênica. A costa oceânica, larguíssimas praias contornadas por palmeiras e uma réstia interminável de prédios recebe turistas de todo o mundo e as classes médias e altas de Salvador. Neste belo litoral reside a elite branca, apenas 15% da população, separada dos descendentes de escravos. Segundo dados oficiais, 55% são negros e 26% são mestiços. Quando saímos do centro pela Avenida Suburbana, o rosto da cidade vira afro e surge um mundo de favelas e precariedade. A riqueza e a pobreza, como em tantas partes do mundo, são inseparáveis da cor da pele.

“Aqueles ocupações dos anos 80 se converteram nos bairros regulares de hoje, ou seja, nas favelas da periferia. Eram espontâneas e não estavam coordenadas ainda que surgisse um movimento de defesa dos favelados que durou pouco tempo”, disse Pedro. Segundo as diversas versões, o déficit de moradia era estimado na década de 1990 em 200 mil, embora Pedro estima que hoje “só” faltam 80 mil moradias. O MSTB nasceu oficialmente em 20 de julho de 2003, na origem da primeira ocupação organizada num caminho em direção ao aeroporto a 12 km do centro.

Neste momento se produz uma leva de ocupações urbanas e rurais em todo o país. Em Salvador, considerada a capital do desemprego, a eleição de Lula “favorece o nascimento de movimentos sociais, pois se acreditava que haveria menos repressão social”⁹¹. O prédio havia sido ocupado em 2 de julho por uma ação “impulsionada por mães e mulheres” que em poucos dias somou 700 pessoas. Logo após serem desalojadas pela polícia permaneceram em vigília na área e realizaram numerosas assembleias nas quais nasceu o movimento.

Nos meses seguintes se somaram vários milhares de famílias, pessoas que moram embaixo de pontes, que dormem nas praias, que vivem de favor com outros familiares ou que pagam aluguéis muito caros. Algumas famílias que ocupavam imóveis vazios no centro foram incorporando-se para pressionar os governos municipal e estatal. Desde o princípio contaram com o apoio da Comissão de Justiça e

⁹⁰ Entrevista a Pedro Cardoso.

⁹¹ “História do MSTB”, em <<http://formacaomstb.blogspot.com>>

Paz da Arquidiocese de Salvador e do Centro de Estudos e Ação Social impulsionado pelos jesuítas.

Durante as primeiras semanas, as mais difíceis para conseguir a consolidação da ocupação, realizaram marchas até a prefeitura para pedir a expropriação do terreno, exigir água e outros serviços. Um dos passos mais importantes consiste em formar comunidade: desenvolver consciência de que são um coletivo, estabelecer regras de conduta, tomar decisões em assembleias, que são a chave para que o acampamento consiga superar as dificuldades. Isso não é simples, já que supõe criar novas relações e pautas culturais entre as pessoas acostumadas a decidir de modo individual.

Em janeiro de 2005, quando se haviam realizado umas 50 ocupações, convocaram o primeiro Congresso. Adotaram-se regras internas que, entre outras coisas, proibiam a venda de terrenos, a violência doméstica e o tráfico de drogas e regras para uma estrutura organizativa. Entre seus princípios, destaca-se que se consideram herdeiros das tradições da resistência negra do Nordeste brasileiro, têm como referência líderes como Zumbi dos Palmares e Zeferina⁹², nos quilombos e também na “Guerra de Canudos”⁹³.

A estrutura organizativa inclui a coordenação estatal, as coordenações municipais e locais, as assembleias e as brigadas. Ana, que trabalha com as mulheres do movimento, salienta que os Sem Teto da Bahia não nasceram a pedido dos Sem-Terra, como os outros movimentos urbanos, e que se inspiram na horizontalidade; portanto, as coordenações são abertas e os membros mudam com muita frequência⁹⁴. As brigadas são grupos de famílias que se encarregam da limpeza e da saúde nas ocupações, assim como de convocar e coordenar as assembleias, e são rotativas por semana. “É muito difícil fazer com que funcionem”, admite Pedro.

As bases se agrupam em três grandes setores: núcleos, ocupações e comunidades⁹⁵. Os núcleos são grupos que se encarregam de debater, registrar os sem teto da área, procurar prédios e terrenos vazios e organizar as famílias para ocupá-los, além de realizar passeatas e outras ações de rua. Em Salvador, o movimento conta em média com uma dúzia de núcleos que têm registrado em torno de 36 mil sem teto, o que permite assegurar que o movimento continuará crescendo.

⁹² Zumbi foi o mais conhecido dirigente do Quilombo dos Palmares. Zeferina foi líder do Quilombo do Urubú, perto de Salvador, pelo qual foi presa em 1826.

⁹³ A Guerra de Canudos foi um movimento popular de cunho social e religioso dos pobres do sertão (interior desértico da Bahia) massacrado pelo exército em 1897.

⁹⁴ Entrevista a Ana Vanesca.

⁹⁵ Raphael Fontes Cloux, op. cit. pp. 59-61.

As ocupações podem ser de terrenos onde se acampa em “barracos” (construções precárias de plástico e madeira) ou de prédios desabitados. Mantêm ocupadas duas fábricas fechadas, além de edifícios estatais em desuso, um clube esportivo e vários edifícios privados e municipais. Nesses prédios vivem algumas dezenas de famílias, mas nas ocupações dos terrenos se juntam centenas que transbordam os espaços. Finalmente, as comunidades são as conquistas efetivas de moradias que dão lugar a novos bairros, como Valeria, onde se construíram 150 casas com apoio estatal e ajuda mútua.

“Construir comunidades do bem viver, este é nosso objetivo”, diz Pedro, sem saber que os aymaras e quéchuas se inspiram no mesmo princípio, ainda que o chamem de *sumak kawsay* ou *suma qamaña* (boa vida ou bem viver). Em seus desejos convergem duas inspirações que soam complementares: a tradição de resistência negra e a teologia da libertação. Pedro começou a participar na resistência à ditadura por volta de 1979 em comunidades eclesiais de base que se reuniam em frente ao quilombo na grande área favelada de Periperi, onde vive há tantos anos. Agora é um dos coordenadores do movimento.

Organização frágil, tráfico forte

Ao redor de 70% dos integrantes do MSTB são mulheres, “o setor mais dinâmico do movimento”, diz Ana, a maior parte são mães solteiras. Quase todos são desempregados, coletores de resíduos sólidos, vendedores de jornais, faxineiras e toda a gama de ofícios que caracteriza a informalidade urbana. Segundo Pedro, a renda média dos sem teto do movimento é de 300 reais por mês por família (pouco mais de 150 dólares) e apenas uns 10% recebem Bolsa Família. “Bolsa Migalha”, diz Ana, porque apenas recebem 68 reais aquelas famílias com uma renda menor de 70 reais por pessoa, coisa que não dá sequer para duas passagens de ônibus diários⁹⁶.

“Cada cinquenta famílias”, explica Pedro, “se forma uma brigada de dez pessoas que fica encarregada de administrar o acampamento durante uma semana, encarrega-se de assegurar a higiene e a limpeza, de coordenar as assembleias e de resolver os conflitos menores. Para as tarefas coletivas se organizam mutirões (trabalho comunitário), mas na realidade não temos conseguido que se formem brigadas em todos os acampamentos”. A ideia das brigadas foi copiada dos Sem

⁹⁶ Ver <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas>

Terra, o qual inspira todos os movimentos de base no Brasil e uma parte considerável dos da América Latina. Mas o trabalho urbano é muito mais complexo que o rural.

Uns quilômetros adiante e chegamos a um morro chamado Monte Sagrado, em cujo cume funciona o Quilombo do Paraíso. Parece outro mundo. À diferença da Cidade de Plástico, onde os “barracos” estão amontoados uns sobre os outros junto à baía contaminada, aqui o acampamento se levanta sobre uma bela vista que domina toda a baía, as casas têm muito terreno e estão separadas por dez e até vinte metros. O único ponto em comum é a imprescindível quadra de futebol que ocupa o centro do quilombo, território exclusivo dos jovens rapazes.

Pedro explica as razões pelas quais aqui estão construindo quase todas as moradias com tijolos, apesar do acampamento ser mais recente. “Nos assentamentos mais antigos não constroem esperando soluções do governo, mas aqui uma assembleia decidiu construir porque estão desconfiados com as promessas descumpridas e não estão dispostos a esperar. Aqui há um bom terreno, apesar de estar mais distante do centro. E o povo sabe que o Estado constrói casas de 32m² enquanto que eles vão construindo a seu modo, pouco a pouco, mas com mais espaço”.

Como em todos os acampamentos, água e luz são obtidas por conexões ilegais, mas toleradas pelas empresas. Em um momento perguntamos pelo tráfico de drogas. Pedro e Ana são francos e diretos: “Em todos os acampamentos tem tráfico. Nos prédios é mais difícil porque os espaços são mais fechados. Mas quando a ocupação é aberta, como nos acampamentos, o tráfico é uma realidade”. Como tantos outros brasileiros que trabalham nas favelas e nos bairros pobres, estimam que o principal problema, no entanto, é a Polícia Militar, um corpo por demais corrupto e cruel.

Asseguram que o tráfico é um problema para o movimento porque fomenta a violência, a presença policial e desarticula as redes sociais. “O método que usamos”, diz Pedro, “consiste em fazer um pacto de convivência. Dizemos a eles que se traficarem, colocam todos em risco porque a polícia vai invadir o acampamento. Mas eles geralmente têm relações muito fluidas com a polícia. O pacto é que não façam nada que venha a criminalizar o acampamento, mas precisamos falar com cuidado porque eles não hesitam em eliminar alguém se acharem que os atrapalha. É preciso evitar situações de violência. Até agora não mataram nenhum líder como em outras cidades”.

Ana explica que o tráfico fomenta o machismo e a violência contra as mulheres e recorda o caso de uma companheira, líder de um acampamento, que teve que se mudar para São Paulo porque bateu de frente com eles e quase a mataram. Entretanto, a relação dos traficantes com a comunidade é estranha. “Com eles se cortam os roubos porque não querem que venha a polícia nem que haja problemas que prejudiquem o tráfico e a comunidade sofre menos roubos agora que antes”, conclui Pedro quase exausto.

As Guerreiras Sem Teto

“Os homens me assediavam até que souberam que eu sou a mulher do Pedro”, cospe o rosto endurecido de Ana, incapaz de esconder o aborrecimento. Para a mulher negra e pobre, todas as opressões viram uma. Adentra-se ao tema do gênero por uma das portas mais duras: a violência dos traficantes contra as mulheres, para quem são apenas objetos sexuais, e muito em particular contra as dirigentes que os enfrentam.

Construir organização e consciência de gênero é quase uma proeza nestas condições, em territórios onde não se aventuram nem os funcionários estatais (menos ainda deputados e vereadores) nem os membros das ONGs que pedem fundos e salários para ajudar os pobres. Elas estão sozinhas para enfrentar os homens armados, seja da Polícia Militar ou do crime organizado, diferença que na maioria das vezes se reduz ao uniforme.

Uma das maiores conquistas do movimento é ter criado uma organização de mulheres, as Guerreiras Sem Teto, em 8 de março de 2005. Esta organização foi criada “para denunciar e combater o racismo e o machismo existente dentro do MSTB e na sociedade” porque se descobriu dolorosamente que no movimento acontecia a mesma discriminação de antes, ou seja, mesmo que 70% da organização fossem de mulheres, havia apenas um pequeno punhado delas na coordenação estatal. Hoje, com orgulho, afirmam que nos níveis de direção 60% são mulheres.

Em um documento público assinalam: “Sofremos com a violência doméstico-familiar, com a morte de nossos filhos negros que estão sendo exterminados pela polícia ou na guerra do narcotráfico. Sofremos com a falta de liberdade de nossas filhas que estão cada vez mais presas nos barracos pela violência sexual que ronda as ocupações”⁹⁷. Em cada ocupação e em cada núcleo tentam criar um coletivo de

⁹⁷ “Histórico das Guerreiras Sem Teto”, em <<http://formacaomstb.blogspot.com>>

mulheres. “Inspiramos umas às outras, apoiamos umas às outras, tentamos criar uma rede de solidariedade entre mulheres”, diz Ana.

Na Cidade de Plástico os esforços das sem teto tem frutificado na construção de um refeitório comunitário integrado por vinte mulheres que servem todos os dias mais de cem pratos a dois reais. “Guerreiras de Zeferina”, brilha o mural à entrada do único espaço do acampamento que se destaca por sua limpeza. “O movimento tem conseguido visibilizar o papel das mulheres, invisível no cotidiano, ao grau de que são as que ocupam mais cargos de responsabilidade”, diz Ana com orgulho.

Em 2008 o movimento conseguiu por em pé núcleos de formação que incluem módulos de gênero com 40 militantes. Talvez o papel das mulheres seja um dos aspectos que a atividade dos sem teto tem resultados mais notáveis. Certo que se se comparar com os sem terra, onde existe uma forte tensão pela igualdade de gênero, ainda há um longo caminho a percorrer. Contudo, tem-se configurado um espaço emancipatório do qual disputam a hegemonia da vida pública. “Integram-se ao trabalho coletivo de construção de moradias, às cooperativas de autogestão, aos espaços de debate do movimento e às esferas públicas de discussão das políticas sociais”⁹⁸.

Resistência Urbana

Seis anos é muito pouco tempo para qualquer movimento. Se olharmos os acampamentos Cidade de Plástico e Escada, tem-se a sensação de que a troca social desde as beiradas é quase impossível, pelos traumas que provocam os amontoamentos, a miséria atroz e as privações. Pelo contrário, se observarmos as fileiras de casinhas da comunidade de Valencia, com duas habitações cada uma, sala, cozinha, banheiro e um terreno ao fundo, onde as mulheres puseram em pé uma cooperativa de alimentos, retorna a esperança.

Ana, no entanto, transborda otimismo. Mesmo que seu salário como professora seja escasso, apenas 600 reais (300 dólares), dedica quase todo o seu tempo livre ao movimento. Encarrega-se das relações com os coletivos urbanos do Brasil, uma realidade que vem crescendo e que favoreceu há alguns anos fundar a Frente de Resistência Urbana, de onde confluem 14 movimentos de uma dezena de cidades. A Frente começou a ser tecida em 2006 em um encontro em São Paulo, com

⁹⁸ Luciana da Luz Silva, ob. cit.

base em quatro eixos: reforma urbana, direito à moradia, o trabalho e contra a criminalização e a pobreza.

“Cada movimento mantém sua autonomia e funcionamos por consenso, o que supõe muito tempo de debate e muita paciência porque se trata de generalizar a confiança”, diz Ana. “Os movimentos que confluem na Frente já têm uma tradição de autonomia e horizontalidade e funcionam com muita flexibilidade”. Faz mais de uma década que os Sem Terra tem promovido a criação de movimentos urbanos, mas recentemente parecem estar coalhando.

Pelos dados que traz Ana, os movimentos urbanos têm mais sintonia com a cultura juvenil que com a sindical e os partidos de esquerda. Uma presença muito forte, além dos sem teto, é a do hip-hop e do movimento negro, que dão um perfil muito diferente a dos movimentos formais e estruturados: “Somos muito parecidos na forma de trabalhar, entre as quais destaca que não há luta por hegemonia”. A “aliança” entre os sem teto e os jovens hip hop foi algo natural, já que convivem nas favelas, sofrem assédio policial e compartilham da mesma rebeldia frente à pobreza e um sistema que os marginaliza. Os sem teto consideram que o rap e o hip hop estimulam a troca nos valores e práticas sociais, culturais e comunitárias.

Ana salienta que como o governo Lula não fez a reforma agrária e o campo está sendo ocupado pelo agronegócio (soja e cana para biocombustível), cada vez chegam mais jovens às cidades. Daqui um tempo, é provável que os movimentos urbanos se tornem maiores referências de trocas sociais que os rurais. Em todo caso, os sem teto e a Frente de Resistência Urbana lançaram a campanha “Minha casa, minha luta” para denunciar a onda de desalojamentos pela especulação imobiliária face à Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Bibliografia

MOVIMENTO SEM-TETO DA BAHIA. Núcleo de Formação: Disponível em:
<<http://formacaomstb.blogspot.com>>.

SILVA, Luciana da Luz. Gênero nos movimentos de luta pela terra: mulheres sem terra, mulheres sem teto, *Núcleo de Estudos Interdisciplinares*, Universidade Federal

da Bahia. Disponível em:

<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaistrabalho.pdf>.

CLOUX, Rafael Fontes. MSTs: A trajetória do Movimento dos Sem Teto de Salvador/Bahia. Salvador, 2008.

ZIBECHI, Raúl. Entrevista com Pedro Cardoso y Ana Vanesca. Quilombo de Escada y Cidade de Plástico, Salvador, 30 de enero de 2010.

Video “Cidade de Plástico”, en <[#http://www.kinooikos.com/acervo/videos/311](http://www.kinooikos.com/acervo/videos/311)>#

OS MOVIMENTOS ANTISSISTÊMICOS NO BRASIL POTÊNCIA⁹⁹

No Brasil, atualmente, não existe reação popular, não existe este enfrentamento direto; a luta de classes está ocorrendo de uma forma muito molecular, de forma difusa e dificilmente ganha formas políticas, é uma luta “privada”. É expressão da luta de classes, mas não é uma luta política. Existem enfrentamentos ocultos, um conflito diário, cotidiano, mas – e, sobretudo, entre os pobres – não existe enfrentamento com os de cima (Francisco de Oliveira).

Em 12 de novembro [de 2012], um mestre de obra da represa Belo Monte exigiu de quatro pedreiros que levassem por suas próprias mãos grandes troncos de madeira que somente se podem mover com máquinas. Negaram-se porque, segundo o contrato firmado, não lhes corresponde realizar este tipo de tarefas. Neste mesmo dia foram despedidos. Imediatamente começou uma forte agitação em toda a obra e os trabalhadores “ameaçaram incendiar os alojamentos”. No dia seguinte, a empresa pediu aos trabalhadores que elegessem delegados para dialogar e sugeriu os quatro trabalhadores que haviam se destacado por acalmar os ânimos no dia anterior. Quatro dias depois, 138 trabalhadores foram despedidos e expulsos brutalmente da obra: 40 policiais de elite de Belém jogaram, à força, os trabalhadores em ônibus e os enviaram de volta ao Maranhão. A direção da empresa acusou os quatro “delegados” de serem os responsáveis pelas expulsões, como forma de deslegitimá-los frente aos seus companheiros.

Uma semana depois, em 25 de novembro, iniciou-se uma greve que foi suspensa nos primeiros dias de dezembro, por pressão do sindicato. O jornalista Ruy Sposato, do Movimento Xingu Vive para Sempre, que mora em Altamira, a cidade mais próxima da obra, e que acompanha os debates e a resistência à represa de Belo Monte, conta como os trabalhadores decidiram suspender a greve, aconselhados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada do Pará:

O sindicato tomou frente nas negociações porque os trabalhadores não se sentiram à vontade para montar uma

⁹⁹ Texto de Raúl Zibechi originalmente publicado no livro *Brasil potencia*. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo. Carcaixent: Baledre; Málaga: Zambra, 2016. p. 295-311. Tradução de Alessandro de Melo.

comissão ou um comando de greve por causa das demissões que ocorreram. Isso gerou uma necessidade de criar o padrão do anonimato, mas, em contrapartida, isso gera um novo problema na hora de indicar o caminho das coisas. De acordo com o sindicato, foram realizadas assembleias nos canteiros para poder subsidiar a pauta de reivindicações que seria protocolada na Superintendência Geral do Trabalho. [A partir das assembleias, montou-se uma comissão com três trabalhadores do canteiro Pimental, dois trabalhadores do canteiro de Belo Monte e um trabalhador de outro canteiro¹⁰⁰]. Após uma tarde de conversa, o sindicato conseguiu convencer os trabalhadores de que seria melhor suspender a greve que negociar porque a empresa ficou de resolver imediatamente o problema da água e da comida, mas o restante da pauta só seria discutido se a greve fosse suspensa¹⁰¹.

O sindicato representa legalmente os trabalhadores da Belo Monte, mas uma parte não o reconhece porque nenhum trabalhador local faz parte da sua direção local. “Quando estourou a primeira greve, o sindicato não mandou nenhum representante”. Pior ainda: as negociações com os delegados provavelmente eleitos pelo sindicato, já que não existe registro de que realizaram assembleias de verdade, foram acompanhadas por Avelino Ganzer, Coordenador-Geral do Escritório Especial em Altamira da Secretaria de Governo da Presidência da República em Altamira, ligado à CUT.

As condições de trabalho na obra são penosas. Levantam-se às 4h da madrugada, tomam café nos restaurantes da empresa e às 5h sobem nos ônibus para ir ao trabalho. Mas lhes permitem bater o ponto apenas às 7h da manhã, quando iniciam as atividades. Trabalham até as 17h30, comem e chegam entre 18h30 e 19h nos alojamentos. O salário é de 500 dólares¹⁰², as horas extras não são pagas e, além

¹⁰⁰ O trecho entre colchetes não foi traduzido do original pelo autor, mas trouxemos porque pensamos ser importante para a compreensão.

¹⁰¹ O texto original: “Belo monte: coerção nos canteiros de obra”. Entrevista especial com Ruy Sposato, IHU Online, 5 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://insurgente coletivo.blogspot.com.br/2011/12/belo-monte-coercao-nos-canteiros-de.html>.

¹⁰² Neste período o salário na obra equivalia a R\$900 reais, conforme a entrevista de Ruy Sposato citada por Raúl Zibechi.

disso, exige-se a “baixada”, o tempo que dispõem para o retorno as suas terras de origem. Exige-se recesso de Natal e ano novo. O pior é a água e a alimentação. A comida é elaborada em Altamira, a 50 quilômetros da obra, e os trabalhadores garantem que ela chega em más condições. A água não é potável. Cerca de 250 trabalhadores foram hospitalizados por intoxicações.

Os trabalhadores estão isolados da cidade. Segundo Sposato, o acesso à internet em Altamira é precário e desagregados em canteiros muito distantes. É evidente que a empresa aprendeu com a revolta de Jirau¹⁰³ e tomou medidas para evitar que se repitam as rebeliões. A imprensa guarda um silêncio absoluto. Para divulgar seus problemas, os trabalhadores sequestraram uma van da empresa e tentaram buscar alguém que os escute. Foi deste modo que Sposato entrou em contato com os trabalhadores de Belo Monte. Os “delegados” do sindicato foram levados no dia 29, após quatro jornadas de greve, à Delegacia Regional do Trabalho, onde os dirigentes já haviam feito o acordo com a empresa e o representante do governo.

O sindicato pertence à Força Sindical que, neste momento, tinha Carlos Lupi como Ministro do Trabalho e que poucos dias depois da negociação com os trabalhadores da Belo Monte foi obrigado a renunciar por denúncias de corrupção em seu ministério. As obras da Belo Monte recém haviam começado quando ocorreu o conflito, razão pela qual em novembro de 2011 havia menos que 4 mil trabalhadores, ainda que se estime que chegarão a trabalhar até 20 mil de forma simultânea. O interessante dos acontecimentos de Belo Monte é que revelam um padrão de ação dos trabalhadores que estão dispostos a provocar incêndios para fugir da escravidão (o mesmo faziam os escravos das *plantations*), que optam pelo anonimato ao invés da representação e rechaçam o sindicato. Sposato descreve as alianças de um e outro lado:

Esse aparato do sindicato, dizendo que a melhor tática era suspender a greve, a figura do governo insistindo para que a greve fosse suspensa e a empresa pressionando, fez com que aquelas manifestações espontâneas dos trabalhadores acabassem. Então, eles suspenderam a greve, apesar de dizer

¹⁰³ O autor se refere às rebeliões em março de 2011 na construção da Usina de Jirau, em Rondônia. Nesta ocasião, a luta contra a superexploração e as más condições na obra levou os trabalhadores a queimar 45 ônibus, além dos alojamentos, refeitórios e outras lojas. A reação foi violenta, o canteiro de obras foi fechado e todos os que não conseguiram fugir foram fechados.

que ela pode voltar a qualquer momento. Daqui para frente sempre haverá duas disputas: a dos trabalhadores, que querem melhorias, e a do sindicato, governo e empresa, que formam um bloco pelo fim da greve.

O que ocorre em Belo Monte é, certamente, muito similar ao que ocorreu em Jirau e Santo Antônio¹⁰⁴, mas também em outras obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e nas obras para a Copa do Mundo de 2014. Durante todo o ano de 2011, houve grandes conflitos em todas estas obras, destacando os quase 80 mil grevistas dos primeiros meses do ano nas obras do PAC. A tríplice aliança entre sindicato, governo e empresa – que já detectamos em Jirau – tem sua razão de ser no caso da Belo Monte. Não significa que o sindicato tenha sido cooptado ou que seus dirigentes tenham traído os trabalhadores. A questão é mais completa. A composição acionária da empresa Norte Energia, encarregada da construção da represa de Belo Monte, revela a existência de complexos interesses sindicais.

As três primeiras são empresas controladas pelo governo federal. Petros e Funcef são fundos de pensões dos trabalhadores da Petrobrás e da Caixa Econômica Federal, ambas as empresas estatais. Neoenergia S.A. é uma empresa na qual a Previ, o fundo de pensões dos trabalhadores do Banco do Brasil, tem 49% das ações.

Quadro – Composição acionária da Norte Energia (2011)

Acionista	Porcentagem
Eletrobras	15%
Chesf	15%
Eletronorte	19,98%
Petros	10%
Funcef	5%
Caixa FIP CEVIX	5%
Neoenergia SA	10%
Amazônia CEMIG	9,77%
Outros	0,25%

Fonte: Norte Energia

¹⁰⁴ A Usina de Santo Antônio também está localizada no estado de Rondônia. O motim dos trabalhadores ocorreu em abril de 2010 e a repressão foi brutal por parte do Estado.

Em resumo, o governo do Brasil controla de forma direta ou indireta cerca de 70% das ações da empresa que constrói Belo Monte. Por vários meios, os sindicatos tem um peso determinante, seja por meio dos fundos de pensão, que controlam cerca dos 25% das ações, seja por sua importante presença nos escalões mais altos do governo federal, onde são tomadas as decisões sobre as megaobras.

Lembremos que quase a metade dos cargos de confiança dos governos de Lula e Dilma está ligado ao movimento sindical, ocupados prioritariamente por bancários, docentes e petroleiros que, em sua imensa maioria, provém da CUT¹⁰⁵. Por outro lado, a presença sindical nos três maiores [fundos de pensão] (Previ, Petros e Funcef) é decisiva.

O BNDES financia 80% da obra de Belo Monte, cujo orçamento, segundo o Movimento Xingu Vivo para Sempre, alcançará 17 bilhões de dólares, que serão repassados para os bancos privados com juros abaixo dos de mercado, ou seja, subvencionados pelo Estado, para serem devolvidos em 30 anos¹⁰⁶. Deste modo, a gestão sindical-governamental joga um papel decisivo na orientação dos empréstimos, na criação de conglomerados empresariais como a Norte Energia e nas decisões empresariais. O “bloco”, mencionado por Sposato, sintetiza a nova configuração de poder. Este poder empresarial-estatal-sindical não titubeia em chamar a polícia militar para por ordem nas megaobras do Brasil Potência.

A atitude sindical deve ser atribuída à identidade de interesses, ao fato de que a ascensão do país a um papel de potência global tenha gerado e foi possível pela remodelação da classe dominante, que se traduz na conformação de uma nova elite na qual os quadros sindicais vinculados aos fundos de pensões e à administração do Estado se amalgamam com as elites anteriores. Os grandes sindicatos, aqueles que agrupam o setor mais especializado e melhor remunerado dos trabalhadores, são parte de um bloco de poder e não uma aristocracia dos operários, como considerou o movimento socialista em outros períodos.

O conceito de aristocracia operária aparece no prefácio escrito por Engels em 1892 à edição da Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra¹⁰⁷, sendo um

¹⁰⁵ Nota do original: “Sindicalistas detêm 43% da elite dos cargos de confiança no governo Dilma”, Folha de São Paulo, 27 de dezembro de 2010.

¹⁰⁶ Nota do Original: <http://www.xinguvivo.org.br/participe/>

¹⁰⁷ Nota do Original: Federico Engels, “Prefácio” à segunda edição alemã de 1892 da Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, Obras Escolhidas, tomo III, Moscou, Progresso, 1974. Nota do

fenômeno vinculado ao aburguesamento de um setor da classe trabalhadora como consequência do fenômeno colonial. Posteriormente, Lênin desenvolve e atualiza este conceito: “O imperialismo tende a criar setores privilegiados também entre os trabalhadores e a separá-los das amplas massas do proletariado”¹⁰⁸. Em segundo lugar, considera que uma parte dos trabalhadores aceitam ser dirigidos por “homens comprados, ou ao menos pagos pela burguesia”¹⁰⁹. Para ambos, tratava-se de uma situação passageira que supunha um benefício material a certos setores da classe trabalhadora. Não se tratava, portanto, de uma nova realidade estrutural, mas sim de que um setor dos trabalhadores se beneficiava dos ganhos do capital monopolista pelo lugar que ocupavam na produção ou por sua capacidade de pressão organizada, ou por ambas.

A partir da criação dos fundos de pensões ocorre no mundo algo distinto, um salto de qualidade. A princípios do século XX, aparece no seio do movimento sindical uma camada burocrática com interesses próprios. Esta é a situação descrita por Lênin e que motivou duras disputas na II Internacional, que resultou em cisões. Na segunda metade do século XX, aparece o que João Bernardo define como “a transformação dos sindicatos em inversores capitalistas”¹¹⁰. Isto é, que os sindicatos realizam investimentos para proteger e aumentar seus fundos provenientes das cotizações de seus filiados. Com toda a gravidade que esse fato possa ter para os que estão motivados pela emancipação e a revolução, este passo não é nada frente à aparição dos fundos de pensões, que são um dos motores da acumulação de capital e, sobretudo, da especulação financeira. No mundo os sindicatos, têm um papel hegemônico nestes fundos e também no Brasil.

tradutor: No texto, Engels ao reeditar um artigo em inglês que escrevera em 1885, cita as duas categorias de trabalhadores que foram “protegidos”, ou seja, que tiveram suas condições melhoradas nos anos de 1848 e 1885. A primeira delas são os trabalhadores de fábricas e a segunda categoria eram os “grandes *tradeunistas*”. Ironiza Engels: “Não cabe dúvida de que a situação destes trabalhadores melhorou consideravelmente desde 1848; a melhor prova disso é que faz mais de 15 anos não somente os patrões estão muito satisfeitos com eles, mas também eles com seus patrões. Constituem a aristocracia da classe trabalhadora; conquistaram uma posição relativamente confortável e a consideram definitiva. São os trabalhadores modelo dos senhores Leone Levi e Giffen (e também do honorável Lujó Brentano). Trata-se, com efeito, de pessoas muito agradáveis e complacentes, tanto em particular, para qualquer capitalista sensato, como em geral, para toda a classe capitalista” (MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas*. Tomo II. Moscou: Progresso, 1971. p.414.) Tradução de Alessandro de Melo.

¹⁰⁸ Nota do original: V.I. Lenin, “O imperialismo, etapa superior do capitalismo”, Obras Completas, tomo XXII, Madrid, Akal, 1977, p.404.

¹⁰⁹ Nota do original: Ibid., p.405.

¹¹⁰ Nota do Original: João Bernardo e Luciano Pereira, Capitalismo sindical, op.cit. p.13.

Nesta etapa, as cúpulas sindicais que controlam estes fundos e ocupam lugares estratégicos no aparato estatal e, através deles, controlam boa parte das multinacionais brasileiras, formam parte da classe dominante. Esta é uma mudança qualitativa que não deve ser menosprezada e que se manifesta quando aparecem conflitos sérios como Jirau e Belo Monte. Não é casualidade, nem erro nem cooptação que trabalhem junto ao Estado e às empresas para evitar greves ou para aniquilá-las.

As festividades de 1º de maio costumam ser financiadas pelas empresas estatais e privadas. As duas festas que houve em São Paulo em 1º de maio de 2011 – a da CUT e as outras cinco centrais, que celebraram separadamente – tiveram um custo de 2,8 milhões de dólares. Petrobrás contribuiu com 350.000 dólares, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Eletrobrás contribuíram com entre 90 e 120.000 dólares cada uma. As empresas privadas também apoiaram. Brahma, Casas Bahia, Carrefour, Pão de Açúcar, BMG e os grandes bancos Bradesco e Itaú oscilaram entre 50 e 120.000. As duas festas contaram com espetáculos populares e sortearam 20 automóveis¹¹¹. O ponto que quero destacar é que estamos diante de uma nova realidade, uma ruptura das velhas tendências burocráticas das direções sindicais, para a que ainda não elaboramos os conceitos necessários. Não é, certamente, o único caso, como assinala o sociólogo Francisco de Oliveira quando aponta, em referência aos novos modos de dominação, que estamos diante de “uma revolução epistemológica para a qual ainda não temos a ferramenta teórica adequada”¹¹².

Estancamento e retrocesso das lutas

Todos os movimentos sociais atravessam um longo período de baixa atividade, de lutas defensivas e de processos de estancamento que superam a vontade dos núcleos dirigentes em reconstruir a capacidade de luta. Sob os dois governos Lula esta situação se aprofundou, tanto no movimento sindical quanto entre os demais movimentos.

Uma primeira aproximação costuma passar pela revisão quantitativa. Se tomarmos o movimento sindical, vemos que, em 1989, houve quase 4.000 greves no

¹¹¹ Nota do Original: “Estatais financiam 1º de Maio das centrais sindicais”. Folha de São Paulo, 24 de maio de 2011.

¹¹² Nota do Original: Francisco de Oliveira, “Hegemonia às avessas: decifra-me out e devoro!”, em Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, Hegemonia às avessas. São Paulo, Boitempo: 2007, p.p.21-28.

Brasil¹¹³, sendo este o ponto mais alto de uma década de grandes e massivas lutas da classe trabalhadora. Já em 1992, as greves haviam caído até 554, o que seria a média nos anos seguintes. A década de 2000 conheceu cifras ainda mais baixas: 420 em 2001 e 304 em 2002, para descer a 299 em 2005 e chegar a 411 em 2008¹¹⁴. Note que nos oito anos do governo Lula houve menos greves que em 1989.

Houve outras mudanças mais significativas. A Força Sindical se converteu em uma força igual à CUT na base de apoio dos governos Lula e, depois, de Dilma Rousseff. Nenhuma das manifestações convocadas nestes anos, com exceção das festas de 1º de maio, reuniram mais de 25.000 trabalhadores e a maior parte de suas demandas focaram em defender o crescimento econômico como forma de aumentar as taxas de emprego e os salários¹¹⁵. Desde 2003, produziram-se sucessivas rupturas na CUT, que deram origem à Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) e à Intersindical. Em 2011, os dois setores do movimento sindical, o vinculado ao governo através de cinco centrais e opositor ou classista, realizaram encontros para afirmar seus espaços. Destaca-se que nos dois encontros mais importantes do setor oficialista (a Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais, em 31 de Maio de 2010, em São Paulo, e a Conclat¹¹⁶, realizada em 1 de junho pela CUT, Força Sindical, UGT, CTB e Nova Central), contaram com a presença do MST que costuma se mobilizar com setores opositores e classistas.

A Conclat, convocada pelos setores classistas, realizou-se em 5 e 6 de junho de 2010, em Santos, e contou com o apoio da Conlutas, Intersindical, MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), MAS (Movimento Avançado Sindical), MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) e da Pastoral Operária de São Paulo. No evento, participaram 3.115 delegados, 800 observadores e mais de 100 convidados de 25 países¹¹⁷. O congresso fracassou porque os diversos partidos hegemônicos, PSTU e PSOL, não chegaram a um acordo quanto ao nome da futura central. O PSTU se mostrou intransigente em manter o nome de Conlutas, o que fez com que 35% dos

¹¹³ Nota do Original: Marcelo Badaró Matos, “Trabalhadores e sindicatos no Brasil”. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

¹¹⁴ Roberto Leher *et al.* “Os rumos das lutas sociais no período de 2000-2010”, em OSAL, Buenos Aires, Clacso, n.28, novembro de 2010.

¹¹⁵ Nota do Original: *Ibid.*, p.56.

¹¹⁶ Nota do Original: A CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) ocorreu em 1981 durante o processo de democratização do país e de reorganização do movimento sindical. Em 2011, tanto oficialistas quanto opositores ao governo Lula organizaram seus encontros sob estas siglas históricas.

¹¹⁷ Nota do Original: Roberto Leher *et al.* “Projetos em disputa, eleições e dilemas da reorganização das lutas sociais”, OSAL, Buenos Aires, Clacso, n.29, maio de 2011.

delegados e 5 das 7 organizações convocadoras se retirassem do evento. A divisão dos setores classistas e o êxito do governo em manter o MST como aliado durante toda a campanha eleitoral de 2010 debilitaram o movimento social opositor e mostraram o peso hegemônico que mantém o projeto de Lula e do PT entre as bases organizadas.

Como assinala a equipe da OSAL-Brasil, “o ciclo de lutas antissistêmicas protagonizado pelos sindicatos, a partir de 1978, perdeu força” em parte pelas mudanças estruturais no mundo do trabalho, mas, sobretudo, pela “hipertrofia do papel dos dirigentes profissionalizados e uma crescente institucionalização dos conflitos”¹¹⁸. Para as novas organizações sindicais, apresenta-se o desafio maior de ser e fazer algo diferente ao que têm feito as centrais e os sindicatos majoritários. O problema principal que devem enfrentar não se relaciona com a linha político-sindical, mas sim com os setores aos que se dirigem. Se os sindicatos radicais e anticapitalistas organizam prioritariamente os trabalhadores com emprego fixo e bem remunerado, sobretudo os estatais ou de grandes empresas com fundos de pensões consolidados serão forçados a administrar estas enormes e burocratizadas instituições cujos membros sonham consumir mais, não importando os demais trabalhadores e que não tem intenção de mudar um mundo no qual as coisas não lhes vão nada mal.

No entanto, uma parcela importante dos trabalhadores brasileiros trabalha em condições infra-humanas. Falamos das grandes obras como as represas hidroelétricas, as refinarias e obras de infraestrutura do PAC. A esta realidade, podem-se agregar as condições de trabalho na indústria frigorífica suína, bovina e avícola. No total, ocupam aproximadamente 800.000 trabalhadores, dos quais entre 20 e 25% apresentam problemas de saúde pelo tipo de trabalho que realizam. Os trabalhadores, sobretudo no setor de aves, onde se concentra a maioria dos empregados, trabalham em ritmo muito superiores aos aceitáveis: realizam de 70 a 120 movimentos por minuto quando se considera que o aconselhável para a saúde é não superar os 30 a 35 movimentos¹¹⁹. A multinacional Brasil Foods, apoiada com generosos empréstimos pelo BNDES, que responde por 9% das exportações mundiais de proteína animal, aceita que em uma de suas plantas quase 70% dos trabalhadores sofrem dores

¹¹⁸ Nota do Original: Ibid., p.65.

¹¹⁹ Nota do Original: “Brasil Foods é multada em quase R\$5 milhões por descumprir decisão da justiça que impõe pausas”, CUT, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/brasil-foods-e-multada-em-quase-r-5-milhoes-por-descumprir-decisao-da-justica-qu-69c2/>.

causadas pelo trabalho, que 30% durmam mal e entre 12 e 14% pensaram em se suicidar pela pressão a que são submetidos¹²⁰.

Em diversas entrevistas os trabalhadores, sindicalistas e especialistas nas condições de trabalho nos frigoríficos asseguram que, para competir em escala internacional, as empresas aceleraram os ritmos de trabalho, o que gera uma verdadeira epidemia de acidentes e, sobretudo, de lesões nos cotovelos, braços, punhos e ombros pela repetitividade do trabalho, as posturas inadequadas, o frio, a umidade e a força que devem fazer em suas operações cotidianas.

Antes da onda de fusões e de internacionalização das empresas, promovidas pelo governo Lula, os trabalhadores frigoríficos padeciam de doenças a partir dos 15 anos de trabalho, sobretudo pneumonias e reumatismo. “Hoje, um jovem de 25 a 30 anos com 5 ou 6 anos de trabalho já apresenta dores e lesões irreversíveis”, assegura um sindicalista¹²¹. Diferentemente do que ocorre com os trabalhadores que constroem as represas hidroelétricas, que vivem isolados na floresta em lugares inóspitos e de difícil comunicação, os trabalhadores frigoríficos estão perto das grandes cidades, formaram sindicatos e sua situação é difundida pelos meios. Ainda assim, têm dificuldades para fazer valer seus direitos, em alguma medida por se tratar de empresas onde os grandes sindicatos e o Estado possuem investimentos.

Os trabalhadores que constroem os estádios e outras obras vinculadas à Copa do Mundo de 2014 estão também entre os mais afetados pela aceleração do crescimento econômico. Apesar de 50% dos recursos para estas obras virem do BNDES, que utiliza dinheiro proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador, as leis trabalhistas são sistematicamente violadas. Até novembro de 2011, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa revelou dez greves em doze estádios, quase sempre por aumentos salariais, segurança, salubridade, alimentação e por ritmos de trabalho excessivos. Em Porto Alegre, na obra do estádio do Grêmio, os trabalhadores incendiaram seus alojamentos após um acidente que custou a vida de um trabalhador, um padrão de ação similar ao que vimos na construção das represas hidroelétricas¹²².

¹²⁰ Nota do Original: Ibid.

¹²¹ Nota do Original: “A ‘moderna’ indústria brasileira da carne. Produção a custo da saúde e da vida dos trabalhadores”, IHU Online, 23 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500466-a-moderna-industria-brasileira-da-carne-producao-a-custo-da-saude-e-da-vida-dos-trabalhadores-entrevista-especial-com-siderlei-de-oliveira>.

¹²² Nota do Original: Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, “Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil”, 2011, p.34.

Nas obras do estádio de Cuiabá, em Mato Grosso, os ajudantes ganhavam apenas 587 reais antes da greve. Nas obras do estádio de Belo Horizonte, sua remuneração era de 605 reais e de 589 em Pernambuco. Os 3.000 trabalhadores que constroem o estádio de Fortaleza, no Ceará, denunciaram jornadas de trabalho de até 15 horas diárias (de 7 a 22 horas, de domingo a domingo) para reverter o atraso das obras dirigidas pela Odebrecht¹²³. Em várias ocasiões, a Polícia Militar interveio para evitar assembleias e deter os trabalhadores que se destacavam como agitadores. Estes são os mais afetados pela ascensão do país ao papel de potência global e é entre eles que pode emergir um sindicalismo mais combativo.

Os “sem”: reconfiguração e mudança

Os mais abaixo, os trabalhadores sem-teto, sem terra, sem trabalho, sem direitos, os mais pobres do Brasil, são os que necessitam se organizar para promover mudanças. Este setor social pôs em pé um dos mais importantes movimentos antissistêmicos da América Latina, o MST. Não somente é o movimento mais importante do Brasil, mas também sua potente cultura política foi capaz de desdobrar os marcos organizativos do movimento para se converter em referência obrigatória de outros no Brasil e em outros países da região. Os sem-teto e os desempregados têm estilos de ação e formas de organização inspirados no MST.

O refluxo das lutas sociais no Brasil afeta todos os movimentos. No entanto, este arrefecimento geral afeta de modo diferente os movimentos camponeses e rurais que o movimento sindical. No campo, há um claro declive das ocupações, dos acampamentos e da quantidade de pessoas envolvidas, mas crescem os conflitos pela terra, o que revela uma clara ofensiva do agronegócio. No caso do MST e de todos os movimentos dos *sem*, não se registram os graus de burocratização que existem no movimento sindical nem participam no bloco que está no poder. Pelo contrário, o MST é o movimento mais atacado e criminalizado pelas elites, juntamente com os moradores das favelas e das periferias urbanas¹²⁴. Por isso, neste caso, não podemos

¹²³ Ibid., p.98.

¹²⁴ Nota do Tradutor: Apesar de realmente não participar do bloco no poder, o MST participa do governo federal em posições subordinadas, especialmente no Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, responsável pelas políticas para os pequenos proprietários. Por sua parte, este ministério detém um orçamento muitas vezes menor e um poder igualmente menor que o Ministério da Agricultura, que é responsável pelas políticas para e do agronegócio, comandado no governo Dilma pela ministra do PMDB Kátia Abreu, histórica defensora do agronegócio. Parece haver aí uma faceta interessante do modo de atuar dos governos petistas: a forma do grande acordo entre as classes e setores da sociedade, mas que beneficia muito mais agudamente aos setores privilegiados.

falar de crise, conceito de devemos aplicar quando os fundamentos de um movimento se desvanecem, mas sim de reconfiguração ou orientação.

Quadro – Conflitos pela terra 2001-2011

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Conflitos	366	495	659	752	777	761	615	459	528	349	275
Ocupações	194	184	391	496	437	384	364	252	290	180	144
Acampamentos	65	64	285	150	90	67	48	40	36	35	20

Os dados de 2011 abrangem o período de janeiro a setembro

Fonte: Comissão Pastoral da Terra.

Do ponto de vista quantitativo, os dados mais completos surgem da Comissão Pastoral da Terra – CPT que, anualmente, publica um exaustivo informe sobre os conflitos pela terra, incluindo as ocupações, acampamentos e assassinatos. Os dados da última década não deixam lugar a dúvidas: os conflitos em torno da terra se mantêm em sua intensidade, mas as ocupações e os acampamentos decaem.

Caso se incluam todos os conflitos rurais, os que envolvem terras, água e trabalho, a conflitividade é maior ou igual à média da década, mas a quantidade de famílias envolvidas desce: nos conflitos por terras a partir de 2008 e nos conflitos em geral a partir de 2010. Com efeito, a quantidade de envolvidos alcançou seu ponto mais alto em 2003, com 1.190.578 pessoas; manteve-se em níveis similares até 2005 e logo foi decrescendo. Em 2009, houve 628.000 pessoas em conflitos rurais, em 2010, [este número] foi de 559.000 e nos nove primeiros meses de 2011, somente 342.000 pessoas¹²⁵. Ao longo da década, os conflitos por terra caíram pela metade, as ocupações são apenas um terço das que existiram em 2004 e 2005 e os acampamentos caíram entre cinco e oito vezes.

Existem várias razões que explicam o descenso. A primeira é que as grandes obras de infraestrutura atraem trabalhadores pobres que vivem nos acampamentos ou

¹²⁵ Nota do Original: Todos os dados da CPT podem ser consultados em <http://www.cptnacional.org.br/>.

estavam interessados em se organizar para ocupar terras¹²⁶. A segunda é a lentidão da reforma agrária que experimentou um freio radical na entrega de terras durante o governo Lula, o que desmotiva os camponeses a ocupar e resistir durante anos em barracas de lona. No Rio Grande do Sul, por exemplo, foram entregues 130.000 hectares entre 1995 e 2002, frente a somente 36.000 entre 2003 e 2010¹²⁷. A terceira razão se relaciona com as políticas sociais. João Pedro Stédile, coordenador do MST, assinalou que o programa Bolsa Família melhorou a situação de muitas famílias e contribuiu para distanciá-las da luta pela terra¹²⁸.

A quarta razão deste declive, provavelmente a fundamental, tem a ver com as mudanças estruturais registradas no campo. Entre 2003 e 2009, nas áreas rurais, a desigualdade retrocedeu em 8%, mais que nas cidades, onde chegou a 6,5%, a renda média rural cresceu 42% e a pobreza caiu de 35 a 20% da população¹²⁹. As transferências de renda das políticas sociais, o crescimento do emprego e do salário mínimo explicam estas mudanças que podem se resumir em uma significativa ascensão social das famílias camponesas. Com estas mudanças, a pressão sobre a terra diminuiu e passam a ocupar um lugar central outras demandas como educação, saúde, melhoria das estradas e créditos para a produção.

Por outro lado, o extraordinário avanço do agronegócio, apoiado fervorosamente pelos governos de Lula e Dilma, fez entrar em crise a luta pela reforma agrária. O geógrafo Bernardo Mançano Fernández sustenta que a hegemonia do agronegócio tem provocado uma forte crise entre os camponeses, o que leva a que 90% dos agricultores familiares enfrentem sérias dificuldades econômicas¹³⁰. Em sua opinião, não é possível promover a luta pela terra quando os camponeses vivem uma situação de deterioração crescente e encontram soluções temporárias trabalhando em outros setores da economia. “O modelo de acampamento, considerando o sofrimento

¹²⁶ Nota do Original: “MST vive crise e vê cair número de acampados”. Veja, 28 de março de 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/mst-vive-crise-e-ve-cair-numero-de-acampados/>.

¹²⁷ Nota do Original: “Cidades de lona encolhem no RS”. IHU Online, 3 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/42037-cidades-de-lona-encolhem-no-rs>.

¹²⁸ Nota do Original: “Stédile diz que Bolsa Família esvazia MST”, IHU Online, 8 de abril de 2011, em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/42211-stedile-diz-que-bolsa-familia-esvazia-mst>.

¹²⁹ Nota do Original: “Renda sobe e classe média vira maioria no campo”. Valor, 21 de dezembro de 2010. Nota do tradutor: O artigo pode ser lido em: <http://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/mc2777.pdf>.

¹³⁰ Nota do Original: Bernardo Mançano Fernández. “O MST não está em crise, mas, sim, os pequenos agricultores”, IHU Online, 18 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/42460-o-mst-nao-esta-em-crise-mas-sim-os-pequenos-agricultores-entrevista-especial-com-bernardo-mancano-fernandes>.

das famílias, tem que ser repensado”, assinala Mançano Fernández¹³¹. Uma vez que o programa Bolsa Família melhorou a renda dos camponeses sem-terra, estes já não querem viver durante anos na beira das estradas passando frio e fome para conseguir algum dia um lote.

Este é um ponto chave, já que se as ocupações são a principal forma de luta, os acampamentos são o primeiro escalão e a verdadeira escola na luta pela terra, como sustentam os documentos do movimento. Em setembro de 2011, havia 20 acampamentos com duas mil famílias em todo o Brasil, frente aos quase 300 que havia em 2003¹³². Certamente, o primeiro escalão já não funciona, por isso é certo que o acampamento deve ser repensado e, com ele, todo o processo de formação do movimento. Um padrão de ação social nascido há mais de três décadas com as primeiras ocupações no Rio Grande do Sul, no final da ditadura, mostrou-se efetivo durante mais de vinte anos: organização, ocupação de terras improdutivas, produzir e resistir nelas e a construção de um acampamento quando a polícia os desalojava. No acampamento permanente começava a verdadeira organização do movimento que desde baixo era capaz de impregnar toda a organização¹³³.

A segunda variante deste mesmo problema é a que aponta Porto Gonçalves quando assinala a necessidade de reconfigurar a luta pela terra em luta pelo território, que é “a casa comum dos diferentes povos e culturas do planeta”¹³⁴. Uma das características principais deste período é o aumento significativo da violência dos poderes privados à medida que decai o movimento e avança o agronegócio. Uma análise minuciosa da violência no campo, em 2010, permite concluir que 96% dos casos foram protagonizados por proprietários de terras, empresários e proprietários ilegais, aos que define como “segmentos históricos do poder dominante no país”, os que agora se somam as empresas mineiras. As vítimas são as populações que sobrevivem fazendo uso tradicional da terra, lagos, rios, manguezais e bosques, ou seja, indígenas, pescadores, coletores, populações ribeirinhas, incluindo assentados da reforma agrária. Um dado central é que, entre os 604 conflitos rurais de 2010, dos

¹³¹ Nota do Original: Ibid.

¹³² Nota do Original: Marcel Gomes. “MST aposta em assentados para reforçar a sua base”. ALAI, 20 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.alainet.org/pt/active/51705>.

¹³³ Nota do Original: Mitsue Morissawa. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo, Expressão Popular, 2001, p.200.

¹³⁴ Nota do Original: Carlos Walter Porto-Gonçalves e Paulo Roberto Raposo Alentejano. “A reconfiguração da questão agrária e a questão das territorialidades”, em ALAI, 4 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/node/150963>.

quais foi possível identificar os protagonistas, 57% são “populações tradicionais”, como as assinaladas acima, e 43% são “setores que tradicionalmente vem protagonizando a luta pela reforma agrária, como os sem-terra e os assentados”¹³⁵.

Estamos frente a uma virada provocada pelo aprofundamento do capitalismo que converteu em poucos anos aos “povos tradicionais” em sujeitos da resistência ao modelo. Essa virada impõe repensar a centralidade do conflito entre a estrutura latifundiária de monocultivos exportadores e o campesinato. Impõe-se, portanto, refletir a centralidade da reforma agrária tradicional entendida como distribuição de terras. Nesta nova conjuntura, mais importante que o pedaço de terra são “as condições materiais de reprodução como sinais que afirmam suas diferenças”¹³⁶, como povos dos diferentes ecossistemas e modos de vida: desde os afrodescendentes que reivindicam seus quilombos (repúblicas de escravos fugitivos) até os produtores de látex, camponeses de fecho ou fundo de pasto e do sertão, extrativistas de coco, de castanha e praticantes das mais diversas formas de vida. Considerá-los sujeitos supõe ir além de certo economicismo que entende aos povos e a vida apenas como “relações de produção”.

Os assentamentos da reforma agrária estão sofrendo uma brutal ofensiva do agronegócio que tem precarizado sua produção e tornado dificilmente sustentável a vida no assentamento, a tal ponto que muitos de seus integrantes terminam sendo “mão de obra barata ao serviço do capital”¹³⁷. A potência da produção de *commodities* não somente expulsa boa parte dos camponeses que praticam agricultura familiar ou formas de vida tradicionais, mas também subordina os assentados da reforma agrária ao forçá-los a trabalhar como peões nos monocultivos, na cadeia de soja e da cana-de-açúcar ou nas megaobras do Brasil Potência.

Nos últimos meses de 2011 foi aberto um debate sobre o futuro do movimento sem-terra a partir da Carta de 51 militantes do MST, MTD, Consulta Popular y Via Campesina¹³⁸. O documento está sendo debatido nos movimentos sociais no Brasil e também em outros países latino-americanos. Não vou entrar nos detalhes do texto nem nas diferentes respostas publicadas. Isso corresponde a cada movimento e a cada militante. A Carta expressa mal-estar com o curso das lutas sociais no Brasil e com a

¹³⁵ Nota do Original: Ibid., p.6.

¹³⁶ Ibid., p.9.

¹³⁷ Nota do Original: Ibid., p.10.

¹³⁸ Nota do Original: “Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas”. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2011/11/48866>. Acesso em 27/12/2012.

atitude a manter frente os governos de Lula e Dilma. No entanto, não creio que a burocratização e a institucionalização dos movimentos sejam as razões de fundo dos problemas existentes. Não duvido que estes traços ganharam terreno em todos os movimentos de nossa região à medida em que se converteram em organizações¹³⁹. Mas tampouco tenho dúvidas de que a imensa maioria da população pobre, o setor que constitui a base social dos movimentos antissistêmicos, está optando por melhorar sua vida nas relações do mercado e com o apoio do Estado, ou seja, com trabalho assalariado e políticas sociais e não por organizar-se para lutar, como ocorreu até agora. Frente a esta profunda corrente histórica, o voluntarismo pouco pode fazer, o que não quer dizer que se deva aceitar sem mais, sem oferecer resistências e buscar alternativas.

Francisco de Oliveira, fundador do PT e depois do PSOL, crítico dos governos de Lula, contou uma anedota que explica esta realidade. Em uma reunião de apoio à candidatura de Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL, nas eleições de 2010, debateu-se uma pesquisa informal qualitativa realizada entre diversos estratos sociais. As conclusões mostravam que os setores populares não querem expropriar o dinheiro dos ricos porque pensam que “o conseguiram com seu trabalho” e que apoiam Lula “porque não querem briga”. Concluiu seu relato com uma frase que resume os dilemas atuais: “Assim pensam as bases sociais do governo Lula. Contra isso se bate os movimentos sociais”¹⁴⁰.

Apesar destas enormes dificuldades, observo no MST vontade de persistir na luta, de superar as dificuldades e abrir novas frentes de ação. Em 2011, na campanha anual Abril Vermelho, os militantes do MST realizaram 70 ocupações em dez estados, a terceira maior ofensiva da década¹⁴¹. Isto revela a capacidade de mobilização na luta pela terra, apesar de todas as dificuldades anotadas, que permite assegurar que o movimento não abandonou seus objetivos.

Entre o milhão de famílias assentadas, a maior parte delas vinculadas ao movimento, o MST realiza um trabalho intenso para fortalecer a agricultura familiar,

¹³⁹ Nota do Original: Abordei este problema no capítulo 2 do livro Política e Miséria. Lavaca, Buenos Aires, 2011.

¹⁴⁰ Nota do Original: Francisco de Oliveira “El Brasil lulista: una hegemonía al revés”, em OSAL, Buenos Aires, Clacso, n.30, novembro de 2011, p. 71. Nota do tradutor: A entrevista pode ser lida em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120511030704/osal30.pdf>.

¹⁴¹ Nota do Original: “MST não dá trégua a Dilma e faz 70 Invasões no Abril Vermelho”, IG, 30 de abril de 2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/mst+nao+da+tregua+a+dilma+e+faz+70+invasoes+no+abril+vermelho/n1300120762975.html>.

resistir a sua inclusão nas cadeias de *commodities* que o agronegócio promove e potencializar a agroecologia contra o uso dos agroquímicos¹⁴². É um trabalho muito complexo que inclui a formação política dos assentados para promover uma cultura produtivista distinta à hegemônica. O MST pode estar transitando o caminho de movimento pela reforma agrária a movimento dos assentados da reforma agrária. Outra linha de ação prioritária do MST consiste na organização dos pobres urbanos. O trabalho começou em 1997, com a criação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). No entanto, chocou-se com enormes e imprevistas dificuldades, como a feroz concorrência pelo território com o narcotráfico e a intervenção de correntes políticas de esquerda que não são afins ao MST. Em meados da década de 2000, o movimento decidiu se orientar para a construção de comunas urbanas, cuja primeira e mais exitosa expressão é a comuna Hélder Câmara, no município de Jandira, na região metropolitana de São Paulo.

A luta de classes realmente existente parece estar fragmentada entre as resistências às megaobras e à expansão do agronegócio nas áreas rurais, a resistência à frenética especulação urbana como consequência da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Não se enxerga, no entanto, nenhum ator capaz de adotar a rica experiência dos camponeses sem-terra, de fazer uma síntese similar à que fez o MST ao adotar a experiência das ligas camponesas anteriores à ditadura militar e agregá-las às lutas centenárias dos pobres do campo. Ainda que nesta etapa tão difícil existam resistências importantes, estão distantes de configurar um novo ciclo de lutas, como o que nasceu no fim da década de 1970 nas fábricas e campos brasileiros contra a modernização excludente impulsionada pelo regime militar.

Mas os ciclos de lutas não se inventam nem se impõem artificialmente. Surgem quando estão dadas as condições, de modo espontâneo, não programado nem planejado previamente. Como afirma uma conhecida máxima chinesa, não se pode esticar os brotos para que a planta cresça. Somente podemos cultivar a terra, remover as ervas-daninhas e jogar um pouco de água com a esperança, nunca a certeza, de que cresça a vida. Acredito que isto é o que tem feito uma boa quantidade de militantes no Brasil e na América Latina e, cada vez mais, em muitas partes do mundo.

¹⁴² Nota do Original: Marcel Gomes, “MST aposta em assentados para reforçar a sua base”, op.cit.

OS DESAFIOS ANTISSISTÊMICOS NO BRASIL

Alessandro de Melo

Patricia Neumann

Um fantasma ronda o Brasil neste ano de 2017, o fantasma do neoconservadorismo. Os movimentos sociais organizados desde a resistência se debatem contra um movimento tsunâmico advindo do golpe aplicado contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e que colocou no poder uma verdadeira quadrilha de políticos tradicionais e que não passam de mediadores do capital rentista internacional, que encontram no Brasil um território para a reprodução e expansão capitalista pautada na política de juros altos promovida diretamente pelo estado brasileiro.

A tarefa não é fácil para estes movimentos de resistência, haja vista que o Partido dos Trabalhadores, PT, maior partido do espectro da esquerda política tradicional e com o qual estes movimentos mantêm relativa proximidade, está imerso em todos os processos de corrupção levantados pela Operação Lava-Jato e outras operações anti-corrupção. Desta forma as esquerdas na rua se defrontam com obstáculos advindos de uma histórica repressão do Estado ao povo pobre e trabalhador no Brasil, e, adicionalmente, se defronta com as fortes críticas à sua proximidade com os governos petistas.

O país vive em clima de golpe desde 2015, ou seja, desde o primeiro dia do segundo governo de Dilma Rousseff, cuja vitória eleitoral foi imediatamente contestada pelo partido rival, o Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, do candidato derrotado Aécio Neves. Michel Temer, que não teria força política para vencer nenhuma eleição, e muito menos para cargo executivo, só foi alçado à vice-presidência pela força da indicação de Lula e sua influência sobre Dilma e o PT. Sem legitimidade das urnas, e com uma aprovação ao seu governo que beira a zero¹⁴³, Temer representa no governo um projeto obscuro, neoconservador, e que renova os princípios neoliberais dos anos 90, que pretende levar a efeito determinadas reformas

¹⁴³ Pesquisa realizada pela Paraná Pesquisas, em 18 de maio de 2017, com 2800 eleitores brasileiros, demonstrou que 86,9% acreditavam que o presidente Michel Temer deveria renunciar ao cargo. Vide o sítio eletrônico: <http://www.paranapesquisas.com.br/pesquisas/pesquisa-brasil-web-afastamento-presidente-michel-temer-maio-2017/>.

estruturais que objetivam arrochar direitos sociais e os investimentos estatais para as questões sociais.

São exemplos deste projeto a aprovação da chamada PEC do Teto dos Gastos Públicos, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e, no âmbito educacional, a Reforma do Ensino Médio, que retoma a tão velha quanto atual dualidade estrutural. Destaca-se não apenas o conteúdo extremamente danoso para a classe trabalhadora brasileira, mas também a forma como tais propostas vem sendo encaminhadas no Congresso Nacional, discutidas de forma apressada e sem possibilidade de reação por parte da oposição parlamentar, e em um momento histórico em que o apoio popular ainda não se consolidou de forma poderosa. Temer, apesar de sua baixa popularidade e pouca legitimidade, tem em suas mãos uma maioria considerável do Congresso, onde pode passar suas propostas, que na verdade são propostas do capital rentista internacional. Tem também em suas mãos parte do Poder Judiciário, cuja subordinação ficou consolidada no histórico julgamento da Chapa Dilma-Temer, realizado entre os dias 06 e 09 de junho, quando venceu por quatro votos a três, sendo que dos quatro votos, dois foram de juízes recentemente nomeados pelo próprio Michel Temer, e o voto do presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, ministro Gilmar Mendes, consolidou a noção de que o golpe sobre Dilma foi total e contou com a ajuda enviesada deste que é na história dos tribunais o mais tendencioso juiz, vinculado ao PSDB e ao PMDB, com quem confraterniza cotidianamente e em público.

A aliança de apoio a Michel Temer, PMDB-PSDB-DEM e outros partidos menores e satélites, além das corporações midiáticas, com respaldo da Rede Globo, da Revista Veja, da Rádio Jovem Pan entre outras organizações, como o Movimento Brasil Livre – MBL, o Vem Pra Rua e outros que levaram milhões às ruas em 2015 e 2016 pelo impedimento de Dilma Rousseff, tem como aliado capitalista fundamental setores do capital industrial, financeiro e do agronegócio, embora este não seja um bloco homogêneo, muito pelo contrário, haja vista a desigualdade de benefícios entre os dois últimos e o capital industrial desde os anos 90.

Esta aliança, como já foi dito, tem como projeto a restauração do neoliberalismo. Trata-se, portanto, de um momento de regressão em relação aos avanços historicamente conquistados pela classe trabalhadora, ou seja, caracteriza-se por um movimento de contra-reforma, nos termos consagrados por Gramsci e

reproduzidos, para a explicação do caso brasileiro, pelo grande filósofo marxista Carlos Nelson Coutinho:

Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare. (COUTINHO, 2012, p.123).

Neoliberalismo que, ao contrário dos discursos reformistas/progressistas, não passa de um forte ataque do capital ao trabalho, aliado ao Estado e setores hegemônicos da sociedade civil, que buscam produzir consensos por meio de uma ação sistemática de mídia. No entanto, nem todos os esforços tem conseguido tirar do horizonte o poder popular que contém a figura do ex-presidente Lula, que lidera com folga todas as pesquisas de opinião que prospectam intenções de voto para a presidência da república de 2018. Portanto, o alvo do golpe ainda está de pé!

No entanto, em pouco tempo de governo golpista, as coisas se modificaram rapidamente. Em 17 de maio de 2017, Michel Temer sofreu forte golpe ao ver publicado pela grande imprensa parte de conversas que manteve com um grande empresário do ramo da carne, dono do maior grupo de proteína animal do mundo, a JBS. Nesta conversa entre o Presidente da República e o empresário investigado, ocorrida às 23 horas, fora da agenda oficial e nos porões da casa em que mora o presidente, o Palácio do Jaburu, ficam evidentes as intenções deste em manter a parceria com tal empresário, devido ao poder que este tem de pagar pelo silêncio de um comparsa de Temer, o ex-deputado Eduardo Cunha, preso pela Operação Lava-Jato. O crime está evidenciado por outros fatos relativos a assessores seus, como um deles, flagrado carregando uma mala com R\$500 mil reais. Nunca antes um presidente em exercício foi investigado pelo Supremo Tribunal Federal.

Mas Michel Temer é apenas um mediador do projeto do capital rentista internacional, e tal projeto vem lutando desde os anos 90 para se consolidar. Os governos petistas foram seriamente criticados pela esquerda brasileira por fazer o jogo do capital rentista, mas pelas medidas tomadas em tão pouco tempo pelo governo golpista, percebe-se que o projeto petista, embora coadunado com o capital, não realizava plenamente as possibilidades de expansão do capital no Brasil. A parceria do PT com o capital parecia ser precária sob o ponto de vista dos rentistas. Estes

querem mais, querem explorar ainda mais a força de trabalho, com a reforma trabalhista; pretendem avançar na privatização da previdência, com a reforma previdenciária; querem garantir o pagamento dos juros da dívida pública, que consome cerca de 42% do PIB brasileiro¹⁴⁴, e este objetivo foi cumprido com a aprovação da PEC do Teto dos Gastos Públicos.

Estão em jogo no Brasil projetos opostos e que colocam no centro do debate o futuro do Estado social. Estão em jogo os destinos do orçamento público, que é a arena que mais interessa ao capital em sua relação com o Estado. Está em jogo o futuro das novas gerações e o sistema de proteção à vida, ao trabalho, à previdência social. Está em jogo o papel do Estado na promoção da dignidade humana, e contra isso se debatem os que querem usufruir antidemocraticamente deste orçamento pela via da compra direta dos poderes do Estado. Compra direta, bem entendido, com malas de dinheiro, milhões que são tratados como trocados, como vimos estupefatos nas delações premiadas dos empresários de empreiteiras e frigorífico. Uma verdadeira violência ao povo pobre e trabalhador, que vive apenas com o mínimo necessário para a manutenção da vida.

Outro efeito do golpe na sociedade tem sido o avanço da escalada de violência em várias instâncias, especialmente no campo, contra camponeses e indígenas. A Comissão Pastoral da Terra, CPT, indica em seu documento *Conflitos no campo no Brasil*, um aumento de 26% na violência no campo entre os anos de 2015 e 2016. O que impressiona não são os números em si, pois a violência no campo brasileiro é histórica, mas a velocidade. Entre 19 de abril e 01 de maio de 2017 houve três chacinas com, pelo menos, 16 mortos. Entre estas chacinas destaca-se a ocorrida no dia 20 de abril, na cidade de Colniza, Mato Grosso, que resultou em 10 camponeses mortos. No dia 24 de maio a polícia paraense matou 10 camponeses na cidade de Pau D'arco. Um ataque no Maranhão à comunidade indígena Gamela, na cidade de Viana, resultou em 3 agricultores e 22 indígenas gravemente feridos, com toques sanguinários de decepamento das mãos de dois indígenas e cinco baleados¹⁴⁵.

144 Dados sobre a dívida pública podem ser consultados no site do movimento Auditoria Cidadã da Dívida (<http://www.auditoriacidada.org.br/>). Os números são estarrecedores. O movimento apresenta em seu sítio eletrônico que, em 2015, o governo federal pagou R\$962.210.391.323. Comparado aos gastos com educação, que não chega a 4%, e a saúde, que chega a 4,14%, os 42,43% pago para os juros da dívida é maior que a soma de educação, saúde e previdência (este último chega a 22,69%). Esses números dão a dimensão das prioridades dos gastos do orçamento brasileiro para atender o rentismo.

145 Nem mesmo a Rede Globo pode esconder este cenário. Seu programa Profissão Reporter, de 24 de maio de 2017, sobre Conflitos de Terras, mostra uma realidade muito violenta, na qual 61

O fato é que a agenda conservadora do governo Temer tem gerado nos setores mais retrógrados localizados no campo brasileiro, uma espécie de “passe livre” para o avanço desta violência, como demonstra a Carta de Solidariedade da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo*, CLOC:

A maior responsabilidade por essa situação de violência é do Governo Federal que, além de não realizar a demarcação das terras indígenas e quilombolas, vem assumindo abertamente, e sem pudor uma política de desenvolvimento que converte o meio ambiente, em recursos disponíveis para o capital e seu total e irrestrito apoio às entidades ligadas ao agronegócio. Além disso, o Governo golpista tem sucateado e extinto Ministérios e secretarias estratégicas, que tinham por objetivo dar suporte a Políticas Públicas, que respondia parte das demandas desses povos¹⁴⁶.

O governo de Temer, sem dúvida, se prosperar, levará ao aumento dos conflitos e à morte dos que ousam lutar pela terra e pelos seus direitos sociais. O projeto golpista é fazer com que as riquezas naturais do país sejam loteadas entre as elites do campo, os *coronéis* do século XXI, agora denominados como fazendeiros e, seus negócios, como *agronegócio*, apresentado socialmente como a grande saída para a economia do país. Todos os que lutam pela democratização da terra são vistos como empecilhos, como inimigos do progresso social. A matança no campo brasileiro é um projeto de país, que com Temer encontra um cúmplice.

Outra instância diretamente afetada pela violência que vem de todos os lados é a exclusão intencionada de parcelas específicas da população. Uma das mais recentes tentativas de exclusão abertamente declarada é a das mulheres da esfera pública, entendida como esfera política, quando se constrói deliberadamente, através da primeira-dama Marcela Temer, um modelo de mulher que enfatiza a mensagem da natural desigualdade entre o feminino e o masculino. Há que se destacar que qualquer ação de um governo está pautada em princípios, crenças e valores, dos quais derivam ações políticas. Em reportagem da Revista Veja na edição de abril de 2016, Marcela Temer foi definida como “bela, recatada e do lar” e descrita como exemplo de esposa, o braço direito do marido. Também não se pode deixar passar seu lançamento do Programa Criança Feliz em que ela afirmou: “Meu trabalho será voluntário para sensibilizar e mobilizar setores da sociedade em torno de ações que possam garantir

146 pessoas foram assassinadas em 2016 por conflitos pela terra. Conferir: (<https://www.youtube.com/watch?v=cfoT9fyOzZA>).

146 Conferir em: <http://www.cloc-viacampesina.net/portugues/carta-de-solidariedade-da-cloc-lvc-aos-povos-indigenas-quilombolas-e-camponeses-no-brasil>.

melhoria na vida das pessoas [...]” e “[...] o que nós mães percebemos instintivamente tem sido comprovado pela ciência”¹⁴⁷.

Tanto a reportagem da *Veja* quanto o lançamento do programa causaram acirrados debates entre grupos contra e a favor dos princípios ali subjacentes. Principalmente o princípio da mulher que deve estar bela para o marido, dentro de casa e ocupada dos afazeres domésticos, tal como também tem sido relatado em vários filmes, dentre eles, *O Sorriso de Monalisa*, que mostra o papel da mulher nos anos 1950 e a luta feminista por mudanças. Os protestos contra a tentativa de conservar este modelo representado pela primeira-dama são esperados numa sociedade em que as mulheres trabalham em média 7,5 a mais que os homens devido à dupla jornada e 40% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, segundo o IPEA¹⁴⁸. Para estas, a imagem e o discurso de Marcela Temer nada tem a ver com sua luta diária.

Em seu discurso, chamou atenção ideias de trabalho voluntário e maternidade instintiva, interpretado por grupo dos *de abajo* como um reforço para manter o que se tem justamente lutado há décadas para mudar: a ideia de cuidar como caridade e a realização plena da mulher apenas como esposa e mãe. Mas vai além. Com um discurso como este, exclui-se arditamente a diversidade de gênero, de família e ataca-se a autonomia e os direitos. Tira-se do Estado sua responsabilidade, já que o cuidado parece caber mais como fruto da bondade individual que da política e da justiça. Políticos não precisam ser bons, eles precisam ser justos. Precisamos sensibilizar pessoas e setores não com base em bondade e sim por responsabilidade social e políticas públicas. No fundo, ações como estas trazem a mensagem que aqueles que não se incluem no modelo, serão excluídos e pouco importa se vivem ou morrem, pois não são reconhecidos como cidadãos de direito.

Tal movimento de exclusão impacta diretamente a vida de pessoas que sofrem violência diária como mulheres e pessoas LGBT¹⁴⁹, principalmente se são de baixa

¹⁴⁷ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fa4PsbpGZ-E>. Acesso: junho de 2017.

¹⁴⁸ Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso: junho de 2017.

¹⁴⁹ No Brasil, a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tem sido a mais utilizada por movimentos sociais e órgãos governamentais. Internacionalmente, na ONU e Anistia Internacional, a mais utilizada é LGBTI que inclui pessoas intersex. Em termos de movimentos sociais, denominações que têm ganhado visibilidade são LGBTQ ou LGBTQI que inclui orientação sexual, diversidade de gênero e perspectiva teórica e política dos Estudos Queer. Mais informações: <<http://ggemis.blogspot.com.br/p/glossario-lgbt.html>>. Acesso: junho de 2017.

renda e negras. Segundo o relatório do IPEA¹⁵⁰, mulheres negras ganham menos que as brancas e ambas ganham menos que os homens brancos. O analfabetismo é mais que o dobro em mulheres negras comparado às brancas. Em 2015, trabalhavam como domésticas 18% de negras e 10% de brancas. Além de que, em 2015, os negros (homens e mulheres) atingiram a média de 12 anos de estudo formal, número que os brancos já tinham desde 1995. Entre 1995 e 2015, dobrou a população branca com tempo de estudo igual ao da negra.

Ou seja, mulheres em geral, mas principalmente negras, são uma população altamente vulnerável à violência, inclusive de um Estado conservador que exclui órgãos responsáveis por ações de políticas de promoção da igualdade racial, política para as mulheres, desenvolvimento social e combate à fome. Governo que colocou todas as mulheres para fora dos ministérios, mandando-as de volta para “o lar” (mas elas não voltaram!). Isto, em um país que, conforme o sociólogo Julio Jacobo Weiselfisz, em 2013, só perdia em taxa de homicídios de mulheres para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa, além de que “as taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros” (2015, p.29).

Eva Blay, socióloga da USP que pesquisa a violência contra a mulher desde 1995, afirma que, no Brasil, se matam mulheres de todas as idades, de bebês a idosas. Os assassinos são desde estranhos, cônjuges até os próprios pais. 90% deles são homens e 50% são maridos ou namorados, 12% são membros da família nuclear e 66% são parentes. De dez assassinatos, sete são por arma de fogo e o restante por faca, ácido, fogo, ferro e as mãos do agressor. Destas mulheres, a maioria não tem profissão qualificada nem o ensino médio. Cerca de 23% são “do lar” (certamente não do mesmo tipo de lar de Marcela Temer) com baixa ou média renda. No Brasil, de longe o lar é lugar seguro para todas as mulheres. Mesmo as brancas de média alta e alta renda não estão imunes à violência. A questão é que muitas não denunciam seus agressores por dependência econômica, afetiva e/ou compromisso com status social e família.

O Brasil é também um dos países líderes de violência contra a população LGBT. O discurso da primeira-dama usa a ciência para fortalecer a ideia de que há comprovação do instinto materno, argumentação que o filósofo Jürgen Habermas já

¹⁵⁰ Idem nota 6.

nos alerta que é estratégica, isto é, tem a finalidade de nos desviar do foco do problema. Isto além de inserir nas entrelinhas a justificativa para ações de exclusão da diversidade, já que existe um modelo “natural de mulher e homem”. O que fazer dos não naturais então? Mas o que a ciência nos tem oferecido são dados concretos da violência contra mulheres e pessoas LGBT. Vastas são as pesquisas de várias áreas da ciência que se encontram disponíveis em sites que reúnem teses, artigos, revistas científicas, pesquisas de instituições governamentais e não governamentais.

A exclusão vem de cima contra os *de abajo* e sem disfarces: ministérios que tratavam dos problemas vividos por estas populações foram eliminados por Temer. Isto em um país que assassina um LGBT a cada 25 horas e matam-se mais homossexuais que em países com pena de morte para os LGBT. Amplo estudo foi realizado pelo Grupo Gay da Bahia que divulgou que em 37 anos de monitoramento da violência contra os LGBT, 2016 foi ano que mais teve assassinatos, 343 ao todo. No governo FHC, foram assassinados, em média 127 LGBT por ano. No governo Lula, 163 e no governo Dilma/Temer, 325. O número, porém, pode ser muito maior, segundo o antropólogo Luiz Mott, visto que não há “estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, tais números são sempre subnotificados já que nosso banco de dados se baseia em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais” (2016, p.1).

A violência contra os LGBT não escolhe idade, cor, classe social nem profissão. São declaradamente crimes de ódio nos quais a motivação envolve a vida sexual mal resolvida do agressor, a intolerância cultural que empurra os LGBT para zonas de maior perigo onde cresce a chance de serem violentados e o abandono institucional quando o governo não garante a segurança para estas pessoas nem aprova leis que criminalizem a violência contra elas. Eduardo Michels, coordenador do banco de dados do Grupo Gay da Bahia, afirma que os dados apontam que 20 milhões de pessoas LGBT sofrem violência letal, porém, a estimativa é incerta, pois é comum que se descarte homofobia em muitos dos homicídios.

Dentre as vítimas, a maior porcentagem está em gays e transexuais onde 64% dos assassinados são de cor branca, enquanto os negros são 36%. Esta porcentagem não prova que os LGBT negras e negros sofrem menos violência, mas que esta população pode ser menos considerada como vítima de LGTBfobia. Novamente, o relatório do Grupo gay da Bahia aponta que o local da violência é principalmente em espaços ermos e dentro de casa, o que dificulta deveras provar que o agressor

violentou a vítima. O lar também não é seguro a todos os LGBT no Brasil. Nem o lar, nem o país é casa para estas pessoas dentro dos ideais e valores conservadores da mulher e do homem brancos, burgueses e de média alta e alta renda. Afinal, ser bela, recatada e do lar não é para todas e todos neste país. Definitivamente não num país em que ocorrem mais de 50% de homicídios de transexuais do mundo.

Desta forma, e a partir deste contexto de crise social profunda em que vive o Brasil, esta coletânea que apresentamos de Raúl Zibechi, importante militante, intelectual e jornalista uruguaio se torna ainda mais relevante. Nos ensina Zibechi que as saídas para a luta contra a ação voraz do capital rentista internacional não se darão por meio de reformas políticas tradicionais, mas só serão possíveis saídas antissistêmicas, anticapitalistas, antiautoritárias, pela via, portanto, do poder popular, auto-organizado, com autonomia e soberania. É preciso, nesta luta encarniçada, colocarmos claro que o oposto ao capital, nestas terras latinoamericanas, é a vida. É a vida que está sendo ameaçada e extinta a todo momento pelas mais diversas formas da violência oficial e extraoficial (que muitas vezes andam juntas, haja vista a presença de forças paramilitares, a proximidade dos narcotraficantes com os governos etc.).

A trajetória de Raúl Zibechi pelos movimentos latino-americanos e europeus contribui para refletirmos sobre os movimentos antissistêmicos e suas características mais importantes, que passamos a analisar brevemente. As ideias aqui expostas são retiradas de seu importante texto denominado “Colonialismo e movimentos antissistêmicos” (ZIBECHI, 2014).

Os movimentos sociais do “sul do mundo”, da “zona do não ser” ou dos *de abajo*, que é o caso dos movimentos antissistêmicos da América Latina, são a inspiração para pensarmos sobre nosso futuro e as formas de luta no Brasil de hoje. A história das lutas pela liberdade, autonomia e dignidade acabaram no nosso continente sendo aplastadas por verdadeiros massacres e genocídios. Exemplos são as revoluções de Tupac Amaru, a revolução haitiana, o Quilombo de Palmares, a revolução mexicana etc. Para os *de abajo* é impossível a verdadeira autonomia em meio ao opressor, já que nesta situação a violência não é o último recurso, como se pode constatar no capítulo deste livro sobre o genocídio da juventude negra (Mães de Maio) ou na aliança entre o Estado mexicano e o narcotráfico. Compartilhar espaços com o opressor, como existe na zona do ser, espaços como as fábricas, centros sociais, de cultura etc., em nada se parece com o que ocorre nas periferias do sul do

mundo, e, portanto, as estratégias de luta nestes territórios devem ser diferenciadas. Os zapatistas, como lembra Zibechi, se reuniram durante anos, pelas noites e em cavernas escondidas, que eram acessadas depois de longas caminhadas. Só em segredo puderam se organizar para a rebelião de janeiro de 1994. O mesmo ocorria com o Quilombo de Palmares e outros movimentos de *cimarronaje* na América Latina.

Estes movimentos, ainda, tem uma característica diferenciada dos da zona do ser: a impossibilidade de prefiguração, ou seja, de aproximação gradual a uma situação imaginada como ideal. “Os dominados somente podem sair da situação que padecem dando um golpe capaz de mudar radicalmente sua situação: pode ser a fuga do escravo ou o levante de 1 de janeiro de 1994. Nos espaços que liberam, nos territórios onde se assentam, desenvolvem a vida que querem levar.” (ZIBECHI, 2014). Não podem ser, se quiserem autonomia verdadeira, ser exemplos de reformas ao sistema capitalista, são já, no próprio fazer do movimento, outra realidade, outro mundo que desejam, desde já. A breve experiência que tive em um acampamento do MST no Paraná, em 2016, demonstrou o quão certa é a análise de Zibechi: ali, nas condições precárias em que viviam, construíram um mundo outro, com outras formas de convivência, resistindo aos ataques assassinos dos fazendeiros e à cumplicidade do Estado e seu aparato policial a serviço dos grandes proprietários.

Outra característica dos movimentos antissistêmicos é a consciência de que não podem apelar à justiça do Estado burguês. Este não é uma instituição de produção da dignidade para os *de abajo*, ao contrário, seja nas filas dos hospitais, cotidianamente, ou pela mão forte da polícia que mata nas periferias, o Estado burguês só reproduz mais dependência, condição colonizada e violência para os pobres e trabalhadores. Apelar ao Estado tem demonstrado ser uma alternativa pouco confiável e que traz consequências políticas frustrantes, e retrocessos para os movimentos, como foi o caso do MST e a CUT no Brasil, paralisados durante os governos petistas e despreparados para evitar o golpe da direita conservadora.

Há um elemento histórico que torna o Estado na América Latina estruturalmente dirigido para oprimir aqueles que sempre produziram a riqueza deste território. A “colonialidade do poder”, expressão do sociólogo peruano Aníbal Quijano, define bem este aspecto racista da dominação.

A colonialidade do poder estabelecido sobre a ideia de raça deve ser admitida como um fator básico na questão nacional e do estado-nação. O problema é, todavia, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e os levou a impor o modelo europeu de formação do estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. (QUIJANO, 2000b: 238 apud ZIBECHI, 2014).

A democratização radical das relações sociais, portanto, dificilmente virá espontaneamente da ação estatal. Deve ser conquista *desde abajo* e pelos *de abajo*, não algo concedido, mas produzida a partir daqueles que necessitam ter sua dignidade humana reconhecida, dos negros, dos indígenas, das mulheres, e que seja uma iniciativa a partir de seus territórios, e não iniciativas vindas dos territórios hegemônicos pela burguesia, territórios do poder constituído para a opressão. Exemplo desta produção são as *Juntas de Buen Gobierno* zapatistas, criação coletiva de participação horizontal nas decisões pertinentes às comunidades. “Os modos de tomar decisões, de distribuir a justiça, de ensinar e cuidar da saúde, de produzir e reproduzir a vida, são os modos acordados por todos e todas.” (ZIBECHI, 2014). Modelo horizontal e antiburocrático de atuação, as *Juntas* são exemplos de instituições antissistêmicas de resistência e organização. Assim o são também os acampamentos do MST e sua demonstração de trabalho coletivo organizado *desde abajo*.

Outro equívoco a ser evitado na luta antissistêmica é o apelo ao vanguardismo, característico dos movimentos revolucionários do norte, da zona do ser. Franz Fanon, que é a inspiração de Zibechi em suas análises, fala a respeito do partido.

O grande erro, o vício congênito da maioria dos partidos políticos nas regiões subdesenvolvidas foi dirigir-se, segundo o esquema clássico, principalmente às elites mais conscientes: o proletariado das cidades, os artesãos e os funcionários, quer dizer, a uma ínfima parte da população que não representa muito mais que um por cento (FANON, 1999: 86 apud ZIBECHI, 2014).

De fato a tradição revolucionária do norte tem como característica a escolha *a priori* dos sujeitos revolucionários, e neste contexto as populações camponesas, indígenas, mestiços e mulheres ficam como que subordinados à ação revolucionária do chamado “operariado urbano”. A unidade campo cidade, nesta concepção, dá ao operariado a primazia do movimento, restando aos camponeses serem aliados estratégicos, comandados por aqueles.

Fanon observou na sua luta na guerra da Argélia pela descolonização, a forma autoritária e hierarquizada do partido no tratamento aos camponeses, desrespeitando sua forma de ser, sua identidade, em nome de uma suposta forma *a priori* do “homem novo” erigido da revolução, herança da tradição soviética e que inspirou estes movimentos do norte do mundo.

Zibechi, como Fanon, rechaça a ideia de uma elite consciente e organizada, cabeça do movimento revolucionário, porque nesta forma de organização os *de abajo*, já historicamente expropriados, continuam sendo expropriados de sua natureza de sujeitos históricos capazes de transformação do mundo. Este rechaço é ainda mais aguçado se levamos em conta que tais elites chegaram a tomar o poder em muitas situações, e o que reproduziram foi tanta opressão quanto os governos e elites contra as quais lutavam.

Contra este modelo hierarquizado, Zibechi cita a forma zapatista de governo, do mandar obedecendo, revelado na fala do Subcomandante Marcos.

No momento em que se começa a construir a ponte da linguagem, e começamos a modificar nossa forma de falar, começamos a modificar nossa forma de pensarmos a nós mesmos e de pensar o lugar que tínhamos em um processo: Servir.

De um movimento que se colocava servir-se das massas, dos proletários, dos operários, dos camponeses, dos estudantes para chegar ao poder e dirigi-los à felicidade suprema, estávamos nos convertendo, paulatinamente, em um exército que tinha que servir às comunidades. (MARCOS, 2008 apud ZIBECHI, 2014).

Como se percebe, a lógica tradicional, hierarquizada das elites dos movimentos às massas, é descomposta em nome do “servir” mandando, todo inverso ao vanguardismo das guerrilhas foquistas, dos partidos comunistas latino-americanos e africanos que tomaram o poder em vários países etc., ou seja, uma inversão ao eurocentrismo do movimento revolucionário da zona do ser.

Reivindicam os zapatistas, assim como movimentos indígenas como os *aymaras*, o legado revolucionário de Tupac Amaru, Tupac Katari, da revolução haitiana, dos quilombos e *cimarrones* negros. Outra tradição revolucionária que deve ser respeitada, conhecida e retomada nos movimentos que querem se libertar do caminho único da ocupação de espaços tradicionais no Estado, que tem levado historicamente a equívocos, retrocessos, reformas que fazem retroceder os movimentos sociais.

A questão, para concluir sem concluir, é: cabe aos movimentos mudar este mundo ou criar outro mundo? Para Zibechi, o que os movimentos antissistêmicos nos ensinam é a necessidade de que os *de abajo* não gastem esforços para mudar o mundo do opressor, querendo se colocar no lugar historicamente ocupado por estes. Esta estratégia, além de levar a um beco sem saída, pode significar a troca de uma opressão por outra, de uma forma de hierarquia por outra.

Trata-se de criar um mundo novo a partir dos movimentos, sem se respaldar nas estruturas dominantes dos opressores. Com valores outros, com práticas outras, criar instituições próprias, como a *escuelita* zapatista, os *caracoles* ou as formas de organização dos acampamentos do MST, dos quilombolas e dos indígenas organizados em comunidades de resistência na América Latina.

Tomar o Estado não pode ser a única alternativa para os que sempre foram oprimidos por esta forma de poder, historicamente adequada para a opressão. Trata-se, portanto, de superar a dualidade colonizado-colonizador, ou de querer deixar de ser colonizado e colonizar. Ocupar o Estado é uma forma de buscar novo espaço de colonização, mas na posição de colono.

Outro mundo é possível, desejável e urgente. Já se passaram mais de um século de lutas pela conquista do Estado, e onde ela deu certo, e elevou o nível de vida da população, como foi o caso dos governos petistas e outros da esquerda latino-americana, estes esforços são rapidamente revertidos porque estas não são conquistas que nascem das lutas dos *de abajo*, mas formas de concessão estatal, e, assim, estão a mercê dos grupos no poder. Somente a construção própria, feita pelos oprimidos, trabalhadores, mulheres, negros, indígenas, mestiços, pobres das periferias, do campo e da cidade, sem hierarquias, sem subordinações, sem sujeitos revolucionários aprioristicamente eleitos, sem vanguardas, é que poderá criar este novo mundo durável porque verdadeiramente próprio dos que dele necessitam.

Referências

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v.17, n.49, 2003, p.p.1-12.

COUTINHO, C.N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**,v.49, n.1, 2012, p.117-126.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MOTT, L.; MICHELS, E.; PAULINHO. **Relatório 2016**: assassinatos de LGBT no Brasil. Grupo Gay da Bahia. Disponível em:
<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>.
Acesso: junho de 2016

WEISELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2015**: homicídios de mulheres no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.
Acesso: junho de 2017.

ZIBECHI, R. **Descolonizar la rebeldía**. (Des)colonialismo del pensamiento crítico y la prácticas emancipatorias. Málaga: Zambra, Baladre, 2014.